

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Altera a Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho. (Processo nº 19964.120089/2022-83).</p>	<p>Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.</p>	
<p>"Art. 1º....."</p>	<p>Art. 1º A presente Portaria visa disciplinar matérias referentes à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho no que se refere a:</p> <p>I - Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;</p> <p>II - contrato de trabalho, em especial:</p> <p>a) registro de empregados e anotações na CTPS;</p> <p>b) trabalho autônomo;</p> <p>c) trabalho intermitente;</p> <p>d) consórcio de empregadores rurais; e</p> <p>e) contrato e nota contratual de músicos profissionais, artistas e técnicos de espetáculos de diversões;</p>	<p>Inclusão dos seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • apuração de parcelas variáveis de remuneração • trabalho em condições análogas às de escravo • procedimentos e requisitos para o cadastro das entidades autorizadas a operar ou participar do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>VI - apuração de parcelas variáveis de remuneração;</p> <p>VII - efeitos de débitos salariais, de mora de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de mora contumaz salarial e de mora contumaz de FGTS;</p> <p>VIII - local para guarda e assistência dos filhos no período da amamentação;</p> <p>IX - reembolso-creche;</p> <p>X - registro profissional;</p>	<p>III - contrato de parceria entre os salões de beleza e os profissionais;</p> <p>IV - autorização de contratação de trabalhador por empresa estrangeira para trabalhar no exterior;</p> <p>V - jornada de trabalho, em especial:</p> <p>a) autorização transitória para trabalho aos domingos e feriados;</p> <p>b) autorização permanente para trabalho aos domingos e feriados; e</p> <p>c) prorrogação de jornada em atividades insalubres;</p> <p>d) anotação da hora de entrada e de saída em registro manual, mecânico ou eletrônico;</p> <p>VI - efeitos de débitos salariais, de mora de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de mora contumaz salarial e de mora contumaz de FGTS;</p> <p>VII - local para guarda e assistência dos filhos no período da amamentação</p> <p>VIII - reembolso-creche;</p> <p>IX - registro profissional;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>XI - registro de empresa de trabalho temporário;</p> <p>XII - sistemas e cadastros, em especial:</p> <p>a) livro de inspeção do trabalho eletrônico - eLIT;</p> <p>b) substituição de informações nos sistemas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED e da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;</p> <p>c) RAIS;</p> <p>d) CAGED;</p> <p>e) disponibilização e utilização de informações contidas nas bases de dados do CAGED, da RAIS, do Seguro-Desemprego, do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda - BEm e do Novo Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda - Novo Bem;</p> <p>f) cadastro de empregados por meio da Caixa Econômica Federal; e</p> <p>g) Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;</p> <p>XIII - medidas contra a discriminação no trabalho;</p>	<p>X - registro de empresa de trabalho temporário;</p> <p>XI - sistemas e cadastros, em especial:</p> <p>a) livro de inspeção do trabalho eletrônico - eLIT;</p> <p>b) substituição de informações nos sistemas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED e da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;</p> <p>c) RAIS;</p> <p>d) CAGED;</p> <p>e) disponibilização e utilização de informações contidas nas bases de dados do CAGED, da RAIS, do Seguro-Desemprego, do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda - BEm e do Novo Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda - Novo Bem;</p> <p>f) cadastro de empregados por meio da Caixa Econômica Federal; e</p> <p>g) Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;</p> <p>XII - medidas contra a discriminação no trabalho;</p> <p>XIII - trabalho em condições análogas às de escravo;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>XIV - trabalho em condições análogas às de escravo;</p> <p>XV - atividades de direção, assessoramento e apoio político-partidário;</p> <p>XVI - entidades sindicais e instrumentos coletivos de trabalho, em especial:</p> <p>a) registro no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES e certidão sindical;</p> <p>b) recolhimento e distribuição da contribuição sindical urbana;</p> <p>c) registro de instrumentos coletivos de trabalho; e</p> <p>d) mediação na negociação coletiva de natureza trabalhista;</p> <p>XVII - fiscalização orientadora em microempresas e empresas de pequeno porte;</p> <p>XVIII - simulação de rescisão contratual e levantamento do FGTS em fraude à lei;</p> <p>XIX - procedimentos e requisitos para o cadastro das entidades autorizadas a operar ou participar do</p>	<p>XIV - atividades de direção, assessoramento e apoio político-partidário;</p> <p>XV - entidades sindicais e instrumentos coletivos de trabalho, em especial:</p> <p>a) registro no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES e certidão sindical;</p> <p>b) recolhimento e distribuição da contribuição sindical urbana;</p> <p>c) registro de instrumentos coletivos de trabalho; e</p> <p>d) mediação na negociação coletiva de natureza trabalhista;</p> <p>XVI - fiscalização orientadora em microempresas e empresas de pequeno porte;</p> <p>XVII - simulação de rescisão contratual e levantamento do FGTS em fraude à lei; e</p> <p>XVIII - diretrizes para execução da aprendizagem profissional e o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - CNAP.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO;</p> <p>XX - diretrizes para execução da aprendizagem profissional e o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - CNAP; e</p> <p>XXI - diretrizes para execução da modalidade qualificação presencial no âmbito do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICAÇÃO BRASIL." (NR)</p>		
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO I</p> <p style="text-align: center;">DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL</p> <p>Art. 2º A CTPS é o documento onde estão registrados os dados relativos ao contrato de trabalho de um trabalhador.</p>	
	<p>Parágrafo único. A CTPS tem como identificação única do trabalhador o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.</p>	
	<p>Art. 3º A CTPS emitida em meio eletrônico, de que trata o art. 14 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - CLT, é denominada Carteira de Trabalho Digital.	
	§ 1º Para fins do disposto no Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, a Carteira de Trabalho Digital é equivalente à CTPS emitida em meio físico.	
	§ 2º A Carteira de Trabalho Digital é previamente emitida a todos os inscritos no CPF, sendo necessária sua habilitação.	
	§ 3º A Carteira de Trabalho Digital não se equipara aos documentos de identificação civis de que trata o art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro 2009.	
	<p>Art. 4º A habilitação da Carteira de Trabalho Digital é realizada por meio de:</p> <p>I - aplicativo eletrônico específico, denominado Carteira de Trabalho Digital, disponibilizado gratuitamente para dispositivos móveis; ou</p> <p>II - serviço específico da Carteira de Trabalho Digital diretamente no portal gov.br.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 5º A CTPS em meio físico é emitida por meio do sistema informatizado de emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social.</p>	
	<p>§ 1º A CTPS não será emitida para menor de quatorze anos ou para falecido, exceto quando houver ordem ou autorização judicial, e será obrigatório o lançamento no sistema informatizado e a anotação do número do mandado judicial no campo de anotações gerais da CTPS.</p>	
	<p>§ 2º Excepcionalmente, quando o trabalhador indocumentado tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direitos agravada por sua condição migratória e que tenha sido resgatado em ação fiscal conduzida por Auditor-Fiscal do Trabalho, poderá ser emitida CTPS provisória, em meio físico, fora do sistema informatizado de que trata o caput, com validade máxima e improrrogável de três meses, com base em declarações verbais do interessado, firmadas por duas testemunhas.</p>	
	<p>§ 3º No período de validade da CTPS provisória, de que trata o § 2º, deverão ser tomadas providências para a identificação completa do trabalhador resgatado e o</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	encaminhamento às unidades responsáveis para emissão de documento definitivo.	
	Art. 6º Para os empregadores que têm a obrigação de uso do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais - eSocial, a comunicação pelo empregado do número de inscrição no CPF equivale à apresentação da Carteira de Trabalho Digital e dispensa a emissão de recibo pelo empregador.	
	§ 1º O trabalhador deverá ter acesso às informações de seu contrato de trabalho na Carteira de Trabalho Digital após o processamento das respectivas anotações.	
	§ 2º A CTPS poderá ser utilizada, em caráter excepcional, enquanto o empregador não for obrigado ao uso do eSocial.	
	Art. 7º Compete ao Ministério do Trabalho e Previdência, por meio da Secretaria de Trabalho, definir os modelos de CTPS para brasileiros e estrangeiros.	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 8º A emissão da CTPS será realizada nas unidades descentralizadas do Ministério do Trabalho e Previdência.</p>	
	<p>§ 1º Poderão, ainda, emitir a CTPS, mediante convênio, os órgãos federais, estaduais e municipais da administração direta ou indireta.</p>	
	<p>§ 2º A CTPS será entregue pessoalmente ao interessado, mediante identificação digital, no prazo máximo de até quinze dias úteis, contados a partir da data constante no protocolo de atendimento.</p>	
	<p>§ 3º Excepcionalmente, a CTPS poderá ser entregue a terceiro, mediante apresentação de procuração particular, com reconhecimento de firma, específica para retirada da CTPS.</p>	
	<p>Art. 9º Para emissão da CTPS , o interessado deverá apresentar, pessoalmente, os seguintes documentos:</p> <p>I - brasileiros:</p> <p>a) documento oficial de identificação civil que contenha:</p> <p>1. nome do interessado;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>2. data de validade;</p> <p>3. município e estado de nascimento;</p> <p>4. filiação;</p> <p>5. nome e número do documento com órgão emissor e data de emissão; e</p> <p>b) CPF;</p> <p>II - estrangeiros:</p> <p>a) CPF; e</p> <p>b) Carteira de Registro Nacional Migratório, Documento Provisório de Registro Nacional Migratório ou Protocolo expedido pela Polícia Federal.</p>	
	<p>Parágrafo único. Todos os documentos apresentados pelo interessado deverão ser originais e legíveis.</p>	
	<p>Art. 10. A fotografia, a assinatura e a identificação digital do requerente serão capturadas pelo próprio sistema no momento do procedimento de identificação, obedecidos os padrões de qualidade.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Parágrafo único. Em casos de localidades que não dispõem de sistema informatizado de emissão da CTPS, o requerente apresentará uma fotografia 3cm x 4cm recente.</p>	
	<p>Art. 11. A personalização e a emissão da CTPS para imigrantes será feita, exclusivamente, pelas unidades descentralizadas do Ministério do Trabalho e Previdência.</p>	
	<p>Art. 12. Os acordos de cooperação técnica de emissão de CTPS, celebrados com base na Portaria MTE nº 369, de 13 de março de 2013, que ainda estejam vigentes, poderão ser renovados até a implementação definitiva do eSocial.</p>	
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO II</p> <p style="text-align: center;">DO CONTRATO DE TRABALHO</p> <p style="text-align: center;">Seção I</p> <p style="text-align: center;">Do registro de empregados e das anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social</p> <p>Art. 13. O registro de empregados de que trata o art. 41 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, ressalvado o</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	disposto no art. 17, e as anotações na Carteira de Trabalho Digital de que trata o art. 29 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, deverão ser realizados pelo empregador por meio do eSocial.	
	Parágrafo único. Na hipótese do § 2º do art. 6º, o registro e as anotações de que tratam o caput serão feitos pelo empregador na CTPS.	
<p>"Art. 14....."</p> <p>f) informações relativas ao monitoramento da saúde do trabalhador, observado o disposto no § 9º;</p>	<p>Art. 14. O registro de empregados é composto por dados relativos à admissão no emprego, duração e efetividade do trabalho, férias, acidentes e demais circunstâncias que interessem à proteção do trabalhador e deverão ser informados nos seguintes prazos:</p> <p>I - até o dia anterior ao início das atividades do trabalhador:</p> <p>a) número do CPF;</p> <p>b) data de nascimento;</p> <p>c) data de admissão;</p> <p>d) matrícula do empregado;</p>	<p>Inclusão da possibilidade de monitoramento da saúde do trabalhador, o que pode ser discriminatório.</p>

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>e) categoria do trabalhador, conforme classificação adotada pelo eSocial;</p> <p>f) natureza da atividade (urbano ou rural);</p> <p>g) código da CBO;</p> <p>h) valor do salário contratual; e</p> <p>i) tipo de contrato de trabalho em relação ao seu prazo, com a indicação do término quando se tratar de contrato por prazo determinado;</p> <p>II - até o dia quinze do mês subsequente ao mês em que o empregado foi admitido:</p> <p>a) nome completo, sexo, grau de instrução, endereço, nacionalidade, raça, cor e, desde que requerido pelo empregado, o nome social;</p> <p>b) descrição do cargo e, quando for o caso, da função;</p> <p>c) descrição do salário variável, quando for o caso;</p> <p>d) nome e dados cadastrais dos dependentes;</p> <p>e) horário de trabalho ou informação de enquadramento conforme disposto no art. 62 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>f) identificação do estabelecimento ao qual o empregado está vinculado ou, no caso do empregado doméstico, identificação do endereço onde o trabalhador exerce suas atividades;</p> <p>g) informação de empregado com deficiência ou reabilitado, constatado em laudo caracterizador de deficiência ou em certificado de reabilitação, bem como se a contratação está sendo computada na cota de pessoa com deficiência;</p> <p>h) indicação do empregador para o qual a contratação de aprendiz está sendo computada no cumprimento da cota, nos casos em que a contratação é feita por entidade sem fins lucrativos;</p> <p>i) identificação do alvará judicial em caso de contratação de trabalhadores com idade inferior à legalmente permitida;</p> <p>j) data de opção do empregado pelo FGTS, nos casos de admissão anterior a 1º de outubro de 2015, para empregados domésticos ou anterior a 5 de outubro de 1988, para os demais empregados;</p> <p>k) informação relativa a registro sob ação fiscal ou por força de decisão judicial, quando for o caso;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>l) número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do sindicato representativo da categoria preponderante da empresa ou da categoria diferenciada e, se houver, a sua data-base;</p> <p>m) condição de ingresso no Brasil do trabalhador de nacionalidade estrangeira e indicação se sua permanência no País é por prazo determinado ou indeterminado;</p> <p>n) indicação da existência de cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão e a descrição do fato ao qual se vincula o término do contrato por prazo determinado, se for o caso;</p> <p>o) tipo de admissão, conforme classificação adotada pelo eSocial; e</p> <p>p) data do ingresso na sucessora, CNPJ da sucedida e matrícula do trabalhador na sucedida em caso de transferência;</p> <p>III - até o dia quinze do mês seguinte ao da ocorrência:</p> <p>a) alterações cadastrais e contratuais de que tratam as alíneas "e" a "i" do inciso I e as alíneas "a" a "i" e "l" a "n" do inciso II;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>b) alteração contratual de que trata a alínea "i" do inciso I quando houver indeterminação do prazo do contrato de trabalho originalmente firmado por prazo determinado cujo termo estava vinculado à ocorrência de um fato;</p> <p>c) gozo de férias;</p> <p>d) afastamento por acidente ou doença relacionada ao trabalho, com duração não superior a quinze dias;</p> <p>e) afastamentos temporários descritos no Anexo I;</p> <p>f) informações relativas ao monitoramento da saúde do trabalhador;</p> <p>g) informações relativas às condições ambientais de trabalho;</p> <p>h) transferência de empregados para empresas do mesmo grupo econômico, consórcio, ou por motivo de sucessão, fusão, incorporação ou cisão de empresas;</p> <p>i) cessão de empregado, com indicação da data da cessão, CNPJ do cessionário e existência de ônus para o cedente;</p> <p>j) reintegração ao emprego; e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>k) treinamentos, capacitações, exercícios simulados e outras anotações que obrigatoriamente devam constar no registro do empregado por força das normas regulamentadoras;</p> <p>IV - no décimo sexto dia do afastamento:</p> <p>a) por acidente ou doença relacionados ou não ao trabalho, com duração superior a quinze dias; e</p> <p>b) por acidente ou doença relacionados ou não ao trabalho, com qualquer duração, que ocorrerem dentro do prazo de sessenta dias pelo mesmo motivo que gerou a incapacidade, e tiverem em sua totalidade duração superior a quinze dias;</p> <p>V - de imediato:</p> <p>a) o acidente de trabalho ou doença profissional que resulte morte; e</p> <p>b) afastamento por acidente ou doença relacionados ou não ao trabalho, com qualquer duração, quando ocorrer dentro do prazo de sessenta dias do retorno de afastamento anterior pelo mesmo motivo que tenha gerado a incapacidade, gerador do recebimento de auxílio-doença;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>VI - até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência:</p> <p>a) o acidente de trabalho e a doença profissional que não resulte morte; e</p> <p>b) a prorrogação do contrato por prazo determinado, com indicação da data de término; e</p> <p>VII - até o décimo dia seguinte ao da ocorrência, os dados de desligamento quando acarretar extinção do vínculo empregatício, observado o disposto no § 6º do caput, com a indicação da data e do motivo do desligamento, da data do aviso prévio e, se indenizado, da data projetada para término do contrato de trabalho.</p>	
	<p>§ 1º O registro do empregado será feito pelo empregador pessoa jurídica identificado pelo número de inscrição no CNPJ raiz e pelo empregador pessoa física identificado pelo número de inscrição no CPF.</p>	
<p>§ 2º O número do recibo eletrônico emitido pelo eSocial quando da recepção e validação dos eventos correspondentes comprova o cumprimento das obrigações previstas neste artigo, quando houver a opção pelo registro eletrônico de empregados de que trata o art. 16.</p>	<p>§ 2º A comprovação do cumprimento das obrigações previstas nesta Seção se dará pelo número do recibo eletrônico emitido pelo eSocial quando da recepção e validação do evento correspondente.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 3º O registro do empregado deverá ser mantido com as informações corretas e atualizadas, hipótese em que a omissão ou a prestação de declaração falsa ou inexata será considerada infração, nos termos do § 3º do art. 29 e do art. 47 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	
	<p>§ 4º A matrícula de que trata a alínea "d" do inciso I do caput refere-se a cada um dos contratos de trabalho do empregado e será única por empregador, vedada a reutilização.</p>	
	<p>§ 5º Na hipótese da alínea "b" do inciso IV do caput, todos os afastamentos ainda não informados que forem utilizados no cômputo dos quinze dias de afastamento, deverão ser informados no prazo estipulado no dispositivo.</p>	
	<p>§ 6º A contagem do prazo de que trata o inciso VII do caput exclui o dia do desligamento e inclui o do vencimento.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 7º A prestação das informações previstas nas alíneas "f" e "g" do inciso III do caput e na alínea "a" dos incisos V e VI do caput, somente será exigível a partir do início da obrigatoriedade do envio dos eventos de segurança e saúde do trabalho ao eSocial.</p>	
	X	Na Portaria nº 671 não há o parágrafo 8º. Possível erro de contagem dos parágrafos.
<p>§ 9º Com relação às informações previstas na alínea "f" do inciso III do <i>caput</i>, considera-se como data da ocorrência a da realização do correspondente exame médico, exceto em relação ao exame admissional, caso em que a data da ocorrência deve ser considerada como sendo a data da admissão do empregado." (NR)</p>		
	<p>Art. 15. O empregador anotarará na CTPS do empregado os seguintes dados:</p> <p>I - até cinco dias úteis contados da data de admissão</p> <p>a) data de admissão;</p> <p>b) código da CBO;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>c) valor do salário contratual;</p> <p>d) tipo de contrato de trabalho em relação ao seu prazo, com a indicação do término, na hipótese de contrato por prazo determinado; e</p> <p>e) categoria do trabalhador, conforme classificação adotada pelo eSocial.</p> <p>II - até o dia quinze do mês subsequente ao que o empregado foi admitido:</p> <p>a) descrição do cargo ou função;</p> <p>b) descrição do salário variável, quando for o caso;</p> <p>c) identificação do estabelecimento ao qual o empregado está vinculado ou, no caso do empregado doméstico, identificação do endereço onde o trabalhador exerce suas atividades;</p> <p>d) a estimativa de gorjeta, quando for o caso;</p> <p>e) em se tratando de aprendiz, o arco ocupacional ou itinerário formativo utilizado com seus respectivos códigos CBO, quando for o caso;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>f) descrição do fato ao qual se vincula o término do contrato por prazo determinado, se for o caso;</p> <p>g) tipo de admissão, conforme classificação adotada pelo eSocial; e</p> <p>h) data do ingresso na sucessora e CNPJ da sucedida em caso de transferência; e</p> <p>III - até o dia quinze do mês seguinte ao da ocorrência:</p> <p>a) alterações contratuais de que tratam as alíneas "b", "c" e "e" do inciso I e o inciso II do caput;</p> <p>b) alteração contratual de que trata a alínea "d" do inciso I do caput quando houver indeterminação do prazo do contrato de trabalho originalmente firmado por prazo determinado cujo termo estava vinculado à ocorrência de um fato;</p> <p>c) gozo de férias;</p> <p>d) transferência de empregados para empresas do mesmo grupo econômico, consórcio, ou por motivo de sucessão, fusão, incorporação ou cisão de empresas;</p> <p>e) cessão de empregado, com indicação da data da cessão e CNPJ do cessionário;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>f) reintegração ao emprego; e</p> <p>g) anotações previstas nas normas regulamentadoras;</p> <p>IV - até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência da prorrogação do contrato por prazo determinado, com indicação da data do término; e</p> <p>V - até o décimo dia seguinte ao da ocorrência, os dados de desligamento quando acarretar extinção do vínculo empregatício, observado o disposto no § 6º do art. 14, com a indicação da data e do motivo do desligamento, e se aviso prévio indenizado, da data projetada para término do contrato de trabalho.</p>	
	<p>§ 1º O envio das informações previstas e prazos estabelecidos no art. 14 dispensa o reenvio para fins de anotação na CTPS.</p>	
	<p>§ 2º As anotações previstas neste artigo serão disponibilizadas ao trabalhador por meio do aplicativo Carteira de Trabalho Digital ou de página eletrônica específica, após o processamento dos respectivos registros, e constituem prova do vínculo de emprego</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	para o trabalhador, inclusive perante a Previdência Social.	
	§ 3º Não poderão compor a Carteira de Trabalho Digital informações que contrariem o disposto no § 4º do art. 29 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.	
§ 4º A anotação da condição de trabalhador temporário na CTPS, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro 1974, será efetivada pela empresa de trabalho temporário com as informações e nos prazos previstos neste artigo	§ 4º A anotação da condição de trabalhador temporário na CTPS, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro 1974, será efetivada pela empresa de trabalho temporário com as informações previstas neste artigo.	Inclusão da expressão “nos prazos”.
	§ 5º Na hipótese de trabalhador temporário, as informações previstas na alínea "c" do inciso II do <i>caput</i> correspondem à identificação do estabelecimento da empresa de trabalho temporário, bem como do estabelecimento da empresa tomadora de serviços aos quais o trabalhador está vinculado.	
§ 6º O cumprimento das obrigações previstas no § 2º do art. 29 e no § 3º do art. 135, ambos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, ocorrerá mediante o envio das		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
informações relacionadas nos incisos III, IV e V do <i>caput</i> deste artigo.		
§ 7º O número do recibo eletrônico emitido pelo eSocial quando da recepção e validação dos eventos correspondentes comprova o cumprimento das obrigações previstas neste artigo." (NR)		
	Art. 16. Para a utilização de sistema de registro eletrônico de empregados previsto no art. 41 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT é obrigatório o uso do eSocial, vedados outros meios de registro.	
	Parágrafo único. O disposto no <i>caput</i> não se aplica aos empregadores ainda não obrigados ao eSocial.	
	Art. 17. O empregador já obrigado ao eSocial que optar por não realizar o registro dos empregados por meio eletrônico anotará, nos mesmos prazos, as informações previstas no art. 14 em livro ou ficha de registro, que permanecerá no estabelecimento ao qual o trabalhador estiver vinculado.	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º As anotações serão feitas sem abreviaturas, e serão ressalvadas, ao final de cada assentamento, as emendas, entrelinhas, rasuras ou qualquer circunstância que possa gerar dúvida.</p>	
	<p>§ 2º O empregador fornecerá cartão de identificação que contenha nome completo, número do CPF, cargo e matrícula aos empregados registrados em livro ou ficha e que trabalhem em local diverso do estabelecimento ao qual estão vinculados.</p>	
	<p>Art. 18. Os registros relativos a admissões para fins de pagamento do seguro-desemprego, nos termos do inciso I do caput do art. 7º e do art. 24 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, serão prestadas:</p> <p>I - nos termos do disposto no inciso I do art. 14; ou</p> <p>II - no prazo estipulado em notificação para comprovação do registro do empregado lavrada em ação fiscal conduzida por Auditor-Fiscal do Trabalho.</p>	
	<p>Art. 19. Os empregadores ainda não obrigados ao eSocial terão o prazo de noventa dias, a contar do início da</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>obrigatoriedade do envio das informações cadastrais e contratuais dos empregados, para inserir no referido sistema as informações relativas aos contratos de trabalho em vigor, inclusive os suspensos ou interrompidos.</p>	
	<p>Art. 20. Até que seja obrigatória a utilização do sistema de escrituração digital previsto no art. 16 da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e obedecido o cronograma de faseamento dos grupos de eventos, ficam as obrigações constantes dos art. 14 e art. 15 condicionadas às seguintes disposições:</p> <p>I - para fins de cumprimento da obrigação relacionada ao registro de empregado:</p> <p>a) as informações previstas nas alíneas "d" a "i" do inciso I do caput do art. 14 podem ser prestadas até o dia 15 do mês subsequente ao que o empregado foi admitido; e</p> <p>b) as informações constantes na alínea "k" do inciso III do caput do art. 14 não precisam ser prestadas;</p> <p>II - para fins de cumprimento da obrigação relacionada à anotação da CTPS:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>a) as informações previstas nas alíneas "b" a "e" do inciso I do caput do art. 15 podem ser prestadas até o dia 15 do mês subsequente ao que o empregado foi admitido; e</p> <p>b) as informações constantes na alínea "g" do inciso III do caput do art. 15 não precisam ser prestadas.</p>	
	<p>Art. 21. Aos empregadores ainda não obrigados a utilizar o eSocial, o registro de empregados de que trata o art. 41 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, será realizado com as seguintes informações:</p> <p>I - nome do empregado, data de nascimento, filiação, nacionalidade e naturalidade;</p> <p>II - número e série da CTPS;</p> <p>III - número de identificação do cadastro no Programa de Integração Social - PIS ou no Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público - PASEP;</p> <p>IV - data de admissão;</p> <p>V - cargo e função;</p> <p>VI - remuneração;</p> <p>VII - jornada de trabalho;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>VIII - férias;</p> <p>IX - acidente do trabalho e doenças profissionais, quando houver; e</p> <p>X - condição de pessoa reabilitada ou com deficiência e respectivo tipo de deficiência, quando for o caso.</p>	
	<p>Parágrafo único. O registro de empregado deverá estar atualizado e obedecerá à numeração sequencial por estabelecimento.</p>	
	<p>Art. 22. O empregador não obrigado ao eSocial poderá efetuar o registro de empregados em sistema informatizado que garanta a segurança, a inviolabilidade, a manutenção e a conservação das informações e que:</p> <p>I - mantenha registro individual em relação a cada empregado;</p> <p>II - mantenha registro original, individualizado por empregado, acrescido das retificações ou das averbações, quando for o caso; e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	III - assegure, a qualquer tempo, o acesso da fiscalização trabalhista às informações, por meio de tela, impressão de relatório e meio magnético.	
	§ 1º O sistema conterà rotinas autoexplicativas, para facilitar o acesso e o conhecimento dos dados registrados.	
	§ 2º As informações e relatórios deverão conter data e hora do lançamento, atestada a sua veracidade por meio de rubrica e identificação do empregador ou de seu representante legal nos documentos impressos.	
	§ 3º O sistema possibilitará à fiscalização o acesso às informações e dados dos últimos doze meses.	
	§ 4º As informações anteriores a doze meses poderão ser apresentadas no prazo de dois a oito dias via terminal de vídeo ou relatório ou por meio magnético, a critério do Auditor-Fiscal do Trabalho.	
	Art. 23. O empregador não obrigado ao eSocial poderá adotar ficha de anotações, exceto quanto às datas de	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	admissão e de extinção do contrato de trabalho, que deverão ser anotadas na própria CTPS.	
	Parágrafo único. O empregado poderá, a qualquer tempo, solicitar a atualização e o fornecimento, impresso ou digital, de dados constantes na sua ficha de anotações.	
	<p style="text-align: center;">Seção II</p> <p style="text-align: center;">Do trabalhador autônomo</p> <p>Art. 24. Esta Seção estabelece regras relativas à contratação do trabalhador autônomo, conforme disposto no art. 442-B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	
	Art. 25. A contratação do autônomo, cumpridas todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT	
	Parágrafo único. Não caracteriza a qualidade de empregado o fato de o autônomo prestar serviços a apenas um tomador de serviços.	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 26. O autônomo poderá prestar serviços de qualquer natureza a outros tomadores de serviços que exerçam ou não a mesma atividade econômica, sob qualquer modalidade de contrato de trabalho, inclusive como autônomo.</p>	
	<p>Art. 27. Fica garantida ao autônomo a possibilidade de recusa de realizar atividade demandada pelo contratante, ressalvada a possibilidade de aplicação de cláusula de penalidade, pela recusa, caso prevista em contrato.</p>	
	<p>Art. 28. Presente a subordinação jurídica, será reconhecido o vínculo empregatício, ainda que o trabalhador preste serviços por meio de pessoa jurídica.</p>	
	<p>Parágrafo único. A caracterização da subordinação jurídica deverá ser demonstrada no caso concreto, comprovada a submissão direta, habitual e reiterada do trabalhador aos poderes diretivo, regulamentar e disciplinar da empresa contratante, entre outros.</p>	
	<p>Seção III</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p align="center">Do trabalhador intermitente</p> <p>Art. 29. Esta Seção estabelece regras relativas ao contrato de trabalho para prestação de trabalho intermitente, nos termos do § 3º do art. 443 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	
	<p>Art. 30. O contrato de trabalho intermitente, de que trata o art. 452-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, será celebrado por escrito, ainda que previsto em acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva, e conterà:</p> <p>I - identificação, assinatura e domicílio ou sede das partes;</p> <p>II - valor da hora ou do dia de trabalho, que não será inferior ao valor horário ou diário do salário mínimo, nem inferior àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função, assegurada a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; e</p> <p>III - o local e o prazo para o pagamento da remuneração.</p>	
	<p>Art. 31. O empregado, mediante prévio acordo com o empregador, poderá usufruir suas férias em até três</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	períodos, nos termos do § 1º e do § 3º do art. 134 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.	
	Art. 32. Na hipótese de o período de convocação exceder um mês, o pagamento das parcelas a que se referem o § 6º do art. 452-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, não poderá ser estipulado por período superior a um mês, e deverão ser pagas até o quinto dia útil do mês seguinte ao trabalhado, de acordo com o previsto no § 1º do art. 459 da referida lei.	
	Art. 33. A remuneração horária ou diária do trabalhador intermitente pode ser superior à paga aos demais trabalhadores da empresa contratados a prazo indeterminado, dadas as características especiais do contrato de trabalho intermitente.	
	Art. 34. Serão considerados cumpridos os prazos de convocação ao trabalho e resposta ao chamado, previstos no § 1º e § 2º do art. 452-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, quando constatada a prestação dos serviços pelo trabalhador intermitente.	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 35. É facultado às partes convencionar por meio do contrato de trabalho intermitente:</p> <p>I - locais de prestação de serviços;</p> <p>II - turnos para os quais o empregado será convocado para prestar serviços; e</p> <p>PORTARIA</p> <p>III - formas e instrumentos de convocação e de resposta para a prestação de serviços.</p>	
	<p>Art. 36. Para fins do disposto no § 3º do art. 443 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, considera-se período de inatividade o intervalo temporal distinto daquele para o qual o empregado intermitente haja sido convocado e tenha prestado serviços nos termos do § 1º do art. 452-A da referida lei.</p>	
	<p>§ 1º Durante o período de inatividade, o empregado poderá prestar serviços de qualquer natureza a outros tomadores de serviço, que exerçam ou não a mesma atividade econômica, utilizando contrato de trabalho intermitente ou outra modalidade de contrato de trabalho.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 2º No contrato de trabalho intermitente, o período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador e não será remunerado, hipótese em que ficará descaracterizado o contrato de trabalho intermitente se houver remuneração por tempo à disposição no período de inatividade.</p>	
	<p>Art. 37. As verbas rescisórias e o aviso prévio serão calculados com base na média dos valores recebidos pelo empregado no curso do contrato de trabalho intermitente.</p>	
	<p>Art. 38. No contrato de trabalho intermitente, o empregador efetuará o recolhimento das contribuições previdenciárias próprias e do empregado e o depósito do FGTS com base nos valores pagos no período mensal e fornecerá ao empregado comprovante do cumprimento dessas obrigações.</p>	
	<p>Art. 39. A comissão de representantes dos empregados a que se refere o Título IV-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, não substituirá a função do sindicato de defender os direitos e os interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, hipótese em que será obrigatória a</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	participação dos sindicatos em negociações coletivas de trabalho, nos termos dos incisos III e VI do caput do art. 8º da Constituição.	
	<p style="text-align: center;">Seção IV</p> <p style="text-align: center;">Do consórcio de empregadores rurais</p> <p>Art. 40. Considera-se consórcio de empregadores rurais a união de produtores rurais, pessoas físicas, com a finalidade única de contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes.</p>	
	<p>Art. 41. O Auditor-Fiscal do Trabalho, quando da fiscalização em propriedade rural em que haja prestação de trabalho a produtores rurais consorciados, procederá ao levantamento físico, com o objetivo de identificar os trabalhadores encontrados em atividade e distinguir os empregados diretos do produtor e aqueles comuns ao grupo consorciado.</p>	
	<p>Art. 42. Feito o levantamento físico e tendo o Auditor-Fiscal do Trabalho identificado trabalhadores contratados por consórcio de empregadores rurais,</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>solicitará os seguintes documentos, que estarão centralizados no local de administração do consórcio:</p> <p>I - matrícula do Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física - CAEPF;</p> <p>II - pacto de solidariedade, conforme disposto no art. 265 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, registrado em cartório de títulos e documentos;</p> <p>III - documentos relativos à administração do consórcio, inclusive de outorga de poderes pelos produtores a um deles para contratar e gerir a mão de obra a ser utilizada nas propriedades integrantes do grupo;</p> <p>IV - livro, ficha ou sistema de registro de empregados, na hipótese de não utilização de sistema eletrônico; e</p> <p>V - demais documentos necessários à autuação fiscal.</p>	
	<p>§ 1º O nome especificado na matrícula referida no inciso I do caput deverá constar como empregador no registro do empregado e em todos os documentos decorrentes do contrato único de prestação de trabalho entre cada trabalhador e os produtores rurais consorciados.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 2º No pacto de solidariedade, em que os produtores rurais se responsabilizarão solidariamente pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação dos trabalhadores comuns, constará a identificação de todos os consorciados com:</p> <p>I - nome completo;</p> <p>II - CPF;</p> <p>III - documento de identidade;</p> <p>IV - matrícula CAEPF;</p> <p>V - endereço e domicílio; e</p> <p>VI - endereço das propriedades rurais onde os trabalhadores exercerão atividades.</p>	
	<p>Art. 43. Constatada a violação de preceito legal pelo consórcio de empregadores rurais, o Auditor-Fiscal do Trabalho deverá lavrar o competente auto de infração em nome contido no CPF do produtor que encabeça a matrícula, e no histórico do auto de infração, o CPF dos demais produtores que constam no pacto de solidariedade e do CAEPF, e demais informações</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	necessárias à caracterização da prestação de trabalho a produtores consorciados.	
	<p>§ 1º O Auditor-Fiscal do Trabalho, sempre que possível, deverá juntar ao auto de infração a cópia do CAEPF e do pacto de solidariedade, a fim de garantir a identificação de todos os produtores rurais.</p>	
	<p>§ 2º A infração do disposto ao caput do art. 41 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, ensejará a lavratura do competente auto de infração em nome do proprietário ou possuidor da propriedade em que o empregado sem registro for encontrado em atividade.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção V</p> <p style="text-align: center;">Do contrato e da nota contratual de músicos profissionais, artistas e técnicos de espetáculos de diversões</p> <p>Art. 44. Conforme disposições da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, e da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, ficam aprovados os modelos de instrumentos contratuais para contratação de músicos profissionais,</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>artistas e técnicos de espetáculos de diversões, denominados:</p> <p>I - contrato de trabalho por prazo determinado ou indeterminado, conforme previsto no Anexo II; e</p> <p>II - nota contratual para substituição ou para prestação de serviço caracteristicamente eventual de músicos, artistas e técnicos de espetáculos de diversões conforme previsto no Anexo III.</p>	
	<p>Parágrafo único. Os modelos citados nos incisos I e II do caput serão obrigatórios na contratação desses profissionais.</p>	
	<p>Art. 45. O contrato de trabalho e a nota contratual deverão ser devidamente preenchidos na forma contida nos Anexos II e III, conforme o caso, e constituirão documento comprobatório de rendimentos do músico, artista ou técnico em espetáculos de diversões contratado.</p>	
	<p>Art. 46. A nota contratual constituirá o instrumento de contrato a ser utilizado em casos de substituição ou para prestação de serviço caracteristicamente eventual de</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>músico, artista ou de técnico em espetáculos de diversões, por prazo não superior a sete dias consecutivos, vedada a utilização desse mesmo profissional, nos sessenta dias subsequentes, por essa forma, pelo mesmo empregador.</p>	
	<p>Art. 47. Os instrumentos contratuais, conforme modelo aprovado por esta Seção, poderão ser disponibilizados aos trabalhadores por suas entidades sindicais representativas e deverão ser gerados:</p> <p>I - para contratação de músicos, em quatro vias, constituído da:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) primeira, que ficará em poder do contratante, a ser disponibilizado à Inspeção do Trabalho; b) segunda, para entrega ao contratado; c) terceira, para envio à Ordem dos Músicos do Brasil; e d) quarta, para envio à entidade sindical representativa da categoria; <p>II - para contratação de artistas e técnicos em espetáculos de diversões, em três vias, constituído da:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>a) primeira, que ficará em poder do contratante, a ser disponibilizado à Inspeção do Trabalho;</p> <p>b) segunda, para entrega ao contratado; e</p> <p>c) terceira, para envio à entidade sindical representativa da categoria.</p>	
	<p>Art. 48. O não cumprimento dos dispositivos da presente Seção sujeitará os infratores às sanções previstas em lei.</p>	
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO III</p> <p style="text-align: center;">DO CONTRATO DE PARCERIA ENTRE SALÕES DE BELEZA E OS PROFISSIONAIS</p> <p>Art. 49. Este Capítulo dispõe sobre a homologação de contratos de parceria entre salões de beleza e profissionais que desempenham as atividades de cabeleireiro, de barbeiro, de esteticista, de manicure, de pedicure, de depilador e de maquiador pelo Ministério do Trabalho e Previdência, conforme o disposto no § 8º do art. 1-A da Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012.</p>	
	<p>Art. 50. A homologação dos contratos de parceria de que trata o art. 49 compete aos Superintendentes Regionais</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	das unidades descentralizadas do Ministério do Trabalho e Previdência, na ausência de sindicato da categoria profissional e laboral.	
	<p>§ 1º A homologação deve ser feita, perante duas testemunhas, pelo Superintendente Regional do Trabalho da unidade da Federação na qual se dará a execução do contrato de parceria, após a verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 51.</p>	
	<p>§ 2º A análise e homologação dos contratos de parceria de que trata o caput poderá ser objeto de delegação, observado o disposto no § 1º do caput .</p>	
	<p>Art. 51. Para fins de homologação, os contratos de parceria deverão conter as seguintes cláusulas:</p> <p>I - percentual das retenções pelo salão-parceiro dos valores recebidos por cada serviço prestado pelo profissional-parceiro;</p> <p>II - obrigação, por parte do salão-parceiro, de retenção e de recolhimento dos tributos e contribuições sociais e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>previdenciárias devidos pelo profissional-parceiro em decorrência da atividade deste na parceria;</p> <p>III - condições e periodicidade do pagamento do profissional-parceiro, por tipo de serviço oferecido;</p> <p>IV - direitos do profissional-parceiro quanto ao uso de bens materiais necessários ao desempenho das atividades profissionais e sobre o acesso e circulação nas dependências do estabelecimento;</p> <p>V - possibilidade de rescisão unilateral do contrato, no caso de não subsistir interesse na sua continuidade, mediante aviso prévio de, no mínimo, trinta dias;</p> <p>VI - responsabilidades de ambas as partes com a manutenção e higiene de materiais e equipamentos, das condições de funcionamento do negócio e do bom atendimento aos clientes; e</p> <p>VII - obrigação, por parte do profissional-parceiro, de manutenção da regularidade de sua inscrição perante as autoridades fazendárias.</p>	
	<p>Art. 52. O Superintendente Regional do Trabalho, em caso de ausência de sindicato da categoria profissional, prestará assistência ao profissional-parceiro, com auxílio</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	da Seção de Relações do Trabalho, localizados no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho.	
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO IV</p> <p style="text-align: center;">DA AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE TRABALHADOR POR EMPRESA ESTRANGEIRA PARA TRABALHAR NO EXTERIOR</p> <p>Art. 53. Este Capítulo trata da autorização de contratação de trabalhador por empresa estrangeira para trabalhar no exterior, conforme o disposto no art. 12 da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982.</p>	
	<p>Art. 54. O pedido de autorização deverá ser formulado pela empresa interessada, em língua portuguesa, e remetido à Subsecretaria de Relações de Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, por meio do portal gov.br, instruído com os seguintes documentos:</p> <p>I - comprovação de sua existência jurídica, segundo as leis do país no qual é sediada, consularizada e traduzida para a língua portuguesa, por tradutor oficial juramentado;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>II - comprovação de que pessoa jurídica domiciliada no Brasil detenha pelo menos cinco por cento de participação em seu capital social;</p> <p>III - constituição de procurador no Brasil, com poderes especiais de representação, inclusive o de receber citação; e</p> <p>IV - contrato individual de trabalho, em língua portuguesa, contemplando os preceitos da Lei nº 7.064, de 1982.</p>	
	<p>Parágrafo único. A empresa brasileira de que trata o inciso II do caput responderá solidariamente com a empresa estrangeira pelos encargos e obrigações decorrentes da contratação do trabalhador.</p>	
	<p>Art. 55. A autorização para contratação de trabalhador, por empresa estrangeira, de que trata este Capítulo terá validade de até três anos.</p>	
	<p>Parágrafo único. Nos casos em que for ajustada permanência do trabalhador no exterior por período superior a três anos ou nos casos de renovação do</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>contrato de trabalho, a empresa estrangeira requererá a prorrogação da autorização, junto com:</p> <p>I - os documentos elencados no art. 54 devidamente atualizados;</p> <p>II - a comprovação da concessão dos benefícios de que tratam os art. 21 e art. 22 da Lei nº 7.064, de 1982; e</p> <p>III - a comprovação do gozo de férias anuais, no Brasil, do empregado e de seus dependentes, com despesas de viagens pagas pela empresa estrangeira, na forma do art. 6º da Lei nº 7.064, de 1982.</p>	
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO V</p> <p style="text-align: center;">DA JORNADA DE TRABALHO</p> <p style="text-align: center;">Seção I</p> <p style="text-align: center;">Da autorização transitória para trabalho aos domingos e feriados</p> <p>Art. 56. A autorização transitória para trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos a que se refere o parágrafo único do art. 68 do Decreto-Lei nº 5.452, de</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	1943 - CLT, será regida de acordo com os procedimentos previstos nesta Seção.	
	<p>Parágrafo único. A autorização a que se refere o caput poderá ser concedida nas seguintes hipóteses:</p> <p>I - para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou necessidade imperiosa de serviço; e</p> <p>II - quando a inexecução das atividades puder acarretar prejuízo manifesto.</p>	
	<p>Art. 57. A autorização de que trata o art. 56 será concedida pelo chefe da unidade descentralizada da Inspeção do Trabalho, com circunscrição no local da prestação de serviço, mediante fundamentação técnica que leve à conclusão pela realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto à requerente.</p>	
	<p>Parágrafo único. A autorização transitória poderá ser concedida pelo prazo de até sessenta dias.</p>	
	<p>Art. 58. O requerimento para solicitar a autorização transitória deverá ser instruído por laudo técnico</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	fundamentado, com indicação da necessidade de ordem técnica e os setores que exigem a continuidade do trabalho.	
	§ 1º Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e sujeito à fiscalização.	
	§ 2º O repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de sete semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho.	
	§ 3º Nas atividades do comércio em geral, o repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras a serem estipuladas em negociação coletiva, nos termos da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.	
	Art. 59. A autorização transitória poderá ser cancelada a qualquer momento pelo chefe da unidade descentralizada da Inspeção do Trabalho, após oitiva da	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>empresa, mediante despacho fundamentado e baseado em relatório da Inspeção do Trabalho, desde que observada a ocorrência de uma das seguintes hipóteses no curso da referida autorização:</p> <p>I - descumprimento das exigências constantes desta Seção;</p> <p>II - infração nos atributos de jornada e descanso, constatada pela Inspeção do Trabalho; ou</p> <p>III - situação de grave e iminente risco à segurança e saúde do trabalhador constatada pela Inspeção do Trabalho.</p>	
	<p>Art. 60. Deferida a autorização transitória para trabalho aos domingos e feriados, o início das atividades das empresas nestes dias independe de inspeção prévia.</p>	
	<p>Art. 61. A escala de revezamento será efetuada por livre escolha do empregador.</p>	
	<p>Seção II</p> <p>Da autorização permanente para trabalho aos domingos e feriados</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 62. É concedida, em caráter permanente, autorização para o trabalho aos domingos e feriados, de que tratam os art. 68 e art. 70 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, às atividades constantes do Anexo IV desta Portaria.</p>	
	<p>Art. 63. Os § 1º, § 2º e § 3º do art. 58 também se aplicam à autorização permanente para trabalho aos domingos e feriados.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção III</p> <p style="text-align: center;">Da prorrogação de jornada em atividade insalubre</p> <p>Art. 64. Nas atividades insalubres, quaisquer prorrogações de jornada só poderão ser praticadas mediante autorização da chefia da unidade de segurança e saúde no trabalho da unidade descentralizada da Inspeção do Trabalho correspondente, salvo nas hipóteses de:</p> <p>I - jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso; ou</p> <p>II - haver acordo ou convenção coletiva de trabalho autorizando expressamente a prorrogação.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 65. O pedido de autorização para a prorrogação de jornada em atividade insalubre será apresentado, por meio do portal gov.br, com as seguintes informações:</p> <p>I - identificação do empregador e do estabelecimento, que contenha:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) razão social; b) CNPJ; c) endereço; d) CNAE; e e) número de empregados; <p>II - indicação das funções, setores e turnos cuja jornada será prorrogada, com o número de empregados alcançados pela prorrogação;</p> <p>III - descrição da jornada de trabalho ordinária e a indicação do tempo de prorrogação pretendido; e</p> <p>IV - relação dos agentes insalubres, com identificação da fonte, nível ou concentração e descrição das medidas de controle adotadas.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 66. A análise do pedido deve considerar o possível impacto da prorrogação na saúde dos trabalhadores alcançados.</p>	
	<p>Art. 67. O deferimento do pedido está condicionado ao atendimento dos seguintes requisitos:</p> <p>I - inexistência de autos de infração às normas regulamentadoras, de graduação I3 e I4 nos termos da NR-28, no setor da empresa abrangido pelo pedido de autorização, no período de dois anos;</p> <p>II - inexistência de acidente de trabalho no setor da empresa abrangido pelo pedido de autorização, no período de dois anos, com consequências:</p> <p>a) significativa - lesão à integridade física ou à saúde, que implique em incapacidade temporária por prazo superior a quinze dias;</p> <p>b) severa - que prejudique a integridade física ou a saúde, que provoque lesão ou seqüela permanentes; ou</p> <p>c) fatal;</p> <p>III - adoção de sistema de pausas durante o trabalho, quando previstas em norma regulamentadora, e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>cumprimento das condições para concessão dessas pausas; e</p> <p>IV - cumprimento dos intervalos previstos na legislação.</p>	
	<p>Art. 68. Não será admitida prorrogação de jornada em atividades com exposição a agentes cuja caracterização da insalubridade ocorra por meio de avaliação quantitativa, salvo em situações transitórias e desde que sejam implementadas medidas adicionais de proteção do trabalhador contra a exposição ao agente nocivo.</p>	
	<p>Art. 69. A análise do pedido será feita por meio de análise documental e consulta aos sistemas de informação da Inspeção do Trabalho, referentes a ações fiscais anteriormente realizadas e, caso seja necessário, complementada por inspeção no estabelecimento do empregador.</p>	
	<p>Art. 70. A validade da autorização será determinada pela autoridade que a conceder, nunca superior a cinco anos.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 71. A autorização deve ser cancelada sempre que for verificado o não atendimento às condições estabelecidas no art. 67.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção IV</p> <p style="text-align: center;">Da anotação da hora de entrada e de saída em registro manual, mecânico ou eletrônico</p> <p>Art. 72. A anotação da hora de entrada e de saída em registro manual, mecânico ou eletrônico, de que trata o art. 74 Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, é regida por esta Seção.</p>	
	<p style="text-align: center;">Subseção I</p> <p style="text-align: center;">Do controle de jornada eletrônico</p> <p>Art. 73. Sistema de registro eletrônico de ponto é o conjunto de equipamentos e programas informatizados destinados à anotação da hora de entrada e de saída dos trabalhadores em registro eletrônico, de que trata o § 2º do art. 74 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	
	<p>Art. 74. O sistema de registro de ponto eletrônico deve registrar fielmente as marcações efetuadas, não sendo</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>permitida qualquer ação que desvirtue os fins legais a que se destina, tais como:</p> <p>I - restrições de horário à marcação do ponto;</p> <p>II - marcação automática do ponto, utilizando-se horários predeterminados ou o horário contratual, não se confundindo com o registro por exceção previsto no art. 74, § 4º, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT;</p> <p>III - exigência, por parte do sistema, de autorização prévia para marcação de sobrejornada; e</p> <p>IV - existência de qualquer dispositivo que permita a alteração dos dados registrados pelo empregado.</p>	
	<p>Art. 75. No caso de opção de anotação do horário de trabalho em registro eletrônico, é obrigatório o uso de um dos seguintes tipos de sistema de registro eletrônico de ponto:</p> <p>I - sistema de registro eletrônico de ponto convencional: composto pelo registrador eletrônico de ponto convencional - REP-C e pelo Programa de Tratamento de Registro de Ponto;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>II - sistema de registro eletrônico de ponto alternativo: composto pelo registrador eletrônico de ponto alternativo - REP-A e pelo Programa de Tratamento de Registro de Ponto;</p> <p>III - sistema de registro eletrônico de ponto via programa: composto pelo registrador eletrônico de ponto via programa - REP-P, pelos coletores de marcações, pelo armazenamento de registro de ponto e pelo Programa de Tratamento de Registro de Ponto.</p>	
	<p>Parágrafo único. Coletores de marcações são equipamentos, dispositivos físicos ou programas (softwares) capazes de receber e transmitir para o REP-P as informações referentes às marcações de ponto.</p>	
	<p>Art. 76. O REP-C é o equipamento de automação monolítico, identificado pelo seu número de fabricação e cujo modelo possui certificado de conformidade especificado no art. 90, utilizado exclusivamente para o registro de jornada de trabalho e com capacidade para emitir documentos decorrentes da relação do trabalho e realizar controles de natureza fiscal trabalhista, referentes à entrada e à saída de empregados nos locais de trabalho.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º O REP-C deve estar sempre no local da prestação do serviço e disponível para pronta extração e impressão de dados pelo Auditor-Fiscal do Trabalho.</p>	
	<p>§ 2º O empregador que adquirir o REP-C não poderá aliená-lo para empresa que não pertença ao seu grupo econômico.</p>	
	<p>§ 3º O REP-C somente poderá conter empregados do mesmo empregador, excetuados os seguintes casos:</p> <p>I - registro de jornada do trabalhador temporário regido pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974 no REP-C do tomador de serviços; e</p> <p>II - empresas de um mesmo grupo econômico, nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, que podem determinar a consignação das marcações de ponto no mesmo REP-C dos seus empregados que compartilhem o mesmo local de trabalho ou que estejam trabalhando em outra empresa do mesmo grupo econômico.</p>	
	<p>§ 4º Ocorrendo alguma das situações mencionadas nos incisos I e II do § 3º, o Programa de Tratamento de</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	Registro de Ponto deverá identificar o empregado e considerar as respectivas marcações para o controle de ponto da empresa empregadora.	
	Art. 77. O REP-A é o conjunto de equipamentos e programas de computador que tem sua utilização destinada ao registro da jornada de trabalho, autorizado por convenção ou acordo coletivo de trabalho.	
	<p>§ 1º Para fins de fiscalização, o sistema de registro eletrônico de ponto que utilize REP-A deverá:</p> <p>I - permitir a identificação de empregador e empregado; e</p> <p>II - disponibilizar, no local da fiscalização ou de forma remota, a extração eletrônica ou impressão do registro fiel das marcações realizadas pelo empregado.</p>	
	§ 2º O REP-A somente poderá ser utilizado durante a vigência da convenção ou acordo coletivo de trabalho autorizador, sendo vedada a ultratividade conforme o § 3º do art. 614 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 78. O REP-P é o programa (software) executado em servidor dedicado ou em ambiente de nuvem com certificado de registro nos termos do art. 91, utilizado exclusivamente para o registro de jornada e com capacidade para emitir documentos decorrentes da relação do trabalho e realizar controles de natureza fiscal trabalhista, referentes à entrada e à saída de empregados nos locais de trabalho.</p>	
	<p>Art. 79. O REP-C e o REP-P, definidos no art. 76 e no art. 78, devem emitir ou disponibilizar acesso ao comprovante de registro de ponto do trabalhador, que tem como objetivo comprovar o registro de marcação realizada pelo empregado, contendo no mínimo as seguintes informações:</p> <p>I - cabeçalho contendo o título "Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador";</p> <p>II - Número Sequencial de Registro - NSR;</p> <p>III - identificação do empregador contendo nome, CNPJ/CPF e CEI/CAEPF/CNO, caso exista;</p> <p>IV - local da prestação do serviço ou endereço do estabelecimento ao qual o empregado esteja vinculado,</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>quando exercer atividade externa ou em instalações de terceiros;</p> <p>V - identificação do trabalhador contendo nome e CPF;</p> <p>VI - data e horário do respectivo registro;</p> <p>VII - modelo e número de fabricação, no caso de REP-C, ou número de registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, no caso de REP-P;</p> <p>VIII - código hash (SHA-256) da marcação, exclusivamente para o REP-P; e</p> <p>IX - assinatura eletrônica contemplando todos os dados descritos nos incisos I a VIII, no caso de comprovante impresso.</p>	
	<p>Art. 80. O comprovante de registro de ponto do trabalhador pode ter o formato impresso ou de arquivo eletrônico.</p>	
	<p>Parágrafo único. Caso o comprovante de registro de ponto do trabalhador tenha o formato eletrônico:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - o arquivo deve ter o formato Portable Document Format - PDF e ser assinado eletronicamente conforme art. 87 e art. 88;</p> <p>II - ao trabalhador deve ser disponibilizado, por meio de sistema eletrônico, acesso ao comprovante após cada marcação, independentemente de prévia solicitação e autorização; e</p> <p>III - o empregador deve possibilitar a extração, pelo empregado, dos comprovantes de registro de ponto das marcações realizadas, no mínimo, nas últimas quarenta e oito horas.</p>	
	<p>Art. 81. Todos os tipos de sistema de registro eletrônico de ponto devem gerar o Arquivo Fonte de Dados, conforme Anexo V.</p>	
	<p>§ 1º No caso de REP-C, o Arquivo Fonte de Dados deve ser gravado em dispositivo externo de memória, por meio de porta de saída padrão USB externa, denominada Porta Fiscal, de uso exclusivo pelo Auditor-Fiscal do Trabalho.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 2º No caso de REP-A e REP-P, o Arquivo Fonte de Dados deve ser prontamente gerado e entregue, quando solicitado pelo Auditor-Fiscal do Trabalho.</p>	
	<p>Art. 82. O programa de tratamento de registro de ponto é o conjunto de rotinas informatizadas que tem por função tratar os dados relativos à marcação dos horários de entrada e saída contidas no Arquivo Fonte de Dados, gerando o relatório Espelho de Ponto Eletrônico e o Arquivo Eletrônico de Jornada.</p>	
	<p>Parágrafo único. A função de tratamento dos dados se limitará a acrescentar informações para complementar eventuais omissões no registro de ponto, inclusive ausências e movimentações do banco de horas, ou indicar marcações indevidas.</p>	
	<p>Art. 83. O programa de tratamento de registro de ponto, independentemente do sistema de registro eletrônico de ponto utilizado, deve gerar o Arquivo Eletrônico de Jornada, conforme Anexo VI, e o relatório Espelho de Ponto Eletrônico, conforme art. 84.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Parágrafo único. No caso de programa de tratamento de registro de ponto que utilize REP-A, o arquivo eletrônico e o relatório especificados no caput somente serão exigidos para os acordos e convenções coletivas de trabalho firmados após a entrada em vigência desta Seção.</p>	
	<p>Art. 84. O relatório Espelho de Ponto Eletrônico gerado pelo programa de tratamento de registro de ponto deve conter, no mínimo, as seguintes informações:</p> <p>I - identificação do empregador contendo nome, CNPJ/CPF e CEI/CAEPF/CNO, caso exista;</p> <p>II - identificação do trabalhador contendo nome, CPF, data de admissão e cargo/função;</p> <p>III - data de emissão e período do relatório Espelho de Ponto Eletrônico;</p> <p>IV - horário e jornada contratual do empregado;</p> <p>V - marcações efetuadas no REP e marcações tratadas (incluídas, desconsideradas e pré-assinaladas) no Programa de Tratamento de Registro de Ponto; e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	VI - duração das jornadas realizadas (considerando o horário noturno reduzido, se for o caso).	
	Parágrafo único. O trabalhador deverá ter acesso às informações constantes do relatório Espelho de Ponto Eletrônico por meio de sistema informatizado, mensalmente de forma eletrônica ou impressa ou em prazo inferior, a critério da empresa.	
	Art. 85. O empregador deverá disponibilizar os arquivos eletrônicos gerados e relatórios emitidos pelo programa de tratamento de registro de ponto ao Auditor-Fiscal do Trabalho, quando solicitados, no prazo mínimo de dois dias, a critério deste.	
	Art. 86. A assinatura eletrônica será utilizada como meio de comprovação da autoria e integridade de documentos eletrônicos gerados pelo sistema de registro eletrônico de ponto e pelo programa de tratamento de registro de ponto, nos termos do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>§ 1º A assinatura eletrônica, do fabricante ou do desenvolvedor, deve ser atribuída às saídas geradas pelo REP: Arquivo Fonte de Dados, Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador e, no caso do REP-C, Relação Instantânea de Marcações.</p>	<p>Parágrafo único. A assinatura eletrônica, do fabricante ou do desenvolvedor, deve ser atribuída às saídas geradas:</p> <p>I - pelo REP: Arquivo Fonte de Dados, Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador e, no caso do REP-C, Relação Instantânea de Marcações; e</p> <p>II - pelo Programa de Tratamento de Registro de Ponto: Arquivo Eletrônico de Jornada.</p>	<p>Parágrafo único desmembrado em dois.</p>
<p>§ 2º A assinatura eletrônica, do desenvolvedor ou do empregador, deve ser atribuída à saída gerada pelo Programa de Tratamento de Registro de Ponto: Arquivo Eletrônico de Jornada." (NR)</p>		
	<p>Art. 87. As assinaturas eletrônicas geradas pelo REP-C devem seguir as disposições dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para registrador eletrônico de ponto publicados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.</p>	
	<p>Art. 88. As assinaturas eletrônicas geradas pelo REP-A, REP-P e programa de tratamento de registro de ponto devem utilizar certificados digitais válidos e emitidos por</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>autoridade certificadora integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, constituindo-se em assinaturas eletrônicas qualificadas, nos termos da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.</p>	
	<p>Art. 89. Os fabricantes ou desenvolvedores de sistema de registro de ponto e de programa de tratamento de registro de ponto deverão fornecer à empresa usuária do seu equipamento ou programa o documento denominado Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade, assinado pelo responsável técnico pelo equipamento ou programa e pelo responsável legal da empresa fabricante ou desenvolvedora, afirmando expressamente que seu equipamento ou programa atende às determinações desta Seção.</p>	
	<p>§ 1º O Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade deve ser emitido conforme modelo especificado no Anexo VII.</p>	
	<p>§ 2º O Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade deve ser emitido na forma de documento eletrônico, nos termos do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 2001, e possuir assinatura eletrônica qualificada, nos</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	termos do inciso III do art. 4º da Lei nº 14.063, de 2020, pertencente exclusivamente à pessoa física.	
	§ 3º O arquivo eletrônico que contém o Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade deve ter o formato Portable Document Format - PDF, e o empregador deverá mantê-lo para apresentação à Inspeção do Trabalho.	
	§ 4º O empregador somente poderá utilizar o sistema de registro de ponto e de programa de tratamento de registro de ponto se possuir o Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade emitido pelos fabricantes ou desenvolvedores dos equipamentos ou programas.	
	§ 5º O Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade referente ao REP-C deve conter o nome do algoritmo de hash, a chave pública e o nome do algoritmo de criptografia assimétrica utilizados na assinatura eletrônica definida no art. 87.	
	Art. 90. O REP-C deve ser submetido à análise de conformidade, seguindo os Requisitos de Avaliação da Conformidade para registrador eletrônico de ponto publicados pelo INMETRO, com emissão de certificado de	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	conformidade atestando o atendimento ao art. 76 e aos requisitos elencados no Anexo VIII.	
	Parágrafo único. Qualquer alteração no REP-C certificado, inclusive nos programas residentes, ensejará novo processo de certificação e registro.	
	Art. 91. O REP-P deve possuir certificado de registro de programa de computador no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, atender ao art. 78 e aos requisitos elencados no Anexo IX.	
	Art. 92. Os fabricantes de REP-C deverão se cadastrar junto ao Ministério do Trabalho e Previdência e solicitar o registro de cada um dos modelos que produzirem.	
	Parágrafo único. Para o registro de modelo de REP-C, o fabricante deverá apresentar o certificado de conformidade previsto no art. 90 e o Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade previsto no art. 89.	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Art. 92-A. Fica delegada ao INMETRO atribuição para:</p> <p>I - coordenar a elaboração dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para o REP-C, mediante assessoria do Ministério do Trabalho e Previdência;</p> <p>II - fiscalizar, em todo território nacional, diretamente e por meio das entidades de direito público, com ele conveniadas, com base na Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, o cumprimento das disposições formais contidas no Capítulo VII do Título II do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, das disposições relativas ao REP-C contidas neste Capítulo e das demais disposições relativas à avaliação da conformidade para REP-C; e</p> <p>III - planejar, desenvolver e implementar os programas de avaliação da conformidade para o REP-C no âmbito do Sistema Brasileiro de Normalização, Metrologia e Qualidade Industrial - SINMETRO." (NR)</p>		<p>Delega atribuições ao INMETRO. Não seria necessária a participação do MTP nesses procedimentos?</p>
	<p align="center">Subseção II</p> <p align="center">Do controle de jornada manual ou mecânico</p> <p>Art. 93. O registro manual deve espelhar a real jornada praticada pelo trabalhador, vedada a mera assinalação</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	do horário contratual, salvo a possibilidade de pré-assinalação do período de repouso, autorizada pelo art. 74, § 2º, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.	
	Parágrafo único. É permitida a utilização de registro de ponto manual por exceção à jornada regular de trabalho, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.	
	Art. 94. O registro mecânico deve espelhar a real jornada praticada pelo trabalhador, registrada por processo mecânico que consigne as marcações de ponto de forma impressa e indelével, em cartão individual, sendo permitida a pré-assinalação do período de repouso.	
	Parágrafo único. É permitida a utilização de registro de ponto mecânico por exceção à jornada regular de trabalho, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.	
	Art. 95. Quando a empresa adotar registro de ponto manual ou mecânico e a jornada de trabalho for executada integralmente fora do estabelecimento do empregador, o horário de trabalho constará de ficha ou	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	papeleta, que ficará em poder do empregado, devendo ser restituída ao empregador após o término do período de apuração do ponto.	
	<p style="text-align: center;">Subseção III</p> <p style="text-align: center;">Das disposições transitórias</p> <p>Art. 96. Os modelos de registradores eletrônicos de ponto já certificados na vigência da Portaria MTE nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, poderão continuar a ser fabricados, bem como utilizados pelos empregadores.</p>	
	<p>§ 1º Os registradores eletrônicos de ponto especificados no <i>caput</i> podem continuar a gerar o Arquivo Fonte de Dados em conformidade com o leiaute especificado à época de sua certificação.</p>	
	<p>§ 2º Com relação à geração do arquivo mencionado no § 1º, o preenchimento do campo de doze caracteres reservado ao Programa de Integração Social - PIS para inclusão de empregados nos registradores eletrônicos de ponto certificados nos termos da Portaria MTE nº 1.510, de 2009, deve ser preenchido da seguinte forma:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - empregados que possuem PIS: colocar "0" na primeira posição do campo e o PIS completo nas próximas onze posições;</p> <p>II - empregados que não possuem PIS e o REP não faz validação do PIS: colocar "9" na primeira posição e o CPF completo nas próximas onze posições; e</p> <p>III - empregados que não possuem PIS e o REP faz validação do PIS: colocar "8" na primeira posição, os dez primeiros dígitos do CPF nas posições seguintes e na última posição, o dígito verificador do PIS considerando os dez primeiros dígitos do CPF.</p>	
	<p>Art. 97. Os desenvolvedores de programa de tratamento de registro de ponto e usuários terão o prazo de um ano, a partir da data de publicação desta Seção, para se adequarem às exigências do art. 83.</p>	
	<p style="text-align: center;">Subseção IV</p> <p style="text-align: center;">Das disposições finais</p> <p>Art. 98. Comprovada a adulteração de horários marcados pelo trabalhador ou a existência de dispositivos, programas ou sub-rotinas que permitam a adulteração</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>dos reais dados do controle de jornada ou parametrizações e bloqueios na marcação, o Auditor-Fiscal do Trabalho deverá apreender documentos e equipamentos, copiar programas e dados que julgar necessários para comprovação do ilícito.</p>	
	<p>Art. 99. Equipara-se ao fabricante ou desenvolvedor nacional, para efeitos desta Seção, o importador que legalmente introduzir no Brasil qualquer um dos tipos de sistema de registro eletrônico de ponto definidos nesta Seção.</p>	
	<p>Parágrafo único. O manual do usuário, o Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade, a documentação técnica e as informações constantes no sistema de registro eletrônico de ponto importado devem ser redigidos em língua portuguesa</p>	
	<p>Art. 100. O empregador deve fornecer os dados constantes em sistemas eletrônicos admitidos pela legislação que possibilitem a aferição da jornada de trabalho dos empregados, a exemplo dos sistemas de rastreamento via satélite, quando solicitados pelo Auditor-Fiscal do Trabalho.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 101. O empregador e as empresas envolvidas no tratamento dos dados devem observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.</p>	
<p align="center">CAPÍTULO V-A</p> <p align="center">DA APURAÇÃO DE PARCELAS VARIÁVEIS DA REMUNERAÇÃO</p> <p>Art. 101-A. Este Capítulo dispõe sobre a forma de apuração e o prazo de pagamento das parcelas variáveis que compõem a remuneração do trabalhador, em especial aquelas relativas ao trabalho realizado após o dia vinte de cada mês.</p>		<p>Item incluído na Portaria nº 671.</p> <p>O artigo 459, § 1º, da CLT estabelece que o pagamento do salário pago por mês deve ocorrer até o 5º dia útil do mês subsequente.</p> <p>O Capítulo V-A apresenta justificativas específicas para que a empresa não seja multada por infrações relativas ao pagamento fora desse prazo (5º dia útil do mês subsequente) pelo auditor fiscal.</p>
<p>Art. 101-B. Não constitui infração ao disposto no § 1º do art. 459 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, o pagamento, no prazo para quitação do salário do mês subsequente, das seguintes verbas:</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>I - parcelas variáveis da remuneração do empregado relativas ao trabalho realizado após o dia vinte de cada mês; e</p> <p>II - devoluções de descontos decorrentes de faltas, atrasos e de saídas antecipadas, quando justificados após o dia vinte de cada mês.</p>		
<p>§ 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por parcela variável aquela cuja aferição dependa de parâmetros quantitativos relacionados à jornada ou à produtividade do empregado, tais como horas extraordinárias, comissões, gorjetas e produção.</p>		
<p>§ 2º Para os empregados remunerados exclusivamente por comissão ou produção, cuja admissão ou retorno ao trabalho ocorrer após o dia vinte do mês, fica garantido o salário-mínimo ou piso da categoria, proporcionais aos dias trabalhados, a ser pago até o quinto dia útil do mês subsequente ao da admissão ou retorno.</p>		
<p>§ 3º Não se consideram parcelas variáveis da remuneração, para fins do disposto neste artigo, o</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>salário decorrente da jornada regular do empregado, ainda que horista, diarista ou semanalista." (NR)</p>		
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VI</p> <p style="text-align: center;">DOS EFEITOS DE DÉBITOS SALARIAIS, DE MORA DE FGTS, DE MORA CONTUMAZ SALARIAL E DE MORA CONTUMAZ DE FGTS</p> <p>Art. 102. Para os efeitos do Decreto-Lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968, do § 1º do art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do art. 50 ao art. 52 do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, considera-se:</p> <p>I - em débito salarial o empregador que se mantém inadimplente na obrigação de pagar salário a seus empregados:</p> <p>a) após vencido o prazo estipulado em lei, contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho para seu pagamento; ou</p> <p>b) em desacordo com as condições previstas em lei, contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho para seu pagamento;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>II - em mora do FGTS o empregador que se mantém inadimplente na obrigação de depositar o FGTS aos trabalhadores após vencido o prazo legal de recolhimento das parcelas devidas, no todo ou em parte;</p> <p>III - em mora contumaz salarial o empregador que estiver em débito salarial, por período igual ou superior a três meses, sem motivo grave ou relevante, excluídas as causas pertinentes ao risco da atividade econômica; e</p> <p>IV - em mora contumaz de FGTS o empregador que estiver em mora do FGTS, por período igual ou superior a três meses, sem motivo grave ou relevante, excluídas as causas pertinentes ao risco da atividade econômica.</p>	
	<p>Parágrafo único. Para fins do disposto neste Capítulo, considera-se:</p> <p>I - salário - quaisquer parcelas devidas ou pagas diretamente pelo empregador como contraprestação do serviço do empregado, observados os art. 457 e art. 458 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, cuja natureza salarial é reconhecida pelo empregador e cuja liquidez e certeza é incontroversa;</p> <p>II - parcela de FGTS - a importância mensal ou rescisória de FGTS, total ou parcial, devida ao trabalhador,</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>conforme percentuais e bases de cálculo estabelecidas em lei, incidente sobre verbas cuja liquidez e certeza são incontroversas; e</p> <p>III - motivo grave ou relevante - situação ou ocorrência de força maior, nos termos do art. 501 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	
	<p>Art. 103. O empregador em débito salarial ou em mora de FGTS não poderá, sem prejuízo de outras disposições legais:</p> <p>I - pagar honorário, gratificação, pro labore ou qualquer outro tipo de retribuição ou retirada a seus diretores, sócios, gerentes ou titulares da firma individual; e</p> <p>II - distribuir quaisquer lucros, bonificações, dividendos ou interesses a seus sócios, titulares, acionistas, ou membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos.</p>	
	<p>Art. 104. O empregador em mora contumaz salarial ou mora contumaz de FGTS não poderá, além do disposto no art. 103, ser favorecido com qualquer benefício de natureza fiscal, tributária, ou financeira, por parte de</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	órgãos da união, dos estados ou dos municípios, ou de que estes participem.	
	Parágrafo único. Não se incluem na proibição de que trata o caput as operações de crédito destinadas à liquidação dos débitos salariais ou de FGTS existentes, o que deverá ser expressamente consignado em documento firmado pelo responsável legal do empregador, como justificção do crédito.	
	Art. 105. Em toda fiscalizaçõ que tiver por objeto a verificaçõ de débito salarial ou de FGTS, o Auditor-Fiscal do Trabalho, mediante ordem de serviço específica, poderã averiguar a ocorrẽncia de: I - infrações ao disposto no art. 103; e II - situaçõ de mora contumaz salarial ou de mora contumaz de FGTS.	
	Art. 106. O Auditor-Fiscal do Trabalho poderã, no decorrer de fiscalizaçõ, averiguar de oficio as infrações ao art. 103 e a ocorrẽncia de situaçõ de mora contumaz salarial ou de mora contumaz de FGTS, ainda que a	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	fiscalização não tenha sido realizada mediante ordem de serviço específica.	
	Art. 107. A constatação de infrações ao disposto no art. 103 ensejará a lavratura dos correspondentes autos de infração pelo Auditor-Fiscal do Trabalho.	
	<p>§ 1º Quando constatar situação de débito salarial, o Auditor-Fiscal do Trabalho fará constar no histórico do auto de infração:</p> <p>I - indicação de pelo menos um empregado prejudicado pela infração;</p> <p>II - o valor total do débito salarial do empregador à época da infração;</p> <p>III - descrição da incidência da situação fática às disposições do inciso I ou do inciso III do caput do art. 102;</p> <p>IV - caráter não controvertido das parcelas de natureza salarial, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 102; e</p> <p>V - comprovantes, conforme o caso, de:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>a) pagamento de honorário, gratificação, pró labore ou qualquer outro tipo de retribuição ou retirada a seus diretores, sócios, gerentes ou titulares da firma individual à época da infração; ou</p> <p>b) distribuição de lucros, bonificações, dividendos ou interesses a seus sócios, titulares, acionistas, ou membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos à época da infração.</p>	
	<p>§ 2º Quando constatar situação de mora de FGTS, o Auditor-Fiscal do Trabalho fará constar no histórico do auto de infração:</p> <p>I - indicação de pelo menos um empregado prejudicado pela infração;</p> <p>II - o valor total do débito do FGTS do empregador à época da infração, hipótese em que poderá, anexar ao auto de infração cópia da primeira página da Notificação de Débito de FGTS e Contribuição Social - NDFC e do respectivo relatório de débitos por competência;</p> <p>III - descrição da incidência da situação fática às disposições do inciso II ou do inciso IV do art. 102;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>IV - caráter não controvertido das verbas sobre as quais incidem o FGTS, nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 102; e</p> <p>V - comprovantes, conforme o caso, de:</p> <p>a) pagamento de honorário, gratificação, pró labore, ou qualquer tipo de retribuição ou retirada a seus diretores, sócios, gerentes ou titulares de firma individual à época da infração; ou</p> <p>b) distribuir quaisquer lucros, bonificações, dividendos ou interesses a seus sócios, titulares, acionistas, ou membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos à época da infração.</p>	
	<p>Art. 108. Quando o Auditor-Fiscal do Trabalho constatar situação de mora salarial contumaz ou de mora contumaz de FGTS, será emitido, se essa situação não for regularizada no curso da ação fiscal, termo de notificação de mora contumaz.</p>	
	<p>Parágrafo único. O termo de notificação de mora contumaz será emitido sem prejuízo à lavratura de NDFC</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	e de autos de infração pertinentes, inclusive os previstos no art. 107.	
	<p>Art. 109. O termo de notificação de mora contumaz será emitido em duas vias, e conterà os seguintes elementos:</p> <p>I - nome, inscrição, endereço e CEP do empregador ou responsável, constantes dos cadastros de pessoa física ou jurídica da Receita Federal do Brasil;</p> <p>II - relação de empregados prejudicados e respectivos valores em débito pelo empregador, por competência;</p> <p>III - descrição da incidência da situação fática às disposições do inciso III ou do inciso IV do art. 102, conforme o caso;</p> <p>IV - caráter não controvertido das parcelas de natureza salarial, nos termos do inciso I ou do inciso II do parágrafo único do art. 103, conforme o caso;</p> <p>V - indicação da ausência de motivo grave ou relevante para justificar a mora contumaz, nos termos do inciso III e do inciso IV do caput e do inciso III do parágrafo único do art. 102;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>VI - relação dos documentos examinados e dos obtidos por meio magnético ou digital, além das fontes de consulta a sistemas informatizados;</p> <p>VII - ciência do prazo para apresentação de defesa e indicação do local para sua entrega;</p> <p>VIII - local e data;</p> <p>IX - assinatura e identificação do Auditor-Fiscal do Trabalho, com nome e número da Carteira de Identidade Fiscal; e</p> <p>X - assinatura e identificação do empregador ou responsável, seu representante ou preposto.</p>	
	<p>§ 1º O termo de notificação de mora contumaz será instruído, quando possível, com cópia integral dos autos de infração pertinentes, inclusive os previstos no art. 107 e com cópia integral de NDFC correlata, no caso de mora contumaz de FGTS.</p>	
	<p>§ 2º Quando o termo de notificação de mora contumaz estiver instruído com cópia dos autos de infração pertinentes e com cópia da NDFC correlata, no caso de mora contumaz de FGTS, é dispensável ao Auditor-Fiscal</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	do Trabalho apresentar os elementos constantes do inciso IV e do inciso VI do caput.	
	Art. 110. Uma via do termo de notificação de mora contumaz será entregue no protocolo da unidade de exercício do Auditor-Fiscal do Trabalho para instauração de processo administrativo, em até dois dias úteis, contados de sua lavratura.	
	Parágrafo único. Serão instaurados processos administrativos distintos decorrentes de termos de notificação de mora contumaz emitidos em decorrência de situações de mora contumaz salarial e de mora contumaz de FGTS, ainda que emitidos em face do mesmo empregador na mesma ação fiscal.	
	Art. 111. Aos processos administrativos originados pelo termo de notificação de mora contumaz será aplicado, naquilo em que for compatível, a organização, tramitação e procedimentos dos processos administrativos de autos de infração, previstos na legislação específica.	
	Parágrafo único. O julgamento do processo compete:	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - em primeira instância, ao chefe da unidade regional de multas e recursos das unidades descentralizadas do Ministério do Trabalho e Previdência; e</p> <p>II - em segunda instância, ao Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho.</p>	
	<p>Art. 112. Os processos administrativos de auto de infração ou de NDFC a que se refere o § 1º do art. 109 serão reunidos e distribuídos por dependência, em regime de prioridade.</p>	
	<p>§ 1º Na hipótese de haver decisão em algum dos processos reunidos na forma do caput que lhe dê destinação processual diferente dos demais, este processo seguirá sua destinação específica, e essa situação deverá ser certificada no processo originado pelo termo de notificação de mora contumaz.</p> <p>§ 2º A pendência de decisão definitiva nos processos administrativos de auto de infração pertinente ou de NDFC obsta a prolação da decisão acerca da mora contumaz.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 113. A comprovação inequívoca de quitação integral dos débitos salariais ou do FGTS indicados no termo de notificação de mora contumaz, inclusive mediante termo de parcelamento, no caso do FGTS, operam o encerramento do processo, sem prejuízo aos processos administrativos de autos de infração e de NDFC.</p>	
	<p>Art. 114. A decisão que julgar o termo de notificação de mora contumaz poderá ser:</p> <p>I - pela procedência, ainda que a irregularidade fique demonstrada apenas quanto a uma parte dos empregados e de seus respectivos salários ou FGTS, conforme o caso, ou do período descrito no termo de notificação de mora contumaz, desde que este seja igual ou superior a três meses;</p> <p>II - pela improcedência, quando a situação narrada não se enquadrar nas hipóteses previstas no inciso III e no inciso IV do art. 103; ou</p> <p>III - pelo arquivamento, quando constatada a hipótese do art. 113.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Parágrafo único. Não caberá recurso de ofício das decisões de improcedência ou arquivamento do Termo de Mora Contumaz.</p>	
	<p>Art. 115. Para fins das restrições previstas no art. 2º do Decreto-Lei nº 368, de 1968, e no art. 51 do Decreto nº 99.684, de 1990, o chefe da unidade regional de multas e recursos expedirá comunicação da decisão definitiva que concluir pela mora contumaz ao Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia e às autoridades fazendárias estadual e municipal do local de origem do processo.</p>	
	<p>Art. 116. Após a decisão definitiva pela procedência das infrações ao art. 104, o chefe da unidade regional de multas e recursos representará ao Ministério Público Federal para instauração da ação penal competente, sob pena de responsabilidade.</p>	
	<p>Parágrafo único. A representação referida no caput deve ser instruída com cópia integral dos processos de autos de infração pertinentes e de NDFC correlata, conforme o caso, e do processo originado pelo termo de notificação de mora contumaz, quando instaurado.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 117. Deixa de ser exigível a certidão prevista no art. 5º do Decreto-Lei n. 368, de 1968, para os fins ali previstos, consoante o disposto no art. 7º-A da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007.</p>	
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VII</p> <p style="text-align: center;">DO LOCAL PARA GUARDA E ASSISTÊNCIA DOS FILHOS NO PERÍODO DA AMAMENTAÇÃO</p> <p>Art. 118. As exigências de instalação de local apropriado para guarda sob vigilância e assistência de filhos no período da amamentação, de que trata o § 1º do art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, constam deste Capítulo.</p>	
	<p>Art. 119. Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres, com mais de dezesseis anos de idade, deverão ter local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º O local a que se refere o caput obedecerá aos seguintes requisitos:</p> <p>I - berçário com área mínima de três metros quadrados por criança, devendo haver, entre os berços e entre estes e as paredes, a distância mínima de cinquenta centímetros;</p> <p>II - saleta de amamentação provida de cadeiras ou bancos-encosto para que as mulheres possam amamentar seus filhos em adequadas condições de higiene e conforto;</p> <p>III - cozinha dietética para o preparo de mamadeiras ou suplementos dietéticos para a criança ou para as mães;</p> <p>IV - o piso e as paredes deverão ser revestidos de material impermeável e lavável; e</p> <p>V - instalações sanitárias para uso das mães e do pessoal do berçário.</p>	
	<p>§ 2º O número de leitos no berçário obedecerá à proporção de um leito para cada grupo de trinta empregadas.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 120. A exigência de que trata o <i>caput</i> do art. 119 poderá ser suprida se o estabelecimento mantiver creche diretamente ou mediante convênios com outras entidades públicas ou privadas.</p>	
	<p>Parágrafo único. A creche deverá estar situada, de preferência, nas proximidades da residência das empregadas ou dos estabelecimentos.</p>	
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VIII</p> <p style="text-align: center;">DO REEMBOLSO-CRECHE</p> <p>Art. 121. Ficam as empresas e empregadores autorizados a adotar o sistema de reembolso-creche, em substituição à exigência contida no § 1º do art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, desde que obedeçam às seguintes exigências:</p> <p>I - o reembolso-creche deverá cobrir, integralmente, as despesas efetuadas com o pagamento da creche de livre escolha da empregada-mãe, ou outra modalidade de prestação de serviços desta natureza, pelo menos até os seis meses de idade da criança, nas condições, prazos e valor estipulados em acordo ou convenção coletiva, sem</p>	<p>A Lei nº 14.457/22 passou a estabelecer requisitos para o reembolso de creche e pré-escola.</p> <p>Existe conflito entre as normas, uma vez que a Portaria autoriza o reembolso desde que estabelecido em acordo ou convenção coletiva. Já a Lei nº 14.457/22 autoriza a adoção do reembolso por acordo individual.</p>

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>prejuízo do cumprimento dos demais preceitos de prestação à maternidade;</p> <p>II - o benefício deverá ser concedido a toda empregada-mãe, independentemente do número de mulheres do estabelecimento, e sem prejuízo do cumprimento dos demais preceitos de proteção à maternidade;</p> <p>III - as empresas e empregadores deverão dar ciência às empregadas da existência do sistema e dos procedimentos necessários para a utilização do benefício, com a afixação de avisos em locais visíveis e de fácil acesso para os empregados, ou por meio de comunicação escrita ou por meio eletrônico; e</p> <p>IV - o reembolso-creche deverá ser efetuado até o terceiro dia útil da entrega do comprovante das despesas efetuadas, pela empregada-mãe, com a mensalidade da creche.</p>	
	<p>Art. 122. A implantação do sistema de reembolso-creche dependerá de prévia estipulação em acordo ou convenção coletiva.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO IX</p> <p style="text-align: center;">DO REGISTRO PROFISSIONAL</p> <p>Art. 123. A solicitação de registros profissionais à Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência deverá ser realizada por meio de sistema eletrônico disponível no endereço https://www.gov.br/pt-br/servicos/registrar-se-como-profissional-para-atividades-exigidas-em-lei.</p>	
	<p>Parágrafo único. Para os efeitos da emissão do registro profissional, será considerado crime de falsidade, com as penalidades previstas na Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, prestar informações falsas ou apresentar documentos por qualquer forma falsificados.</p>	
	<p>Art. 124. O processamento das atividades de concessão dos registros profissionais será realizado por meio do Sistema Informatizado de Registro Profissional - Sirlpweb e aprovados os modelos de documentos emitidos pelo sistema.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Art. 124-A. A concessão dos registros profissionais será realizada pelas Superintendências Regionais do Trabalho.</p> <p>Parágrafo único. A concessão dos registros profissionais poderá ser desempenhada pelas Gerências Regionais do Trabalho e pelas Agências Regionais do Trabalho, de acordo com suas capacidades operacionais, conforme determinação do Superintendente Regional do Trabalho." (NR)</p>		<p>Estabelece que a concessão de registro profissional será realizada pelas SRTs, que poderá determinar a concessão às Gerências ou Agências Regionais do Trabalho.</p>
<p>Art. 125. Da decisão de indeferimento de pedido de registro profissional caberá recurso, no prazo de dez dias, dirigido ao Superintendente Regional do Trabalho, o qual, caso não reconsidere a decisão no prazo de cinco dias, o encaminhará ao Coordenador-Geral de Políticas de Trabalho e Renda para decisão final." (NR)</p>	<p>Art. 125. Os recursos interpostos em razão de indeferimento dos pedidos de registro profissional serão analisados pelas unidades hierárquicas imediatamente superiores à que proferiu a decisão.</p>	<p>Estabelece prazo de 10 dias para que o Superintendente Regional do Trabalho analise recurso em caso de indeferimento de pedido de registro profissional.</p>
<p>Art. 125-A. À Coordenação de Canais Digitais da Coordenação-Geral de Políticas de Trabalho e Renda da Subsecretaria de Políticas Públicas de Trabalho caberá:</p> <p>I - coordenar e orientar as atividades relacionadas à concessão de registro profissional;</p>		<p>Estabelece atribuições à Coordenação de Canais Digitais da Coordenação-Geral de Políticas de Trabalho e Renda da Subsecretaria de Políticas Públicas de Trabalho.</p>

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>II - orientar e acompanhar a concessão de registro profissional, de competência das unidades descentralizadas do Ministério do Trabalho e Previdência, padronizando os procedimentos de acordo com a legislação em vigor; e</p> <p>III - analisar e informar, quando em grau de recurso, os processos de registro profissional.</p>		
<p>Art. 125-B. As Superintendências Regionais do Trabalho deverão:</p> <p>I - coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relacionadas à concessão de registro profissional;</p> <p>II - processar o cadastramento, controle e emissão de registro profissional, conforme legislação em vigor;</p> <p>III - receber e encaminhar à Coordenação de Canais Digitais da Coordenação-Geral de Políticas de Trabalho e Renda da Subsecretaria de Políticas Públicas de Trabalho os recursos contra indeferimento de pedidos de registro profissional; e</p> <p>IV - emitir certidões de registro profissional." (NR)</p>		<p>Estabelece atribuições às Superintendências Regionais do Trabalho.</p>

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p style="text-align: center;">Seção I</p> <p style="text-align: center;">Dos artistas e técnicos em espetáculos de diversões e dos músicos</p> <p>Art. 126. A inscrição dos contratantes de artistas e técnicos em espetáculos de diversões e dos músicos, de que trata o art. 4º da Lei nº 6.533, de 1978, será efetuado por meio do portal gov.br.</p>	
	<p>Art. 127. O exercício da profissão de artista ou de técnico em espetáculos de diversões depende de prévio registro na Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, na forma do art. 123.</p>	
	<p>Parágrafo único. O registro de crianças e adolescentes com idade inferior a dezesseis anos ficará condicionado à juntada do alvará judicial de autorização para o trabalho do Juizado da Infância e Juventude.</p>	
	<p>Art. 128. As instruções contidas nesta Seção não se aplicam às realizações artísticas que se constituírem em espetáculos amadoristas, sem fins lucrativos.</p>	
	<p>Seção II</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p align="center">Do técnico de segurança do trabalho</p> <p>Art. 129. O exercício da profissão de técnico de segurança do trabalho depende de prévio registro na Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, na forma do art. 93.</p>	
	<p>Art. 130. As atividades do técnico de segurança do trabalho são:</p> <p>I - informar ao empregador, através de parecer técnico, sobre os riscos existentes nos ambientes de trabalho e orientá-lo sobre as medidas de eliminação e neutralização;</p> <p>II - informar aos trabalhadores sobre os riscos da sua atividade e das medidas de eliminação e neutralização;</p> <p>III - analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho e a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador e propor a eliminação ou o controle;</p> <p>IV - executar os procedimentos de segurança e higiene do trabalho e avaliar os resultados alcançados, a fim de adequar as estratégias utilizadas de maneira a integrar o</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>processo prevencionista em uma planificação e beneficiar o trabalhador;</p> <p>V - executar programas de prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho nos ambientes de trabalho com a participação dos trabalhadores, com o objetivo de acompanhar e avaliar seus resultados, sugerir constante atualização dos mesmos e estabelecer procedimentos a serem seguidos;</p> <p>VI - promover debates, encontros, campanhas, seminários, palestras, reuniões, treinamentos e utilizar outros recursos de ordem didática e pedagógica com o objetivo de divulgar as normas de segurança e higiene do trabalho, assuntos técnicos, administrativos e prevencionistas, com vistas a evitar acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho;</p> <p>VII - executar as normas de segurança referentes a projetos de construção, ampliação, reforma, arranjos físicos e de fluxos, com vistas à observância das medidas de segurança e higiene do trabalho, inclusive por terceiros;</p> <p>VIII - encaminhar aos setores e áreas competentes normas, regulamentos, documentação, dados estatísticos, resultados de análises e avaliações,</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>materiais de apoio técnico, educacional e outros de divulgação para conhecimento e autodesenvolvimento do trabalhador;</p> <p>IX - Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção contra incêndio, recursos audiovisuais e didáticos e outros materiais considerados indispensáveis, de acordo com a legislação vigente, dentro das qualidades e especificações técnicas recomendadas, e avaliar seu desempenho;</p> <p>X - Cooperar com as atividades do meio ambiente, orientar quanto ao tratamento e destinação dos resíduos industriais, incentivar e conscientizar o trabalhador da sua importância para a vida;</p> <p>XI - orientar as atividades desenvolvidas por empresas contratadas, quanto aos procedimentos de segurança e higiene do trabalho, previstos na legislação ou constantes em contratos de prestação de serviço;</p> <p>XII - executar as atividades ligadas à segurança e higiene do trabalho com o uso de métodos e de técnicas científicas, com observação de dispositivos legais e institucionais que objetivem a eliminação, controle ou redução permanente dos riscos de acidentes do trabalho</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>e a melhoria das condições do ambiente, para preservar a integridade física e mental dos trabalhadores;</p> <p>XIII - levantar e estudar os dados estatísticos de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho, calcular a frequência e a gravidade destes para ajustes das ações preventivas, normas, regulamentos e outros dispositivos de ordem técnica, que permitam a proteção coletiva e individual;</p> <p>XIV - articular-se e colaborar com os setores responsáveis pelos recursos humanos, a fim de fornecer-lhes resultados de levantamentos técnicos de riscos das áreas e atividades para subsidiar a adoção de medidas de prevenção a nível de pessoal;</p> <p>XV - informar aos trabalhadores e ao empregador sobre as atividades insalubres, perigosas e penosas existentes na empresa, seus riscos específicos, e as medidas e alternativas de eliminação ou neutralização dos mesmos;</p> <p>XVI - avaliar as condições ambientais de trabalho e emitir parecer técnico que subsidie o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o trabalhador;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>XVII - articular-se e colaborar com os órgãos e entidades ligados à prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho; e</p> <p>XVIII - participar de seminários, treinamentos, congressos e cursos, com vistas ao intercâmbio e ao aperfeiçoamento profissional.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção III</p> <p style="text-align: center;">Do historiador</p> <p>Art. 131. O registro do profissional historiador, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020, será efetuado por meio do portal gov.br.</p>	
	<p>Art. 132. O exercício da profissão de historiador, em todo o território nacional, é assegurado aos:</p> <p>I - portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição regular de ensino;</p> <p>II - portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>III - portadores de diploma de mestrado ou doutorado em História, expedido por instituição regular de ensino ou por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;</p> <p>IV - portadores de diploma de mestrado ou doutorado obtido em programa de pós-graduação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES que tenha linha de pesquisa dedicada à História; e</p> <p>V - profissionais diplomados em outras áreas que tenham exercido, comprovadamente, há mais de cinco anos, a profissão de Historiador, até a data da promulgação da Lei nº 14.038, de 2020.</p> <p>§ 1º Na hipótese do inciso V do caput, será comprovado o exercício regular das atribuições mencionadas no art. 4º da Lei nº 14.038, de 2020, em empresas ou instituições públicas ou privadas compatíveis com as atividades de pesquisa, ensino ou similares na área de história.</p>	
	<p>§ 2º A comprovação de que trata o § 1º pode ser por meio de registro na carteira de trabalho ou documento oficial emitido por empregador, original ou em cópia</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	autenticada, que ateste o trabalho regular como historiador, na forma da lei.	
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO X</p> <p style="text-align: center;">DO REGISTRO E DAS ATIVIDADES DE EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO</p> <p>Art. 133. A solicitação de registro de empresa de trabalho temporário, de que trata o art. 4º da Lei nº 6.019, de 1974, deverá ser realizada por meio do portal gov.br.</p>	
<p>Art. 134. A solicitação deve ser instruída com os seguintes documentos:</p> <p>..... " (NR)</p>	<p>Art. 134. O pedido de solicitação deve ser instruído com os seguintes documentos:</p> <p>I - prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>II - prova do competente registro na Junta Comercial da localidade em que a empresa tenha sede; e</p> <p>III - prova de possuir capital social de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).</p>	Mudança da expressão “pedido de solicitação” para “solicitação”.
	<p>Art. 135. A Coordenação-Geral de Relações do Trabalho da Subsecretaria de Relações do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência é a</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>unidade competente para analisar as solicitações de registro de empresa de trabalho temporário.</p>	
	<p>§ 1º Compete ao Coordenador-Geral de Relações do Trabalho decidir sobre a solicitação de registro de empresa de trabalho temporário.</p>	
	<p>§ 2º Na falta ou constatada irregularidade nos documentos previstos no art. 104, a empresa será notificada para saneamento no prazo de trinta dias.</p>	
	<p>§ 3º As irregularidades não sanadas ensejarão o arquivamento do processo.</p>	
	<p>§ 4º Da decisão de deferimento a que se refere o § 3º caberá recurso, no prazo de dez dias, dirigido ao Coordenador-Geral de Relações do Trabalho, o qual, caso não reconsidere sua decisão no prazo de cinco dias, o encaminhará ao Subsecretário de Relações do Trabalho, para decisão final.</p>	
	<p>Art. 136. Deferido o pedido, será encaminhado o número de registro à empresa por meio de correio eletrônico.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>§ 1º As empresas de trabalho temporário deverão manter seus dados atualizados junto ao Ministério do Trabalho e Previdência.</p>		
<p>§ 2º O registro de empresa de trabalho temporário será cancelado, a pedido da própria empresa ou de ofício, quando houver o descumprimento de quaisquer dos requisitos constantes no art. 134." (NR)</p>		
<p>"Art. 136-A. O registro da empresa de trabalho temporário será cancelado de ofício quando:</p> <p>I - for comprovada cobrança de qualquer importância ao trabalhador, conforme parágrafo único do art. 18 da Lei nº 6.019, de 1974; ou</p> <p>II - a empresa deixar de cumprir quaisquer dos requisitos previstos no art. 6º da Lei nº 6.019, de 1974.</p>		<p>Estabelece os casos de cancelamento de ofício do registro de empresa de trabalho temporário, que será feito pelo Coordenador-Geral de Relações do Trabalho.</p>
<p>§ 1º O cancelamento de ofício será realizado pelo Coordenador-Geral de Relações do Trabalho.</p>		
<p>§ 2º Da decisão de cancelamento de ofício caberá recurso, no prazo de dez dias, dirigido ao Coordenador-Geral de Relações do Trabalho, o qual, caso não</p>		<p>Estabelece prazo para recurso contra a decisão de cancelamento de ofício.</p>

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
reconsidere sua decisão no prazo de dez dias, o encaminhará ao Subsecretário de Relações do Trabalho, para decisão final." (NR)		
	Art. 137. As empresas de trabalho temporário deverão prestar informações relativas à celebração de contratos de trabalho temporário por meio do eSocial.	
	Art. 138. O contrato de trabalho temporário firmado com empresa de trabalho temporário sem registro na Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência será considerado nulo de pleno direito, nos termos do art. 9º do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.	
	Art. 139. O recrutamento e a seleção de trabalhadores temporários são atividades exclusivas da empresa de trabalho temporário, ainda que em local onde não tenha filial, agência ou escritório.	
	CAPÍTULO XI DOS SISTEMAS E CADASTROS Seção I	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p align="center">Do Livro de inspeção do trabalho eletrônico</p> <p>Art. 140. A Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, por meio da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, disponibilizará o Livro de Inspeção do Trabalho, de que trata o § 1º do art. 628 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, de forma eletrônica, denominado eLIT, sem ônus, para todas as empresas, inclusive àquelas legalmente dispensadas de possuí-lo, e para os demais empregadores equiparados.</p>	
	<p>§ 1º A partir da data a ser fixada pelo Ministério do Trabalho e Previdência, será obrigatório o uso do modelo eletrônico do Livro de Inspeção do Trabalho, mediante cadastro.</p>	
	<p>§ 2º O cumprimento da obrigação prevista no § 1º do art. 628 da CLT se verifica com o cadastro e manutenção do eLIT, observado o disposto no § 1º deste artigo.</p>	
	<p>§ 3º O cadastro e o acesso ao eLIT, assim como os documentos enviados pela caixa postal do referido sistema, deverão ser assinados por representante legal, mediante utilização de certificado digital emitido no</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ou login único do portal gov.br	
	<p>§ 4º O representante legal da empresa poderá outorgar poderes a outra pessoa detentora de certificado digital, por meio de procuração eletrônica, para acesso e utilização dos serviços e funcionalidades do eLIT, conforme dispuser ato do Ministério do Trabalho e Previdência.</p>	
	<p>§ 5º Os livros de Inspeção do Trabalho impressos deverão ser guardados pelo prazo de cinco anos, contado a partir da data indicada no § 1º do caput, e poderão ser exigidos pela Inspeção do Trabalho para consulta de fatos pretéritos, possibilitada sua digitalização na forma da lei.</p>	
	<p>Art. 141. A empresa cadastrará um único eLIT para acesso às respectivas funcionalidades, mesmo que possua mais de um estabelecimento, filial ou sucursal.</p>	
	<p>Parágrafo único. Serão disponibilizados recursos para identificação simplificada dos estabelecimentos, filiais ou sucursais, conforme o conteúdo da comunicação realizada.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 142. O eLIT é instrumento oficial de comunicação da Inspeção do Trabalho com as empresas a ele obrigadas ou que a ele aderirem.</p>	
	<p>§ 1º A empresa deve informar, no cadastro, pelo menos um endereço postal eletrônico (e-mail) a fim de possibilitar o envio de alertas das comunicações.</p>	
	<p>§ 2º A empresa deverá consultar o eLIT para fins de ciência das comunicações realizadas.</p>	
	<p>§ 3º A inobservância das disposições constantes do § 1º e § 2º não poderá ser invocada como justificativas para ausência de ciência das comunicações realizadas.</p>	
	<p>§ 4º Será considerada realizada a ciência da comunicação:</p> <p>I - no dia em que for realizada a consulta eletrônica de seu teor;</p> <p>II - no primeiro dia útil seguinte, nos casos em que houver contagem de prazo para realização de ato e a consulta eletrônica de seu teor ocorrer em dias de sábado, domingo, feriados nacionais e pontos facultativos,</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>observados pelos órgãos da administração pública federal; e</p> <p>III - automaticamente, no primeiro dia útil após transcorridos quinze dias, contados da data do envio da comunicação, quando não houver sido realizada a consulta de seu teor.</p>	
	<p>§ 5º As comunicações eletrônicas realizadas por meio do eLIT, com prova de recebimento ou após o transcurso do prazo previsto no inciso III do § 4º do caput, são consideradas pessoais para todos os efeitos legais e dispensam a sua publicação no DOU e o envio por via postal.</p>	
	<p>§ 6º O teor e a integridade dos arquivos enviados pelas empresas, bem como a observância dos prazos, são de sua inteira responsabilidade.</p>	
	<p>Art. 143. O não cumprimento dos dispositivos da presente Seção configurará infração ao § 1º do art. 628 e o § 4º do art. 630 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, e sujeitará os infratores às respectivas penalidades previstas no § 6º do art. 630 do referido diploma legal.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p style="text-align: center;">Seção II</p> <p style="text-align: center;">Da substituição de prestação de informações nos sistemas CAGED e RAIS</p> <p>Art. 144. A obrigação da comunicação de admissões e dispensas instituída pela Lei nº 4.923, de 23 de novembro de 1965, CAGED, passa a ser cumprida por meio do eSocial a partir da competência de janeiro 2020 para as empresas ou pessoas físicas equiparadas a empresas, mediante o envio das seguintes informações:</p> <p>I - data da admissão e número de inscrição do trabalhador no CPF, que deverão ser prestadas até o dia imediatamente anterior ao do início das atividades do trabalhador;</p> <p>II - salário de contratação, que deverá ser enviado até o dia quinze do mês seguinte em que ocorrer a admissão;</p> <p>III - data da extinção do vínculo empregatício e motivo da rescisão do contrato de trabalho, que deverão ser prestadas até o décimo dia seguinte ao da sua ocorrência, observado o disposto no § 6º do art. 14;</p> <p>IV - data da transferência de empregados para empresas do mesmo grupo econômico, consórcio, ou por motivo de sucessão, fusão, incorporação ou cisão de empresas,</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>bem como o CNPJ do empregador sucessor que deverão ser prestadas até o dia quinze do mês seguinte ao da ocorrência;</p> <p>V - último salário do empregado, que deverá ser prestada até o dia quinze do mês seguinte em que ocorrer a alteração salarial;</p> <p>VI - transferência de entrada e transferência de saída, que deverão ser prestadas até o dia quinze do mês seguinte a ocorrência;</p> <p>VII - reintegração, que deverá ser prestada até o dia quinze do mês seguinte a ocorrência; e</p> <p>VIII - local de trabalho, horário contratual, informação de deficiência, quando houver, até o dia quinze do mês subsequente à admissão.</p>	
	<p>Parágrafo único. As pessoas jurídicas de direito público da administração direta, autárquica e fundacional, que adotem o regime jurídico previsto no Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, bem como as organizações internacionais, as fundações públicas de direito privado, os consórcios públicos de direito privado, os fundos públicos e as comissões polinacionais, até que estejam obrigadas a prestar as informações previstas no caput ao</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	eSocial, deverão prestar as informações por meio do sistema CAGED, conforme Manual de Orientação do CAGED.	
<p>Art. 145. A obrigação contida no art. 24 da Lei nº 7.998, de 1990, combinada com o Capítulo XVII do Título II do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, que institui a RAIS, passa a ser cumprida por meio do eSocial, a partir do ano base 2019, pelos obrigados à transmissão das seguintes informações de seus trabalhadores ao eSocial, referentes a todo o ano base:</p> <p>I - em relação aos empregados:</p> <p>a) até o dia imediatamente anterior ao do início das atividades do empregado:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. número do CPF; 2. datas de nascimento e de admissão; 3. categoria do empregado, conforme classificação adotada pelo eSocial; 4. natureza da atividade e código da CBO; 5. valor do salário contratual; e 	<p>Art. 145. A obrigação contida no art. 24 da Lei nº 7.998, de 1990, combinada com o Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, que institui a RAIS, passa a ser cumprida por meio do eSocial, a partir do ano base 2019, pelas empresas obrigadas à transmissão das seguintes informações de seus trabalhadores ao eSocial, referentes a todo o ano base:</p> <p>I - data da admissão, data de nascimento e CPF do trabalhador, que deverão ser prestadas até o dia imediatamente anterior ao do início das atividades do empregado, salvo as informações relativas aos servidores da administração pública direta, indireta ou fundacional, das esferas federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, não regidos pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, as quais serão enviadas até o dia quinze do mês seguinte ao do início de suas atividades;</p> <p>II - dados do desligamento, com data e motivo, e os valores das verbas rescisórias devidas que deverão ser</p>	<p>Altera as informações de trabalhadores na RAIS, no eSocial.</p>

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>6. tipo de contrato em relação ao seu prazo;</p> <p>b) até o dia quinze do mês subsequente ao do início das atividades do empregado:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. local de trabalho; 2. horário contratual; e 3. condição de pessoa com deficiência, quando aplicável; <p>c) até o décimo dia subsequente ao desligamento, observado o disposto no § 6º do art. 14:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. data e motivo do desligamento, incluídas a data do aviso prévio e da projeção em caso de aviso prévio indenizado; e 2. os valores das verbas rescisórias devidas; <p>d) até o dia quinze do mês subsequente ao da ocorrência:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. data da transferência entre empresas do mesmo grupo econômico, consórcio, ou por motivo de sucessão, fusão, incorporação ou cisão de empresas, bem como o CNPJ do empregador sucessor; 	<p>prestadas até o décimo dia seguinte ao da sua ocorrência, observado o disposto no § 6º do art. 14;</p> <p>III - data da transferência de empregados entre empresas do mesmo grupo econômico, consórcio, ou por motivo de sucessão, fusão, incorporação ou cisão de empresas, bem como o CNPJ do empregador sucessor que deverão ser prestadas até o dia quinze do mês seguinte ao da ocorrência;</p> <p>IV - valores de parcelas integrantes e não integrantes das remunerações mensais dos trabalhadores, com a correspondente discriminação e individualização dos valores, que deverão ser prestadas até o dia quinze do mês seguinte ao vencido; e</p> <p>V - local de trabalho, horário contratual, informação de deficiência, quando houver, até o dia quinze do mês subsequente à admissão.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>2. data de reintegração ao emprego; e</p> <p>3. as alterações contratuais relativas aos itens 3, 4, 5 e 6 da alínea "a" e 1 e 2 da alínea "b", todos do inciso I;</p> <p>e) até o dia quinze do mês subsequente ao vencido, observado o disposto no § 1º, os valores de parcelas integrantes e não integrantes das remunerações mensais, com a correspondente discriminação e individualização das parcelas e descontos;</p> <p>II - em relação aos servidores da administração pública direta, indireta ou fundacional, das esferas federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, não regidos pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, e aos militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal:</p> <p>a) até o dia quinze do mês subsequente à data do ingresso no serviço público:</p> <p>1. número do CPF;</p> <p>2. datas de nascimento e data de ingresso no serviço público;</p> <p>3. categoria do servidor público ou militar, conforme classificação adotada pelo eSocial;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>4. código da CBO;</p> <p>5. local de trabalho; e</p> <p>6. condição de pessoa com deficiência, quando aplicável;</p> <p>b) dados do desligamento, com data e motivo, que deverão ser declarados até o dia quinze do mês subsequente ao desligamento;</p> <p>c) até o dia quinze do mês subsequente ao da ocorrência:</p> <p>1. data da transferência entre órgãos ou entidades bem como o CNPJ do órgão ou entidade sucessora;</p> <p>2. data de reintegração ao serviço público; e</p> <p>3. as alterações contratuais relativas aos itens 3, 4 e 5 da alínea "b" do inciso II; e</p> <p>d) valores de parcelas integrantes e não integrantes das remunerações mensais, com a correspondente discriminação e individualização das parcelas e descontos, que deverão ser declarados até o dia quinze do mês subsequente ao vencido;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>III - em relação aos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 1974:</p> <p>a) até o dia quinze do mês subsequente à referida data de início:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. número do CPF; 2. datas de nascimento e de início das atividades; 3. categoria do trabalhador temporário, conforme classificação adotada pelo eSocial; 4. código da CBO; 5. identificação do estabelecimento da tomadora de serviços ao qual o trabalhador está vinculado; 6. local da prestação de serviço; e 7. hipótese legal e descrição do fato que justifica a contratação do trabalho temporário e, quando for o caso, número do CPF do trabalhador substituído; <p>b) até o décimo dia seguinte ao da sua ocorrência, observado o disposto no § 6º do art. 14:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. data e motivo do desligamento; e 		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>2. os valores das verbas rescisórias devidas;</p> <p>c) até o dia quinze do mês subsequente ao da ocorrência:</p> <p>1. data da transferência entre empresas de trabalho temporário do mesmo grupo econômico ou por motivo de sucessão, fusão, incorporação ou cisão de empresas, bem como o CNPJ da empresa sucessora;</p> <p>2. data de reintegração ao emprego; e</p> <p>3. as alterações contratuais relativas aos itens 3, 4, 5, 6 e 7 da alínea "a" do inciso III;</p> <p>d) valores de parcelas integrantes e não integrantes das remunerações mensais, com a correspondente discriminação e individualização das parcelas e descontos, que deverão ser declarados até o dia quinze do mês subsequente ao vencido, observado o disposto no § 1º.</p> <p>IV - em relação aos diretores não empregados:</p> <p>a) até o dia quinze do mês subsequente à da posse no cargo:</p> <p>1. número do CPF;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>2. datas de nascimento e de posse no cargo;</p> <p>3. categoria do diretor não empregado, conforme classificação adotada pelo eSocial;</p> <p>4. código da CBO; e</p> <p>5. data de opção pelo FGTS, se for o caso;</p> <p>b) até o décimo dia seguinte ao da sua ocorrência, observado o disposto no § 6º do art. 14, quando houver opção pelo FGTS:</p> <p>1. data e motivo do desligamento; e</p> <p>2. os valores das verbas rescisórias;</p> <p>c) a data do desligamento, que deverá ser declarada até o dia quinze do mês subsequente ao vencido, observado o disposto no § 6º do art. 14, quando não houver opção pelo FGTS; e</p> <p>d) valores de parcelas integrantes e não integrantes das remunerações mensais, com a correspondente discriminação e individualização das parcelas e descontos, que deverão ser declarados até o dia quinze do mês subsequente ao vencido, observado o disposto no § 1º;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>V - em relação aos dirigentes sindicais que recebem remuneração de entidade sindical:</p> <p>a) até o dia quinze do mês subsequente ao do início do mandato:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. número do CPF; 2. datas de nascimento e de início do mandato sindical; 3. categoria do dirigente sindical, conforme classificação adotada pelo eSocial; e 4. código da CBO; <p>b) até o dia quinze do mês subsequente ao do início do mandato:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. identificação do cedente; 2. categoria do trabalhador; 3. data de admissão ou ingresso; 4. matrícula; e 5. regimes trabalhista e previdenciário; 		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>c) dados do desligamento, com data e motivo, que deverão ser declarados até o dia quinze do mês subsequente ao desligamento; e</p> <p>d) valores de parcelas integrantes e não integrantes das remunerações mensais, com a correspondente discriminação e individualização das parcelas e descontos, que deverão ser declarados até o dia quinze do mês subsequente ao vencido;</p> <p>VI - em relação aos trabalhadores cedidos:</p> <p>a) até o dia quinze do mês subsequente ao do início das atividades no cessionário:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. número do CPF; 2. datas de nascimento e de início das atividades no cessionário; 3. categoria do trabalhador cedido, conforme classificação adotada pelo eSocial; e 4. código da CBO; <p>b) até o dia quinze do mês subsequente ao do início das atividades no cessionário:</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>1. identificação do cedente;</p> <p>2. categoria do trabalhador;</p> <p>3. data de admissão ou ingresso;</p> <p>4. matrícula; e</p> <p>5. regimes trabalhista e previdenciário;</p> <p>c) data do desligamento que deverá ser declarada até o dia quinze do mês subsequente ao desligamento; e</p> <p>d) valores de parcelas integrantes e não integrantes das remunerações mensais, com a correspondente discriminação e individualização das parcelas e descontos, que deverão ser declarados até o dia quinze do mês subsequente ao vencido;</p> <p>VII - em relação aos trabalhadores avulsos portuários e não portuários:</p> <p>a) até o dia quinze do mês subsequente ao do ingresso no OGMO ou no sindicato:</p> <p>1. número do CPF;</p> <p>2. datas de nascimento e de ingresso no OGMO - Órgão Gestor de Mão de Obra ou no sindicato;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>3. categoria do trabalhador avulso portuário ou não portuário, conforme classificação adotada pelo eSocial; e</p> <p>4. código da CBO;</p> <p>b) data de início da inatividade, quando superior a noventa dias, que deve ser declarada no nonagésimo primeiro dia do início da inatividade;</p> <p>c) data de término da inatividade de que trata a alínea "b" deste inciso, que deverá ser declarada até o dia quinze do mês subsequente ao da sua ocorrência; e</p> <p>d) valores de parcelas integrantes e não integrantes das remunerações mensais, com a correspondente discriminação e individualização das parcelas e descontos, que deverão ser declarados até o dia quinze do mês subsequente ao vencido;</p> <p>VIII - em relação aos estagiários:</p> <p>a) até o dia quinze do mês subsequente ao do início do estágio:</p> <p>1. número do CPF;</p> <p>2. data de nascimento;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>3. data de início do estágio;</p> <p>4. data prevista para o término do estágio;</p> <p>5. categoria do estagiário, conforme classificação adotada pelo eSocial; e</p> <p>6. nível e natureza do estágio;</p> <p>b) identificação da instituição de ensino e quando for o caso, CNPJ do agente de integração e CPF do supervisor do estágio, que deverão ser declarados até o dia quinze do mês subsequente ao do início do estágio;</p> <p>c) data do término do estágio que deverá ser declarada até o dia quinze do mês subsequente ao referido término; e</p> <p>d) valores de parcelas mensais devidas, de qualquer natureza, com a correspondente discriminação e individualização das parcelas e descontos, que deverão ser declarados até o dia quinze do mês subsequente ao vencido;</p> <p>IX - em relação aos médicos residentes:</p> <p>a) até o dia quinze do mês subsequente ao do início da residência:</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>1. número do CPF;</p> <p>2. data de nascimento;</p> <p>3. data de início da residência; e</p> <p>4. categoria do médico residente, conforme classificação adotada pelo eSocial;</p> <p>b) data do término da residência que deverá ser declarada até o dia quinze do mês subsequente ao referido término; e</p> <p>c) valores de parcelas mensais devidas, de qualquer natureza, com a correspondente discriminação e individualização das parcelas e descontos, que deverão ser declarados até o dia quinze do mês subsequente ao vencido;</p> <p>X - em relação aos cooperados de cooperativas de trabalho e de cooperativas de produção:</p> <p>a) até o dia quinze do mês subsequente ao do início da prestação do serviço:</p> <p>1. número do CPF;</p> <p>2. data de nascimento;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>3. data de início da prestação de serviço; e</p> <p>4. categoria do cooperado, conforme classificação adotada pelo eSocial;</p> <p>b) data do término da prestação do serviço que deverá ser declarada até o dia quinze do mês subsequente ao referido término; e</p> <p>c) valores de parcelas mensais devidas, de qualquer natureza, com a correspondente discriminação e individualização das parcelas e descontos, que deverão ser declarados até o dia quinze do mês subsequente ao vencido;</p> <p>XI - em relação aos trabalhadores autônomos, incluídos os transportadores autônomos:</p> <p>a) até o dia quinze do mês subsequente ao da prestação do serviço:</p> <p>1. número do CPF;</p> <p>2. datas de nascimento;</p> <p>3. categoria do trabalhador autônomo, conforme classificação adotada pelo eSocial;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>4. código da CBO; e</p> <p>5. natureza da atividade, se urbano ou rural;</p> <p>b) valores de parcelas mensais devidas, de qualquer natureza, com a correspondente discriminação e individualização das parcelas e descontos, que deverão ser declarados até o dia quinze do mês subseqüente ao vencido.</p>		
	<p>Parágrafo único. Para as demais pessoas jurídicas de direito privado e de direito público, bem como pessoas físicas equiparadas a empresas, fica mantida a obrigação prevista no Decreto nº 76.900, de 1975, e o disposto no Manual de Orientação do ano-base, que será publicado no mês de janeiro de cada ano, no portal www.rais.gov.br.</p>	
<p>§ 1º Ocorrendo rescisão de contrato de trabalho do primeiro ao quarto dia de cada mês, o envio das informações constantes nas alíneas "e" do inciso I, "d" do inciso III e "c" do inciso IV, relativas ao mês anterior</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
à rescisão, deverá ocorrer até o décimo dia seguinte ao do desligamento.		
<p>§ 2º Até a data da implantação do FGTS Digital, a prestação das informações de que trata a alínea "e" do inciso I, pelo MEI - Microempreendedor Individual e pelo segurado especial deverão ser prestadas até o dia sete do mês seguinte ao vencido.</p>		
<p>§ 3º Os obrigados cuja declaração da RAIS foi substituída pelo envio das informações ao eSocial e que se enquadrarem na situação "sem movimento", assim definida no Manual de Orientação do eSocial, devem declarar esse fato até o dia quinze do mês subsequente:</p> <p>I - ao do início da situação, quando ocorrer após início da obrigatoriedade do envio dos eventos periódicos ao eSocial;</p> <p>II - ao da constituição do obrigado, quando a referida situação ocorrer após início da obrigatoriedade do envio dos eventos periódicos ao eSocial; ou</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>III - ao do início obrigatoriedade do envio dos eventos periódicos ao eSocial, quando a referida situação for pré-existente.</p>		
<p>§ 4º O recibo da RAIS poderá ser emitido mediante solicitação do declarante desde que atendidas as seguintes condições no ano-base, relativas aos trabalhadores mencionados nos incisos do caput:</p> <p>I - existência de trabalhador ativo no eSocial em pelo menos um dia do ano-base, ainda que afastado;</p> <p>II - envio de evento de fechamento de folha referente a pelo menos uma competência com trabalhador ativo no ano base; e</p> <p>III - inexistência de evento de registro preliminar de trabalhador sem o correspondente evento complementar, quando houver informação de remuneração para esse trabalhador no ano-base.</p>		
<p>§ 5º O recibo da RAIS negativa poderá ser emitido mediante solicitação do declarante desde que atendidas as seguintes condições relativas aos trabalhadores mencionados nos incisos do caput:</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>I - inexistência de trabalhador ativo e de evento remuneratório no ano base; e</p> <p>II - último evento periódico enviado pelo declarante tenha sido um evento de fechamento de folha indicando a inexistência de informações relativas à remuneração de trabalhador, ainda que este evento tenha sido enviado em ano base anterior.</p>		
<p>§ 6º Os recibos de que tratam os §§ 4º e 5º serão emitidos por CNPJ básico ou CPF e não comprovam a regularidade das informações prestadas.</p>		
<p>§ 7º Enquanto não forem atendidos os requisitos estabelecidos no caput deste artigo, a obrigação contida no art. 24 da Lei nº 7.998, de 1990, combinada com o Capítulo XVII do Título II do Decreto nº 10.854, de 2021, deve ser cumprida por meio do GDRAIS, observado o disposto no Manual de Orientação do correspondente ano-base, publicado no portal gov.br." (NR)</p>		
	<p>Art. 146. O empregador obrigado ao eSocial que não prestar as informações na forma e prazo estabelecidos no art. 145 ou apresentá-las com incorreções ou</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	omissões ficará sujeito à multa prevista no art. 25 da Lei nº 7.998, de 1990.	
	<p style="text-align: center;">Seção III</p> <p style="text-align: center;">Da relação anual de informações sociais - RAIS</p> <p>Art. 147. A declaração da RAIS pelas empresas e empregadores que não se enquadrem no art. 145, deverá observar os procedimentos estabelecidos nesta Seção.</p>	
	<p>§ 1º Orientações adicionais quanto à declaração da RAIS de cada ano-base constarão de Manual de Orientação, que será publicado no mês de janeiro de cada ano, no portal www.rais.gov.br.</p>	
	<p>§ 2º A declaração deverá ser fornecida por meio eletrônico, mediante utilização do programa gerador de arquivos da RAIS - GDRAIS, que poderá ser obtido no endereço eletrônico de que trata o § 1º.</p>	
	<p>§ 3º Os estabelecimentos ou entidades que não tiveram vínculos laborais no ano-base poderão fazer a declaração acessando a opção - RAIS NEGATIVA - on-line - disponível no endereço eletrônico de que trata o § 1º.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 4º A entrega da RAIS é isenta de tarifa.</p>	
	<p>Art. 148. Estão obrigados a declarar a RAIS, por meio do GDRAIS:</p> <p>I - empregadores urbanos e rurais, conforme definido no art. 2º do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, e no art. 3º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, respectivamente;</p> <p>II - filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior;</p> <p>III - autônomos ou profissionais liberais que tenham mantido empregados no ano-base;</p> <p>IV - órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal;</p> <p>V - conselhos profissionais, criados por lei, com atribuições de fiscalização do exercício profissional, e as entidades paraestatais;</p> <p>VI - condomínios e sociedades civis; e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	VII - cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas.	
	<p>§ 1º O estabelecimento inscrito no CNPJ que não manteve empregados ou que permaneceu inativo no ano-base está obrigado a entregar a RAIS - RAIS NEGATIVA - e preencher apenas os dados a ele pertinentes.</p>	
	<p>§ 2º A exigência de apresentação da RAIS NEGATIVA a que se refere o § 1º do caput não se aplica ao microempreendedor individual de que trata o § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.</p>	
	<p>§ 3º Para as empresas e empregadores já obrigados à prestação de informações ao eSocial, nos termos do art. 145, o cumprimento da obrigação contida no art. 24 da Lei nº 7.998, de 1990, será feito exclusivamente pelo eSocial.</p>	
	<p>Art. 149. O empregador, ou aquele legalmente responsável pela prestação das informações, relacionará na RAIS de cada estabelecimento os vínculos laborais</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>havidos ou em curso no ano-base, e não apenas os existentes em 31 de dezembro, que abrangem:</p> <p>I - empregados urbanos e rurais, contratados por prazo indeterminado ou determinado, ou para prestação de trabalho intermitente;</p> <p>II - trabalhadores temporários, regidos pela Lei nº 6.019, de 1974;</p> <p>III - diretores sem vínculo empregatício para os quais o estabelecimento tenha optado pelo recolhimento do FGTS;</p> <p>IV - servidores da administração pública direta ou indireta federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal e das fundações supervisionadas;</p> <p>V - servidores públicos não-efetivos, demissíveis ad nutum ou admitidos por meio de legislação especial, não regidos pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT;</p> <p>VI - empregados dos cartórios extrajudiciais;</p> <p>VII - trabalhadores avulsos, aqueles que prestam serviços de natureza urbana ou rural a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do sindicato da categoria, nos termos da Lei nº 12.023,</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>de 27 de agosto de 2009, ou do órgão gestor de mão de obra, nos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013;</p> <p>VIII - trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado, regidos pela Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998;</p> <p>IX - aprendiz contratado nos termos do art. 428 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, regulamentado pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018;</p> <p>X - trabalhadores com contrato de trabalho por tempo determinado, regidos pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;</p> <p>XI - trabalhadores rurais, regidos pela Lei nº 5.889, de 1973;</p> <p>XII - trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado, regidos por lei estadual;</p> <p>XIII - trabalhadores com contrato de trabalho por prazo determinado, regidos por lei municipal;</p> <p>XIV - servidores e trabalhadores licenciados;</p> <p>XV - servidores públicos cedidos e requisitados; e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	XVI - dirigentes sindicais.	
	Art. 150. É obrigatória a utilização de certificado digital válido, padrão ICP Brasil, para a transmissão da declaração da RAIS por todos os estabelecimentos que possuem a partir de dez vínculos, e para o envio de arquivos que contenham dez vínculos ou mais.	
	Parágrafo único. As declarações poderão ser transmitidas com o certificado digital: I - de pessoa jurídica, emitido em nome do estabelecimento, tipo eCNPJ; ou II - do responsável pela entrega da declaração, do tipo eCPF ou eCNPJ.	
	Art. 151. O recibo de entrega será gerado em cinco dias úteis após a entrega da declaração, por meio do endereço eletrônico http://www.rais.gov.br - opção "declaração Já Entregue"/"Impressão de Recibo de Entrega".	
	Art. 152. A empresa deverá manter em sua guarda, e poderá utilizar de armazenamento em meio eletrônico,	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>óptico ou equivalente, no prazo de cinco anos a contar da data de envio, cópia do arquivo e do recibo de entrega da RAIS, para fins de comprovação perante a fiscalização do trabalho.</p>	
	<p>Parágrafo único. O Auditor-Fiscal do Trabalho somente poderá exigir a apresentação dos documentos previstos no caput se as informações não estiverem disponíveis nos sistemas internos do Ministério do Trabalho e Previdência.</p>	
	<p>Art. 153. A RAIS de exercícios anteriores deverá ser declarada com a utilização do aplicativo GDRAIS Genérico e os valores das remunerações deverão ser apresentados na moeda vigente no respectivo ano-base.</p>	
	<p>Parágrafo único. É obrigatória a utilização de certificado digital válido padrão ICP Brasil para a transmissão da declaração da RAIS de exercícios anteriores, exceto para a transmissão da RAIS NEGATIVA.</p>	
	<p>Art. 154. A cópia da declaração da RAIS, de qualquer ano-base, poderá ser solicitada pelo estabelecimento</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>declarante por meio do portal de serviços do governo federal no endereço www.gov.br.</p>	
	<p>Art. 155. O empregador que não entregar a RAIS, omitir informação ou prestar declaração falsa ou inexata fica sujeito às penalidades previstas em legislação específica.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção IV</p> <p style="text-align: center;">Do cadastro geral de empregados e desempregados - CAGED</p> <p>Art. 156. Os empregadores, que não se enquadrem no art. 144, deverão seguir as instruções para prestação de informações previstas nesta Seção para fins do:</p> <p>I - CAGED, instituído pela Lei nº 4.923, de 1965; e</p> <p>II - Seguro-Desemprego, nos termos do inciso I do art. 7º e do art. 24 da Lei nº 7.998, de 1990.</p>	
	<p>Art. 157. O Aplicativo do CAGED Informatizado - ACI será utilizado para gerar e analisar o arquivo do CAGED, pelas empresas nas quais tenha ocorrido movimentação de empregados regidos pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º O arquivo gerado será enviado ao Ministério do Trabalho e Previdência por meio do portal gov.br.</p>	
	<p>§ 2º A empresa deverá manter em sua guarda e poderá utilizar de armazenamento em meio eletrônico, óptico ou equivalente, no prazo de cinco anos a contar da data de envio, cópia do arquivo, do recibo de entrega e do extrato da movimentação processada, para fins de comprovação perante a fiscalização do trabalho.</p>	
	<p>§ 3º O Auditor-Fiscal do Trabalho somente poderá exigir a apresentação dos documentos previstos no § 2º se as informações não estiverem disponíveis nos sistemas internos do Ministério do Trabalho e Previdência.</p>	
	<p>§ 4º As empresas que possuem mais de um estabelecimento devem remeter ao Ministério do Trabalho e Previdência arquivos específicos a cada estabelecimento.</p>	
	<p>Art. 158. É obrigatória a utilização de certificado digital válido, padrão ICP Brasil, para a transmissão da declaração do CAGED por todos os estabelecimentos que</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	possuem dez ou mais trabalhadores no 1º dia do mês de movimentação.	
	<p>Parágrafo único. As declarações poderão ser transmitidas com o certificado digital:</p> <p>I - de pessoa jurídica, emitido em nome do estabelecimento, tipo e CNPJ; ou</p> <p>II - do responsável pela entrega da declaração, do tipo eCPF ou eCNPJ.</p>	
	<p>Art. 159. As informações prestadas fora do prazo deverão ser declaradas obrigatoriamente com a utilização de certificado digital válido padrão ICP Brasil.</p>	
	<p>Art. 160. As informações de que trata o inciso I do caput do art. 156 deverão ser prestadas à Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência até o dia sete do mês subsequente àquele em que ocorreu a movimentação de empregados.</p>	
	<p>Art. 161. Para os fins a que se refere o inciso II do caput do art. 156, as informações relativas a admissões deverão ser prestadas:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - na data de início das atividades do empregado, quando este estiver em percepção do Seguro-Desemprego ou cujo requerimento esteja em tramitação; e</p> <p>II - no prazo estipulado em notificação para comprovação do registro do empregado, lavrada em ação fiscal conduzida por Auditor-Fiscal do Trabalho.</p>	
	<p>Parágrafo único. As informações a que se refere este artigo suprirão os fins referidos no inciso I do art. 156, o que dispensará a obrigação a que se refere o art. 136, relativamente às admissões informadas.</p>	
	<p>Art. 162. O empregador que não prestar as informações no prazo previsto nos art. 160 e art. 161, omitir informações ou prestar declaração falsa ou inexata, ficará sujeito às penalidades previstas em legislação específica.</p>	
	<p>Parágrafo único. Além das penalidades administrativas, os responsáveis por meios fraudulentos na habilitação ou na percepção do Seguro-Desemprego serão punidos civil e criminalmente, nos termos da lei.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p style="text-align: center;">Seção V</p> <p style="text-align: center;">Da disponibilização e utilização de informações - CAGED, RAIS, Seguro-Desemprego e Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda</p> <p>Art. 163. Essa Seção disciplina os procedimentos para a disponibilização e a utilização de dados constantes nas bases de dados:</p> <p>I - do CAGED, instituído pela Lei nº 4.923, de 1965;</p> <p>II - da RAIS, instituída pelo Decreto nº 76.900, de 1975;</p> <p>III - do Seguro-Desemprego, instituído pela Lei nº 7.998, de 1990;</p> <p>IV - do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda - BEm, instituído pela Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020; e</p> <p>V - do Novo Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda - Novo BEm, instituído pela Medida Provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021.</p>	
	<p>Art. 164. Para fins desta Seção considera-se:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - dado pessoal - informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;</p> <p>II - dado anonimizado - dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;</p> <p>III - gestor de dados - órgão ou entidade responsável pela governança de determinado conjunto de dados;</p> <p>IV - solicitante de dados - órgão ou entidade que solicita ao gestor de dados a permissão de acesso aos dados;</p> <p>V - usuário de dados - órgão ou entidade que utiliza dados após ser concedida permissão de acesso pelo gestor dos dados; e</p> <p>VI - instrumento de cooperação para disponibilização de dados - ajuste realizado por meio de acordo de cooperação técnica ou acordo de cooperação a ser celebrado entre solicitante de dados e Ministério do Trabalho e Previdência, no uso de suas atribuições, com vias de formalizar o acesso aos dados pessoais, conforme modelos constantes dos Anexos X e XI.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Parágrafo único. A Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência é, para os efeitos desta Seção, a gestora de dados.</p>	
	<p>Art. 165. Os dados pessoais registrados nas bases de dados de que tratam o art. 163 têm acesso restrito e somente poderão ser utilizados em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para as finalidades previstas no instrumento de cooperação acordado entre as partes de que trata o inciso VI do art. 164.</p>	
	<p>Parágrafo único. Os instrumentos de cooperação para disponibilização de dados deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, nos termos do § 2º do art. 26 da Lei nº 13.709, de 2018.</p>	
	<p>Art. 166. As informações constantes das bases de dados de que tratam o art. 163 que não permitam a identificação de pessoas e sem nenhuma restrição de acesso serão disponibilizadas por meio do portal gov.br, em divulgação pública e garantida a qualquer interessado, na forma da legislação específica.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 167. A solicitação de acesso a dados pessoais constantes nas bases de dados de que tratam o art. 163 será realizada por meio de formulário específico, disponível no portal gov.br, deverá ser acompanhado pelos seguintes documentos:</p> <p>I - número de CPF ou cópia do documento de identificação internacional do solicitante;</p> <p>II - CNPJ, contrato social ou documento correspondente do órgão ou entidade;</p> <p>III - ofício ou carta contendo solicitação do órgão ou entidade interessada; e</p> <p>IV - plano de trabalho, conforme modelo constante do Anexo VII, que abranja:</p> <p>a) as justificativas para a disponibilização dos dados pessoais, conforme missão institucional;</p> <p>b) o objetivo da utilização dos dados pessoais; e</p> <p>c) o objeto da solicitação.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º Após o recebimento da documentação, o gestor de dados se manifestará a respeito da completude dos documentos.</p>	
	<p>§ 2º Na hipótese de conformidade da solicitação, o gestor de dados formalizará processo administrativo junto ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI.</p>	
	<p>§ 3º A solicitação dos dados pessoais será submetida a:</p> <p>I - análise de mérito quanto aos seus objetivos, pertinência, conveniência e necessidade da utilização de dados pessoais para a realização do projeto proposto; e</p> <p>II - análise jurídica quanto à materialidade e legalidade do instrumento de cooperação que vise à formalização da disponibilização dos dados.</p>	
	<p>Art. 168. Após deferimento da solicitação pelo gestor de dados, nos termos do § 3º do art. 167, o solicitante terá o prazo de trinta dias para manifestar anuência no instrumento de cooperação.</p>	
	<p>Parágrafo único. Caso o prazo do caput seja exaurido sem manifestação, o processo será arquivado.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 169. Para formalização de instrumento de cooperação de que trata o inciso VI do art. 164, o representante legal da instituição deverá assinar Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, conforme modelo constante do Anexo XIII.</p>	
	<p>Art. 170. O solicitante de dados deverá providenciar tradução juramentada do instrumento de cooperação, caso seja necessária sua reprodução em língua estrangeira.</p>	
	<p>Art. 171. O instrumento de cooperação para disponibilização dos dados pessoais deverá ser assinado pelo representante legal da instituição partícipe e pelo representante do Ministério do Trabalho e Previdência com competência para celebrar acordo de cooperação técnica ou acordo de cooperação.</p>	
	<p>Art. 172. O instrumento de cooperação será publicado pelo gestor de dados, na forma de extrato, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, no Diário Oficial da União, conforme disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Parágrafo único. Os dados pessoais serão disponibilizados, preferencialmente, de forma anonimizada, nos termos do inciso II do art. 164, respeitados os limites estabelecidos pela Lei nº 13.709, de 2018.</p>	
	<p>Art. 173. O gestor de dados disponibilizará ao usuário de dados o arquivo contendo as informações solicitadas, de acordo com o formato e o leiaute acordado entre os partícipes, mediante entrega de:</p> <p>I - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo assinado pelo usuário de dados, conforme modelo constante do Anexo XIII; e</p> <p>II - Plano de Trabalho Específico, assinado pelo representante legal da instituição e pelo usuário de dados, conforme modelo constante do Anexo XIV.</p>	
	<p>Art. 174. O instrumento de cooperação para disponibilização dos dados pessoais terá vigência máxima de trinta e seis meses, podendo ser prorrogado por igual período, por meio de Termo Aditivo, desde que haja interesse dos partícipes.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 175. Os usuários de dados deverão informar ao gestor de dados sobre a substituição dos signatários dos Termos de Compromisso e Manutenção de Sigilo, tal como dos responsáveis pelo acompanhamento dos respectivos planos de trabalho relacionados ao instrumento de cooperação para disponibilização de dados pessoais.</p>	
	<p>Art. 176. Cópia do produto técnico, como relatório, estudo ou pesquisa, elaborado no âmbito do instrumento de cooperação, deverá ser entregue ao gestor de dados em meio eletrônico.</p>	
	<p>Art. 177. A utilização indevida dos dados pessoais disponibilizados na forma desta Seção e do instrumento de cooperação acarretará a aplicação das sanções previstas no art. 52 da Lei nº 13.709, de 2018, além de outras previstas em lei, respeitados os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.</p>	
	<p>§ 1º Sempre que ocorrer a utilização indevida dos dados pessoais, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	será comunicada para a aplicação das sanções de que tratam o caput.	
	<p>§ 2º Entende-se como utilização indevida toda e qualquer exposição de dados que represente violação à privacidade das pessoas naturais que constam nas bases de dados de que tratam o art. 133, estando vedado o repasse de dados pessoais para pessoas físicas, jurídicas ou para a sociedade em geral, sem motivações fundamentadas na legislação ou em decisão judicial.</p>	
	<p>§ 3º A suspeita da utilização indevida dos dados pessoais poderá acarretar, temporariamente, a suspensão do instrumento de cooperação que disponibiliza o acesso aos dados, enquanto o processo administrativo ou judicial de investigação perdurar, conforme decisão fundamentada do Secretário de Trabalho</p>	
	<p>§ 4º Sem prejuízo das sanções de que tratam o caput, a comprovação de utilização indevida dos dados pessoais poderá ocasionar a rescisão do instrumento de cooperação.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 5º Nos casos em que a utilização indevida dos dados resultar em rescisão do instrumento de cooperação, o gestor de dados, observando os critérios de oportunidade e conveniência, se reservará ao direito de não firmar novo instrumento de cooperação com o solicitante de dados por até cinco anos.</p>	
	<p>§ 6º Da decisão administrativa pela suspensão de acesso aos dados ou rescisão do instrumento de cooperação caberá recurso dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior, nos prazos e termos previstos na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.</p>	
	<p>Art. 178. A disponibilização de dados pessoais para utilização por parte de órgãos e entidades da administração pública federal observará o Decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019, dispensada a necessidade de estabelecer instrumento de cooperação.</p>	
	<p>Seção VI</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p align="center">Do cadastro de empregados na Caixa Econômica Federal</p> <p>Art. 179. As pessoas jurídicas ou a ela equiparadas deverão cadastrar os empregados admitidos, mediante documento próprio, na Caixa Econômica Federal que tomará as medidas necessárias para a efetivação do cadastramento.</p>	
	<p align="center">Seção VII</p> <p align="center">Da Classificação Brasileira de Ocupações</p> <p>Art. 180. Fica aprovada a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO - para uso em todo o território nacional.</p>	
	<p>§ 1º A CBO é um sistema de classificação de ocupações que tem o objetivo de retratar as diversas atividades laborais existentes no País, de forma padronizada, para fins de levantamentos estatísticos e usos nos registros administrativos.</p>	
	<p>§ 2º A CBO é utilizada nos registros administrativos, para fins classificatórios, sem efeitos de regulamentação profissional.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 3º A inclusão de uma ocupação na CBO não implica em regulamentação da referida profissão.</p>	
	<p>§ 4º A inclusão de uma ocupação na CBO independe e não se confunde com a regulamentação da referida profissão.</p>	
	<p>§ 5º A CBO não tipifica nem caracteriza vínculos trabalhistas de qualquer natureza e não implica obrigações decorrentes da mudança da nomenclatura do cargo exercido pelo trabalhador.</p>	
	<p>Art. 181. Na inclusão de ocupações na CBO deverão ser definidos:</p> <p>I - código - código numérico de identificação;</p> <p>II - título - nomenclatura pela qual a ocupação é conhecida;</p> <p>III - descrição - descrição textual das principais atividades desenvolvidas na ocupação, agregadas algumas características do trabalho usualmente necessárias para desenvolvê-las.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º O título de que trata o inciso II do caput admite a definição de múltiplos nomes para a mesma ocupação, considerados os diferentes nomes tratados como sinônimos.</p>	
	<p>§ 2º A identificação de níveis de qualificação e educação formal entre as características do trabalho, na descrição de que trata o inciso III do caput não implica que estas sejam obrigatórias para o exercício da ocupação.</p>	
	<p>Art. 182. Políticas públicas, registros administrativos e sistemas governamentais poderão utilizar os códigos, títulos e descrições definidos na CBO para consecução de seus objetivos</p>	
	<p>Parágrafo único. A CBO não incorporará na definição das ocupações marcadores ou descrições específicas definidas por políticas públicas, registros administrativos ou sistemas governamentais.</p>	
	<p>Art. 183. A atualização da CBO será feita anualmente de acordo com metodologia a ser definida pela Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 184. A CBO e suas atualizações serão disponibilizadas no portal gov.br.</p>	
<p align="center">Seção IX</p> <p align="center">Do Quadro Brasileiro de Qualificações</p> <p>Art. 184-A. Fica aprovado o Quadro Brasileiro de Qualificações - QBQ, conjunto de informações que descreve o preparo necessário ao trabalhador para o desempenho de cada ocupação descrita na Classificação Brasileira de Ocupações.</p>		<p>Aprova o Quadro Brasileiro de Qualificações, com as informações do preparo necessário ao trabalhador para o desempenho das ocupações descritas na CBO.</p>
<p>§ 1º São objetivos do Quadro Brasileiro de Qualificações:</p> <p>I - definir o nível de qualificação compatível com cada ocupação da Classificação Brasileira de Ocupações;</p> <p>II - garantir a transparência da associação entre qualificações e ocupações, a fim de possibilitar a identificação e a comparabilidade das diferentes formas de educação e formação e de sua adequação ao mercado de trabalho;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>III - possibilitar aos trabalhadores a identificação de diferentes ocupações adequadas às suas qualificações;</p> <p>IV - possibilitar aos empregadores a identificação da qualificação necessária aos trabalhadores para preenchimento das vagas de trabalho abertas;</p> <p>V - definir referenciais para os resultados de aprendizagem associados aos diferentes níveis de qualificação;</p> <p>VI - subsidiar a análise de programas de aprendizagem profissional a serem incluídos no Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional - CONAP;</p> <p>VII - subsidiar a análise de programas de qualificação profissional a serem ofertados por instituições de educação profissional; e</p> <p>VIII - viabilizar o intercâmbio de informações e de experiências entre sistemas de qualificação profissional do Brasil e de outros países.</p>		
<p>§ 2º O Quadro Brasileiro de Qualificações serve de referência para as políticas públicas e as demais ações</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>do Ministério do Trabalho e Previdência, e deve ser observado para:</p> <p>I - priorização das ocupações a serem atualizadas na CBO a cada ano;</p> <p>II - identificação da compatibilidade entre vagas e trabalhadores na política de intermediação de mão de obra; e</p> <p>III - adequação das políticas de qualificação profissional, inclusive aprendizagem profissional.</p>		
<p>Art. 184-B. Para fins do disposto nesta Seção, considera-se:</p> <p>I - conhecimento - conjunto de informações, fatos, teorias, práticas e princípios necessários para o exercício de uma ocupação;</p> <p>II - habilidade - capacidade de aplicar conhecimentos e utilizar os recursos adquiridos para concluir tarefas e solucionar problemas, podendo ser cognitiva, prática, física, psicomotora e sensorial;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>III - atitude - capacidade para realizar tarefas e resolver problemas de diferentes níveis de complexidade, com diferentes graus de autonomia e responsabilidade;</p> <p>IV - competência - caracterização de uma ocupação a partir da necessidade de conhecimentos, habilidades, e atitudes necessárias à sua execução; e</p> <p>V - qualificação - resultado esperado da aprendizagem em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes, para o desempenho de atividades ou funções típicas de uma ocupação.</p> <p>Parágrafo único. A competência reflete os conhecimentos, habilidades e atitudes demandadas ao exercício de determinada ocupação, enquanto a qualificação se refere aos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos pelo trabalhador nos diferentes processos de aprendizagem e qualificação profissional.</p>		
<p>Art. 184-C. O Quadro Brasileiro de Qualificações é organizado em oito níveis de qualificação, caracterizados pela descrição das competências correspondentes a cada nível, e estruturado em ordem crescente de complexidade e profundidade das</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>competências necessárias ao desempenho das ocupações contidas em cada nível.</p>		
<p>§ 1º A caracterização de cada nível do Quadro Brasileiro de Qualificações é dada por:</p> <p>I - nível 1 - capacidade de aplicar conhecimentos gerais e conceitos associados a tarefas simples, que requerem habilidades básicas e que são executadas sob supervisão direta;</p> <p>II - nível 2 - capacidade de aplicar conhecimentos gerais, conceitos tecnológicos básicos e habilidades de profundidade restrita, para executar tarefas e resolver problemas simples e correntes, sob supervisão de rotina, com autonomia e responsabilidade limitadas;</p> <p>III - nível 3 - capacidade de aplicar conhecimentos especializados, fundamentos tecnológicos e habilidades para executar tarefas e resolver problemas de complexidade intermediária, sob supervisão geral;</p> <p>IV - nível 4 - capacidade de aplicar conhecimentos, conceitos e procedimentos técnicos, habilidades e princípios de gestão para resolver problemas</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>específicos, gerenciar atividades e supervisionar o trabalho de rotina de terceiros;</p> <p>V - nível 5 - capacidade de aplicar conhecimentos gerais abrangentes, especializados e teóricos além de habilidades para conceber soluções criativas aos problemas específicos, gerenciar ações e avaliar resultados do desempenho de terceiros;</p> <p>VI - nível 6 - capacidade de aplicar conhecimentos aprofundados de uma área, com compreensão crítica de teorias e princípios, além de habilidades para conceber soluções criativas e inovadoras na resolução de problemas complexos, gerenciar ações ou projetos, avaliar e propor desenvolvimento profissional de terceiros;</p> <p>VII - nível 7 - capacidade de aplicar conhecimentos altamente especializados e de vanguarda, além de habilidades para desenvolver novos conhecimentos na resolução de problemas complexos e imprevisíveis ligados à investigação e à inovação, assim como gerenciar e transformar contextos de trabalhos complexos, com novas abordagens estratégicas; e</p> <p>VIII - nível 8 - capacidade de aplicar conhecimentos de ponta na vanguarda de uma área e na interligação</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>entre áreas, além de habilidades complexas e altamente especializadas, para alargar fronteiras do conhecimento, assim como investigar e inovar na resolução de problemas críticos e soluções práticas.</p>		
<p>§ 2º Toda ocupação descrita na CBO é associada a apenas um nível do Quadro Brasileiro de Qualificações.</p>		
<p>§ 3º A associação das ocupações aos níveis do Quadro Brasileiro de Qualificações é estabelecida a partir da análise das competências efetivamente relacionadas ao exercício daquelas ocupações, e é independente de currículos, cursos ou regulações específicas.</p>		
<p>Art. 184-D. A atualização do Quadro Brasileiro de Qualificações será feita anualmente, de acordo com a disponibilidade orçamentária, e seguirá metodologia a ser definida pela Subsecretaria de Estudos e Estatísticas do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência</p>		
<p>Art. 184-E. O Quadro Brasileiro de Qualificações será disponibilizado no portal gov.br." (NR)</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p align="center">CAPÍTULO XII</p> <p align="center">DAS MEDIDAS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO</p> <p>Art. 185. Este capítulo trata da proibição de práticas discriminatórias no âmbito das relações de trabalho, previstas na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, na Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, na Lei nº 12.984, de 2 de junho de 2014, na Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e no art. 373-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	
	<p>Art. 186. O disposto neste capítulo abrange todos os trabalhadores que atuem sob todas as formas ou modalidades, e em todos os locais de trabalho, inclusive:</p> <p>I - as pessoas que exercem qualquer emprego ou ocupação;</p> <p>II - as pessoas em formação, incluídos os estagiários e aprendizes;</p> <p>III - os voluntários;</p> <p>IV - as pessoas que estão à procura de um emprego e os candidatos a um emprego; e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	V - os trabalhadores desligados ou suspensos do trabalho.	
	<p style="text-align: center;">Seção I</p> <p style="text-align: center;">Da vedação de práticas discriminatórias</p> <p>Art. 187. As seguintes práticas discriminatórias são vedadas ao empregador para fins de seleção, contratação, remuneração, promoção, formação profissional e manutenção do emprego, além de outras previstas em legislações específicas:</p> <p>I - considerar como variável determinante idade, raça, cor, etnia, sexo, situação familiar, religião, procedência nacional, condição de portador do vírus da imunodeficiência adquirida - HIV, condição de pessoa com deficiência ou reabilitado, entre outras previstas na legislação; e</p> <p>II - fazer exigência de quaisquer documentos com fins discriminatórios ou obstativos, como certidão negativa de reclamatória trabalhista, teste, exame, perícia, laudo, atestado ou declaração relativos à esterilização ou a estado de gravidez;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 188. As políticas, programas e projetos desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Trabalho deverão contemplar ações de estímulo a inclusão da população negra do mercado de trabalho na forma prevista no Capítulo V da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.</p>	
	<p>Art. 189. As práticas discriminatórias referidas nesta norma são passíveis das sanções previstas nas respectivas legislações específicas.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção II</p> <p style="text-align: center;">Das orientações sobre o combate à discriminação relacionada ao HIV e a Aids nos locais de trabalho</p> <p>Art. 190. Os seguintes princípios gerais aplicam-se a todas as ações relativas ao HIV e à Aids no mundo do trabalho:</p> <p>I - a resposta ao HIV e à Aids será reconhecida como uma contribuição para a concretização dos direitos humanos, das liberdades fundamentais e da igualdade de gênero</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>para todos, incluídos os trabalhadores, suas famílias e dependentes;</p> <p>II - o HIV e a Aids devem ser reconhecidos e tratados como uma questão que afeta o local de trabalho, a ser incluída entre os elementos essenciais da resposta nacional para a pandemia, com plena participação das organizações de empregadores e de trabalhadores;</p> <p>III - não pode haver discriminação ou estigmatização dos trabalhadores, em particular as pessoas que buscam e as que se candidatam a um emprego, em razão do seu estado sorológico relativo ao HIV, real ou suposto, ou do fato de pertencerem a regiões do mundo ou a segmentos da população considerados sob maior risco ou maior vulnerabilidade à infecção pelo HIV;</p> <p>IV - a prevenção de todos os meios de transmissão do HIV deve ser uma prioridade fundamental;</p> <p>V - os trabalhadores, suas famílias e seus dependentes necessitam ter acesso a serviços de prevenção, tratamento, atenção e apoio em relação a HIV e Aids, e o local de trabalho deve desempenhar papel relevante na facilitação do acesso a esses serviços;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>VI - a participação dos trabalhadores e o seu envolvimento na concepção, implementação e avaliação dos programas nacionais sobre o local de trabalho devem ser reconhecidos e reforçados;</p> <p>VII - os trabalhadores devem beneficiar-se de programas de prevenção do risco específico de transmissão pelo HIV no trabalho e de outras doenças transmissíveis associadas, como a tuberculose;</p> <p>VIII - os trabalhadores, suas famílias e seus dependentes devem gozar de proteção da sua privacidade, incluída a confidencialidade relacionada ao HIV e à Aids, em particular no que diz respeito ao seu próprio estado sorológico para o HIV;</p> <p>IX - nenhum trabalhador pode ser obrigado a realizar o teste de HIV ou revelar seu estado sorológico para o HIV;</p> <p>X - as medidas relativas ao HIV e à Aids no mundo do trabalho integram todas as políticas relacionadas ao trabalho; e</p> <p>XI - proteção dos trabalhadores em ocupações particularmente expostas ao risco de transmissão do HIV.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 191. Na elaboração de suas normas, políticas e programas, o Ministério do Trabalho e Previdência deverá considerar o Repertório de Recomendações Práticas da OIT sobre o HIV/Aids e o Mundo do Trabalho, de 2001 e suas revisões posteriores, os outros instrumentos pertinentes da Organização Internacional do Trabalho e demais diretrizes internacionais adotadas sobre o assunto.</p>	
	<p>Art. 192. O estado sorológico de HIV, real ou suposto, não pode ser motivo de qualquer discriminação para a contratação ou manutenção do emprego, ou para a busca da igualdade de oportunidades compatíveis com as disposições da Convenção sobre a Discriminação em Emprego e Profissão, de 1958, da Organização Internacional do Trabalho.</p>	
	<p>Art. 193. O estado sorológico de HIV, real ou suposto, não pode ser causa de rompimento da relação de trabalho.</p>	
	<p>Parágrafo único. As ausências temporárias do trabalho por motivo de doença ou para prestar cuidados relacionadas ao HIV e à Aids devem ser tratadas da</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	mesma maneira que as ausências por outros motivos de saúde.	
	Art. 194. Às pessoas com doenças relacionadas ao HIV não deve ser negada a possibilidade de continuar a realizar seu trabalho enquanto são clinicamente aptas a fazê-lo, mediante acomodações razoáveis sempre que necessário.	
	Parágrafo único. Devem ser estimuladas medidas para realocar essas pessoas em atividades adaptadas às suas capacidades, apoiada sua requalificação profissional para o caso de procurarem outro trabalho ou facilitar o seu retorno ao trabalho.	
	<p>Art. 195. Deverão ser tomadas medidas no local de trabalho, ou por meio dele, para reduzir a transmissão do HIV e atenuar o seu impacto, como:</p> <p>I - garantir o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;</p> <p>II - assegurar a igualdade de gênero;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>III - garantir ações para prevenir e proibir a violência e o assédio no local de trabalho;</p> <p>IV - promover a participação ativa de mulheres e homens na resposta ao HIV e à Aids;</p> <p>V - promover o envolvimento de todos os trabalhadores, independentemente da orientação sexual ou porque façam ou não parte de grupos vulneráveis; e</p> <p>VI - garantir a efetiva confidencialidade dos dados pessoais, inclusive dos dados médicos.</p>	
	<p>Art. 196. As estratégias de prevenção devem ser adaptadas aos ambientes e processos de trabalho, além de levar em consideração aspectos econômicos, sociais, culturais e de gênero.</p>	
	<p>Art. 197. Os programas de prevenção devem garantir:</p> <p>I - informações relevantes, oportunas e atualizadas a todos, em um formato e linguagem culturalmente adequados, mediante os diferentes canais de comunicação disponíveis;</p> <p>II - programas de educação abrangente, de modo a ajudar homens e mulheres a compreender e reduzir o risco de</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>todas as formas de infecção pelo HIV, inclusive a transmissão de mãe para filho, e entender a importância da mudança de comportamentos de risco associados à infecção;</p> <p>III - medidas efetivas de segurança e saúde no trabalho;</p> <p>IV - medidas para incentivar os trabalhadores a conhecer o seu próprio estado sorológico, mediante aconselhamento e teste voluntário; particular, preservativos masculinos e femininos e, quando adequado, informações sobre seu uso correto, além do acesso a medidas de profilaxia pós-exposição; e</p> <p>V - orientação quanto a medidas para reduzir comportamentos de alto risco, inclusive dos grupos mais expostos a risco, com vistas a diminuir a incidência do HIV.</p>	
	<p>Art. 198. Os testes diagnósticos devem ser voluntários e livres de qualquer coerção, respeitadas as diretrizes internacionais em matéria de confidencialidade, aconselhamento e consentimento.</p>	
	<p>Art. 199. Caracteriza-se como prática discriminatória exigir aos trabalhadores, incluídos os migrantes, às</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	pessoas que procuram emprego e aos candidatos a trabalho, testes para HIV ou quaisquer outras formas de diagnóstico de HIV.	
	§ 1º Não será permitida, direta ou indiretamente, nos exames médicos por ocasião da admissão, mudança de função, avaliação periódica, retorno, demissão ou outros ligados à relação de emprego, a testagem do trabalhador quanto ao HIV.	
	§ 2º O disposto no § 1º não obsta que campanhas ou programas de prevenção da saúde estimulem os trabalhadores a conhecer seu estado sorológico quanto ao HIV por meio de orientações e exames voluntários, sem vínculo com a relação de trabalho e sempre resguardada a privacidade quanto ao conhecimento dos resultados.	
	Art. 200. Os resultados dos testes de HIV devem ser confidenciais e não devem comprometer o acesso ao emprego, à estabilidade, à segurança no emprego ou a oportunidades para o avanço profissional.	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 201. Os trabalhadores, incluídos os migrantes, os desempregados e os candidatos a emprego, não devem ser coagidos a fornecer informações relacionadas ao HIV sobre si mesmos ou outros.</p>	
	<p>Art. 202. O trânsito dos trabalhadores migrantes ou daqueles que pretendem migrar em função do emprego não deve ser impedido com base no seu status sorológico para o HIV, real ou suposto.</p>	
	<p>Art. 203. O ambiente de trabalho deve ser seguro e saudável, a fim de prevenir a transmissão do HIV no local de trabalho.</p>	
	<p>Art. 204. As ações de segurança e saúde destinadas a prevenir a exposição dos trabalhadores ao HIV no trabalho devem incluir precauções universais, como:</p> <p>I - medidas de prevenção de riscos e acidentes, como as relacionadas à organização do trabalho e ao controle de técnicas e práticas de trabalho;</p> <p>II - equipamentos de proteção individual, quando apropriado;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>III - medidas de controle ambiental e profilaxia pós-exposição; e</p> <p>IV - outras medidas de segurança para minimizar o risco de infecção pelo HIV e pela tuberculose, especialmente em profissões de maior risco, como as do setor da saúde.</p>	
	<p>Art. 205. Quando existir a possibilidade de exposição ao HIV no local de trabalho, os trabalhadores devem receber informação e orientação sobre os modos de transmissão e os procedimentos para evitar a exposição e a infecção, resguardado o sigilo médico e a intimidade do trabalhador.</p>	
	<p>Art. 206. As medidas de sensibilização devem enfatizar que o HIV não é transmitido por simples contato físico e que a presença de uma pessoa vivendo com HIV não deve ser considerada como uma ameaça no local de trabalho</p>	
	<p>CAPÍTULO XIII</p> <p>DO TRABALHO ESCRAVO</p> <p>Seção I</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p align="center">Das condições análogas à escravidão</p> <p>Art. 207. Considera-se em condição análoga à de escravo o trabalhador submetido, de forma isolada ou conjuntamente, a:</p> <p>I - trabalho forçado;</p> <p>II - jornada exaustiva;</p> <p>III - condição degradante de trabalho;</p> <p>IV - restrição, por qualquer meio, de locomoção em razão de dívida contraída com empregador ou preposto, no momento da contratação ou no curso do contrato de trabalho; ou</p> <p>V - retenção no local de trabalho em razão de:</p> <p>a) cerceamento do uso de qualquer meio de transporte;</p> <p>b) manutenção de vigilância ostensiva; ou</p> <p>c) apoderamento de documentos ou objetos pessoais.</p> <p>Parágrafo único. O trabalho realizado em condição análoga à de escravo, sob todas as formas, constitui atentado aos direitos humanos fundamentais e à</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>dignidade do trabalhador e é dever do Auditor-Fiscal do Trabalho combater a sua prática.</p>	
	<p>Art. 208. Para os fins previstos neste Capítulo:</p> <p>I - trabalho forçado - é o exigido sob ameaça de sanção física ou psicológica e para o qual o trabalhador não tenha se oferecido ou no qual não deseje permanecer espontaneamente;</p> <p>II - jornada exaustiva - toda forma de trabalho, de natureza física ou mental, que, por sua extensão ou intensidade, acarrete violação de direito fundamental do trabalhador, notadamente os relacionados à segurança, à saúde, ao descanso e ao convívio familiar e social;</p> <p>III - condição degradante de trabalho - qualquer forma de negação da dignidade humana pela violação de direito fundamental do trabalhador, notadamente os dispostos nas normas de proteção do trabalho e de segurança, higiene e saúde no trabalho;</p> <p>IV - restrição, por qualquer meio, da locomoção do trabalhador em razão de dívida - limitação ao direito fundamental de ir e vir ou de encerrar a prestação do trabalho, em razão de débito imputado pelo empregador</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>ou preposto ou da indução ao endividamento com terceiros;</p> <p>V - cerceamento do uso de qualquer meio de transporte - toda forma de limitação ao uso de meio de transporte existente, particular ou público, possível de ser utilizado pelo trabalhador para deixar local de trabalho ou de alojamento;</p> <p>VI - vigilância ostensiva no local de trabalho é qualquer forma de controle ou fiscalização, direta ou indireta, por parte do empregador ou preposto, sobre a pessoa do trabalhador que o impeça de deixar local de trabalho ou alojamento; e</p> <p>VII - apoderamento de documentos ou objetos pessoais é qualquer forma de posse ilícita do empregador ou preposto sobre documentos ou objetos pessoais do trabalhador.</p>	
	<p>§ 1º Os conceitos estabelecidos neste artigo serão observados para fins de concessão de seguro-desemprego, conforme o disposto na Lei nº 10.608, de 20 de dezembro de 2002 e nas Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, bem como para inclusão de pessoas físicas ou</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	jurídicas no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo.	
	<p>§ 2º Os conceitos estabelecidos neste artigo deverão ser observados pelo Auditor-Fiscal do Trabalho em qualquer ação fiscal direcionada para erradicação do trabalho em condição análoga à de escravo ou em ações fiscais em que for identificada condição análoga à de escravo, independentemente da atividade laboral, seja o trabalhador nacional ou estrangeiro, inclusive quando envolver a exploração de trabalho doméstico ou de trabalho sexual.</p>	
	<p>Art. 209. Aplica-se o disposto neste Capítulo aos casos em que o Auditor-Fiscal do Trabalho identifique tráfico de pessoas para fins de exploração de trabalho em condição análoga à de escravo, desde que presente qualquer das hipóteses previstas no art. 208.</p>	
	<p>Art. 210. Considera-se tráfico de pessoas para fins de exploração de trabalho em condição análoga à de escravo o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, mediante ameaça ou uso da força ou outras formas de coação,</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>rapto, fraude, engano, abuso de autoridade ou situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção II Da fiscalização</p> <p>Art. 211. O Ministério do Trabalho e Previdência e suas unidades descentralizadas, deverão prover a Inspeção do Trabalho de todos os recursos necessários para a fiscalização e combate ao trabalho em condições análogas às de escravo, cujo combate será prioritário em seus planejamentos e ações.</p>	
	<p>Art. 212. As ações fiscais para erradicação do trabalho em condição análoga à de escravo serão planejadas e coordenadas pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho, que as realizará diretamente, por intermédio das equipes do Grupo Especial de Fiscalização Móvel de combate ao trabalho escravo, e pelas unidades descentralizadas da Inspeção do Trabalho, por meio de grupos ou equipes de fiscalização.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho e as suas unidades descentralizadas priorizarão em seus planejamentos a realização de ações fiscais para a identificação e resgate de trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo.</p>	
	<p>§ 2º As ações fiscais previstas no caput deverão prever a participação de representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar Ambiental, Polícia Militar, Polícia Civil, ou outra autoridade policial que garanta a segurança da fiscalização.</p>	
	<p>Art. 213. Com vistas a proporcionar o acolhimento de trabalhador submetido a condição análoga à de escravo, seu acompanhamento psicossocial e o acesso a políticas públicas, o Auditor-Fiscal do Trabalho deverá, no curso da ação fiscal:</p> <p>I - orientar os trabalhadores a realizar sua inscrição no Cadastro Único da Assistência Social e encaminhá-los para o órgão local responsável pelo cadastramento, sempre que possível;</p> <p>II - comunicar a situação de trabalhadores submetidos a condição análoga à de escravo ao órgão gestor responsável pela política de assistência social local, a fim</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>de que os trabalhadores e suas famílias sejam encaminhadas ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social para realizar o atendimento socioassistencial; e</p> <p>III - comunicar os demais órgãos ou entidades da sociedade civil eventualmente existentes na região voltados para o atendimento de vítimas de trabalho análogo ao de escravo.</p>	
	<p>§ 1º Os procedimentos previstos nos incisos I a III do caput não serão adotados quando implicarem risco ao trabalhador.</p>	
	<p>§ 2º Caso se verifique que os procedimentos previstos nos incisos I a III do caput implicam risco de prejuízo ao sigilo da fiscalização, o Auditor-Fiscal do Trabalho poderá adotá-los ao final da ação.</p>	
	<p>Art. 214. A identificação de trabalho em condição análoga à de escravo em qualquer ação fiscal ensejará a adoção dos procedimentos previstos nos § 1º e § 2º do art. 2º-C da Lei nº 7.998, de 1990, e o Auditor-Fiscal do Trabalho deverá resgatar o trabalhador que estiver</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>submetido a essa condição e emitir o Requerimento do Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado.</p>	
	<p>Art. 215. Nos termos da legislação vigente, o trabalhador resgatado terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego, mediante comprovação da condição análoga à de escravo por ação fiscal dos Auditores-Fiscais do Trabalho.</p>	
	<p>Art. 215. Nos termos da legislação vigente, o trabalhador resgatado terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego, mediante comprovação da condição análoga à de escravo por ação fiscal dos Auditores-Fiscais do Trabalho.</p>	
	<p>Art. 216. O Auditor-Fiscal do Trabalho habilitado no sistema de concessão de seguro-desemprego cadastrará os dados do trabalhador resgatado para fins de concessão do benefício, conforme instruções do Ministério do Trabalho e Previdência.</p>	
	<p>Art. 217. Os dados de trabalhadores imigrantes vítimas de tráfico de pessoas ou de trabalho análogo ao de escravo deverão ser encaminhados para concessão de</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>autorização de residência, prevista no art. 30 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, observados os procedimentos estipulados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.</p>	
	<p>§ 1º O Auditor-Fiscal do Trabalho responsável pelo resgate deverá solicitar à Chefia de Fiscalização o encaminhamento desses casos à Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, para que o Ministério da Justiça e Segurança Pública seja oficiado para providenciar a concessão da residência permanente de que trata o caput.</p>	
	<p>§ 2º A solicitação de que trata o § 1º será devidamente instruída com pedido de autorização imediata de residência permanente formulado pelo Auditor-Fiscal do Trabalho responsável pelo resgate.</p>	
	<p>Art. 218. Quando o Auditor-Fiscal do Trabalho identificar a ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas no art. 208, deverá lavrar auto de infração conclusivo a respeito da constatação de trabalho em condição análoga à de escravo, descrevendo de forma circunstanciada e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	pormenorizada os fatos que fundamentaram a caracterização.	
	Parágrafo único. A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho e a Coordenação-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho adotarão as providências necessárias para a identificação dos autos de infração e demais documentos fiscais lavrados na mesma ação fiscal, de forma a propiciar a tramitação conjunta e prioritária do processo.	
	Art. 219. Da lavratura do auto de infração pelo Auditor-Fiscal do Trabalho com base na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016, será assegurado ao administrado o exercício do contraditório e da ampla defesa, na forma do que determinam os incisos LIV e LV do art. 5º da Constituição e a Lei nº 9.784, de 1999.	
	Art. 220. Verificado pelo Auditor-Fiscal do Trabalho o não recolhimento do FGTS ou Contribuição Social de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, deverá ser emitida NDFC.	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 221. Os procedimentos de fiscalização de que trata este Capítulo serão disciplinados pelo Ministério do Trabalho e Previdência, com subsídios da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, por meio de Instrução Normativa.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção III</p> <p style="text-align: center;">Do relatório de fiscalização</p> <p>Art. 222. O Auditor-Fiscal do Trabalho deverá obrigatoriamente providenciar a elaboração de relatório de fiscalização nas situações em que for identificada a prática de quaisquer dos tipos infracionais previstos no art. 207 e nas ações fiscais que tenham sido motivadas por denúncia ou investigação deste ilícito, ainda que não se confirme a submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo.</p>	
	<p>§ 1º O relatório de fiscalização conterá, entre outras informações:</p> <p>I - identificação do empregador (nome ou razão social, CPF ou CNPJ);</p> <p>II - endereço do estabelecimento;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>III - atividade econômica conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE;</p> <p>IV - número de trabalhadores alcançados pela ação fiscal;</p> <p>V - número de trabalhadores registrados na ação fiscal;</p> <p>VI - número de trabalhadores em condição análoga à de escravo;</p> <p>VII - número de trabalhadores resgatados;</p> <p>VIII - número de trabalhadores menores de dezesseis anos encontrados;</p> <p>IX - número de trabalhadores menores de dezoito e maiores de dezesseis anos encontrados;</p> <p>X - número de trabalhadores menores de dezesseis anos em condição análoga à de escravo;</p> <p>XI - número de trabalhadores menores de dezoito e maiores de dezesseis anos em condição análoga à de escravo;</p> <p>XII - número de crianças e adolescentes submetidos a piores formas de trabalho infantil;</p> <p>XIII - valor bruto das verbas rescisórias;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>XIV - valor líquido de rescisões recebido pelos trabalhadores;</p> <p>XV - número de mulheres em condição análoga à de escravo;</p> <p>XVI - número de estrangeiros em condição análoga à de escravo;</p> <p>XVII - número de estrangeiros resgatados;</p> <p>XVIII - número de indígenas em condição análoga à de escravo;</p> <p>XIX - número de indígenas resgatados;</p> <p>XX - indicação da constatação de trabalho análogo ao de escravo urbano ou rural;</p> <p>XXI - indicação da existência de indícios de tráfico de pessoas para exploração de trabalho em condições análogas à de escravo;</p> <p>XXII - indicação das modalidades de trabalho análogo ao de escravo encontradas, conforme previsto nos incisos I a VII do art. 208;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>XXIII - indicação do número do auto de infração conclusivo a respeito da constatação de trabalho em condição análoga à de escravo, previsto no art. 219;</p> <p>XXIV - cópias dos autos de infração lavrados;</p> <p>XXV - cópias dos termos de apreensão de documentos emitidos; e</p> <p>XXVI - indicação da existência de indícios de exploração sexual.</p>	
	<p>Art. 223. O relatório de fiscalização deverá ser elaborado em até cinco dias úteis, a contar do término da ação fiscal, e será encaminhado ao chefe da fiscalização para imediata remessa à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho.</p>	
	<p>Art. 224. O relatório de fiscalização em que houver a caracterização do trabalho em condições análogas às de escravo será disponibilizado ao autuado após solicitação endereçada ao chefe de fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho responsável pela circunscrição em que foi constatado o ilícito.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Parágrafo único. A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho encaminhará os relatórios de fiscalização em que houver a caracterização do trabalho em condições análogas às de escravo ao Ministério Público Federal para as providências cabíveis.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção IV</p> <p style="text-align: center;">Da divulgação do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo</p> <p>Art. 225. O cadastro de empregadores previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 2016, será divulgado no endereço eletrônico do Ministério do Trabalho e Previdência e conterá a relação de pessoas físicas e jurídicas atuadas em ação fiscal que tenha sido identificado trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo.</p>	
	<p>§ 1º A inclusão do empregador somente ocorrerá após a prolação de decisão administrativa irrecorrível de procedência do auto de infração lavrado na ação fiscal em razão da constatação de submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravo.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 2º A organização e divulgação do cadastro ficará a cargo da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, cuja divulgação será realizada na forma do caput.</p>	
	<p>§ 3º A Assessoria de Comunicação e demais órgãos do Ministério do Trabalho e Previdência deverão garantir todos os meios necessários para que a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho possa realizar a divulgação do Cadastro prevista no caput e no art. 2º da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 2016.</p>	
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO XIV</p> <p style="text-align: center;">DAS ATIVIDADES DE DIREÇÃO, ACESSORAMENTO E DE APOIO POLÍTICO-PARTIDÁRIO</p> <p>Art. 226. Este capítulo estabelece regras voltadas à execução do art. 44-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, no âmbito das competências normativas do Ministério do Trabalho e Previdência.</p>	
	<p>Art. 227. Às atividades de direção, de assessoramento e de apoio político-partidário, assim definidas em normas internas de organização, exercidas nos órgãos, institutos</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	e fundações dos partidos políticos não se aplica o regime jurídico previsto no Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.	
	Parágrafo único. As atividades descritas no caput não geram vínculo empregatício quando remuneradas com valor mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo do benefício do regime geral de previdência social.	
	<p>Art. 228. Normas internas dos partidos políticos disciplinarão, entre outros, os seguintes aspectos:</p> <p>I - as atividades de direção, assessoramento e apoio político-partidário a serem desempenhadas com base nessa modalidade de contratação;</p> <p>II - a quantidade ou os critérios para as contratações a serem realizadas por diretório ou unidade partidária;</p> <p>III - as hipóteses de alteração, suspensão, interrupção e extinção do contrato;</p> <p>IV - as vantagens, os direitos, os deveres, as proibições e as responsabilidades dos contratados;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>V - as obrigações do contratante para com os contratados; e</p> <p>VI - os prazos de vigência das contratações e a possibilidade ou não de prorrogação.</p>	
	<p>Art. 229. É permitida a contratação, na modalidade tratada por este Capítulo, de pessoas que foram empregadas em órgãos, institutos e fundações dos partidos políticos, sem exigência de prazo mínimo entre a extinção do contrato de trabalho e a nova contratação.</p>	
	<p>Art. 230. As obrigações previdenciárias para essa modalidade de contratação obedecerão ao disposto na alínea "f" do inciso V do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para aqueles que exercem atividades de direção, e ao disposto na alínea "g" do mesmo inciso, para as atividades de assessoramento e apoio político-partidário.</p>	
	<p>Art. 231. Aplicam-se subsidiariamente às atividades descritas no art. 227, as disposições dos arts. 593 e seguintes da Lei nº 10.406, de 2002 - Código Civil, que tratam da prestação de serviço.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO XV</p> <p style="text-align: center;">DAS ENTIDADES SINDICAIS E DOS INSTRUMENTOS COLETIVOS DE TRABALHO</p> <p style="text-align: center;">Seção I</p> <p style="text-align: center;">Dos procedimentos administrativos para o registro de entidades sindicais</p> <p>Art. 232. Esta Seção estabelece os procedimentos administrativos para o registro de entidades sindicais no Ministério do Trabalho e Previdência.</p>	
	<p>Parágrafo único. Os procedimentos administrativos de que trata esta Seção observarão as seguintes diretrizes:</p> <p>I - simplificação do atendimento prestado às entidades sindicais;</p> <p>II - presunção de boa-fé;</p> <p>III - transparência;</p> <p>IV - racionalização de métodos e procedimentos de controle;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>V - eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco de fraude envolvido; e</p> <p>VI - aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações, respeitados o sigilo e a proteção do tratamento dos dados na forma da lei.</p>	
	<p>Art. 233. Para os fins desta Seção considera-se:</p> <p>I - solicitação de registro sindical - procedimento de registro de fundação de uma nova entidade sindical;</p> <p>II - solicitação de alteração estatutária - procedimento de registro de alteração de categoria e base territorial abrangida por entidade sindical registrada no CNES;</p> <p>III - solicitação de fusão - procedimento de registro por meio do qual duas ou mais entidades sindicais já registradas no CNES se unem para a formação de um novo ente sindical, que as sucederá em direitos e obrigações, e extinguem as entidades preexistentes;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>IV - solicitação de incorporação - procedimento de registro por meio do qual uma entidade sindical, denominada incorporadora, absorve a representação sindical de um ou mais entes sindicais, denominados incorporados, em comum acordo, que as sucederá em direitos e obrigações, com a consequente extinção destes;</p> <p>V - solicitação de atualização sindical - procedimento por meio do qual entidade sindical com registro concedido antes de 18 de abril de 2005 promove o seu cadastramento junto ao CNES; e</p> <p>VI - solicitação de atualização de dados perenes - procedimento de atualização de dados referentes a membros dirigentes, filiação e localização de entidades sindicais registradas no CNES.</p>	
	<p>Art. 234. O procedimento de registro de entidades sindicais e demais solicitações dispostas no art. 233 deverão ser feitas por meio do portal gov.br.</p>	
	<p>Art. 235. A solicitação de registro sindical deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - edital de convocação da assembleia geral de fundação ou ratificação de fundação publicado no DOU e em jornal de circulação na referida base territorial, que conterà:</p> <p>a) descrição de toda a categoria e base territorial;</p> <p>b) subscritor;</p> <p>c) publicação com antecedência mínima de vinte dias da data da realização da assembleia, para a entidade com base municipal, intermunicipal ou estadual, e de quarenta e cinco dias para entidades com base interestadual ou nacional, contados a partir da última publicação;</p> <p>d) intervalo entre as publicações no DOU e em jornal de circulação na referida base, não superior a cinco dias; e</p> <p>e) publicação em todas as unidades da Federação, quando se tratar de entidade com abrangência nacional, e nos respectivos estados abrangidos, quando se tratar de entidade interestadual;</p> <p>II - ata da assembleia geral de fundação ou de ratificação de fundação com a descrição da categoria e da base territorial aprovada, que deverá apresentar:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>a) registro em cartório;</p> <p>b) lista de presença;</p> <p>c) finalidade da assembleia;</p> <p>d) a data, o horário e o local de realização; e</p> <p>e) os nomes completos, os números de registro no CPF e as respectivas assinaturas dos participantes;</p> <p>III - estatuto social, aprovado em assembleia geral e registrado em cartório, no qual deve constar, de forma objetiva, a categoria e a base territorial pleiteada, não aceitos termos genéricos, como "afins", "similares", "conexos", entre outros; e</p> <p>IV - comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União - GRU, relativa ao custo das publicações no DOU, com as referências de Unidade Gestora - UG, Gestão, Código de Recolhimento e Referência, disponíveis no portal gov.br.</p>	
	<p>Art. 236. Para solicitação de alteração estatutária, a entidade sindical requerente deverá estar com o cadastro ativo e o mandato da diretoria atualizado no CNES.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º A solicitação deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:</p> <p>I - edital de convocação com descrição de toda a categoria e base territorial representadas e pretendidas, conforme o estatuto social, para assembleia geral de alteração estatutária, publicado no DOU e em jornal de circulação na referida base, do qual conste o subscritor, que deverá atender ao seguinte:</p> <p>a) publicação com antecedência mínima de vinte dias da realização da assembleia, para a entidade com base municipal, intermunicipal ou estadual, e de quarenta e cinco dias para entidades com base interestadual ou nacional, contados a partir da última publicação;</p> <p>b) intervalo entre as publicações no DOU e em jornal de circulação na referida base não superior a cinco dias; e</p> <p>c) publicação em todas as Unidades da Federação, quando se tratar de entidade com abrangência nacional, e nos respectivos estados abrangidos, quando se tratar de entidade interestadual;</p> <p>II - ata da assembleia geral com a descrição da categoria e da base territorial aprovada, registrada em cartório, acompanhada de lista de presença contendo a finalidade</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>da assembleia, a data, o horário e o local de realização, os nomes completos, os números de registro no CPF e as respectivas assinaturas dos participantes;</p> <p>III - estatuto social registrado em cartório, no qual deve constar, de forma objetiva, a categoria e a base territorial pretendida, não sendo aceitos termos genéricos, tais como "afins", "similares", "conexos", entre outros; e</p> <p>IV - comprovante de pagamento da GRU, relativa ao custo das publicações no DOU, devendo utilizar as referências de Unidade Gestora - UG, Gestão, Código de Recolhimento e Referência, disponíveis no endereço www.gov.br.</p>	
	<p>§ 2º Na hipótese de emancipação de município, a entidade sindical preexistente na área emancipada deverá solicitar a alteração estatutária.</p>	
	<p>Art. 237. Para solicitação de fusão, as entidades sindicais requerentes deverão estar com cadastro ativo e mandato da diretoria atualizado no CNES.</p>	
	<p>Parágrafo único. A solicitação deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - edital de convocação conjunto dos sindicatos que participarão da fusão com a descrição das respectivas categorias e bases territoriais, conforme a representação das entidades, publicado no DOU e em jornal de circulação na base da entidade fundante, para assembleia geral de autorização da fusão, do qual conste o subscritor, que deverá atender ao seguinte:</p> <p>a) publicação com antecedência mínima de vinte dias da realização da assembleia, para a entidade com base municipal, intermunicipal ou estadual, e de quarenta e cinco dias para entidades de base interestadual ou nacional, contados a partir da última publicação;</p> <p>b) intervalo entre as publicações no DOU e em jornal de circulação na referida base não superior a cinco dias; e</p> <p>c) publicação em todas as unidades da Federação, quando se tratar de entidade com abrangência nacional, e nos respectivos Estados abrangidos, quando se tratar de entidade interestadual;</p> <p>II - ata da assembleia geral com a descrição da categoria e da base territorial aprovada, registrada em cartório, acompanhada de lista de presença, contendo a finalidade da assembleia, a data, o horário e o local de realização,</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>os nomes completos, os números de registro no CPF e as respectivas assinaturas dos participantes;</p> <p>III - estatuto social registrado em cartório, no qual deve constar, de forma objetiva, a categoria e a base territorial correspondentes, não aceitos termos genéricos, como "afins", "similares", "conexos", entre outros; e</p> <p>IV - comprovante de pagamento da GRU, relativa ao custo das publicações no DOU, com as referências de Unidade Gestora - UG, Gestão, Código de Recolhimento e Referência, disponíveis no portal gov.br.</p>	
	<p>Art. 238. Para solicitação de incorporação, as entidades sindicais requerentes deverão estar com cadastro ativo e mandato da diretoria atualizado no CNES.</p>	
	<p>Parágrafo único. A solicitação de incorporação deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:</p> <p>I - edital de convocação conjunta dos sindicatos que participarão da incorporação com a descrição das respectivas categorias e bases territoriais, conforme a representação das entidades, publicado no DOU e em jornal de circulação na base da entidade incorporadora,</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>para assembleia geral de autorização da incorporação, do qual conste o subscritor, que deverá atender ao seguinte:</p> <p>a) publicação com antecedência mínima de vinte dias da realização da assembleia, para a entidade com base municipal, intermunicipal ou estadual, e de quarenta e cinco dias para entidades de base interestadual ou nacional, contados a partir da última publicação;</p> <p>b) intervalo entre as publicações no DOU e em jornal de circulação na referida base não superior a cinco dias; e</p> <p>c) publicação em todas as unidades da Federação, quando se tratar de entidade com abrangência nacional, e nos respectivos Estados abrangidos, quando se tratar de entidade interestadual;</p> <p>II - ata da assembleia geral com a descrição da categoria e da base territorial aprovada, registrada em cartório, acompanhada de lista de presença contendo a finalidade da assembleia, a data, o horário e o local de realização, os nomes completos, os números de registro no CPF e as respectivas assinaturas dos participantes;</p> <p>III - estatuto social registrado em cartório, no qual deve constar, de forma objetiva, a categoria e a base territorial</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>correspondentes, não aceitos termos genéricos, como "afins", "similares", "conexos", entre outros; e</p> <p>IV - comprovante de pagamento da GRU, relativa ao custo das publicações no DOU, com as referências de Unidade Gestora - UG, Gestão, Código de Recolhimento e Referência, disponíveis no portal gov.br.</p>	
	<p>Art. 239. As federações e as confederações deverão se organizar na forma dos art. 534 e art. 535 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	
	<p>Parágrafo único. As entidades de grau superior coordenarão os interesses das entidades a elas filiadas.</p>	
	<p>Art. 240. A solicitação de registro sindical, por entidade sindical de grau superior, deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:</p> <p>I - edital de convocação dos representantes legais das entidades fundadoras para assembleia geral de fundação da entidade de grau superior, publicado no DOU com antecedência mínima de trinta dias da data da assembleia, do qual conste o CNPJ, a denominação das entidades fundantes e o subscritor;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>II - ata da assembleia geral registrada em cartório, devendo constar expressamente a aprovação da fundação e a indicação das entidades fundadoras com os respectivos CNPJ, acompanhada de lista de presença contendo a finalidade da assembleia, a data, o horário e o local de realização, os nomes completos, os números de registro no CPF e as respectivas assinaturas dos participantes;</p> <p>III - estatuto social, aprovado em assembleia geral e registrado em cartório; e</p> <p>IV - comprovante de pagamento da GRU, relativa ao custo das publicações no DOU, devendo utilizar as referências de Unidade Gestora - UG, Gestão, Código de Recolhimento e Referência, disponíveis no portal gov.br.</p>	
	<p>Parágrafo único. A entidade que pretenda participar da fundação de entidade de grau superior deverá possuir, no sistema CNES, cadastro ativo e diretoria atualizada e proceder à solicitação de atualização de dados perenes na modalidade "filiação".</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 241. A solicitação de alteração estatutária por entidade sindical de grau superior deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:</p> <p>I - edital de convocação do conselho de representantes da entidade sindical de grau superior, com a indicação do subscritor, publicado no DOU com antecedência mínima de trinta dias da data da assembleia, contendo o objeto da alteração;</p> <p>II - ata da assembleia geral com o objeto da alteração, registrada em cartório, acompanhada de lista de presença, na qual conste a finalidade da assembleia, a data, o horário e o local de realização, os nomes completos, os números de registro no CPF e as respectivas assinaturas dos participantes;</p> <p>III - estatuto social aprovado em assembleia geral e registrado em cartório; e</p> <p>IV - comprovante de pagamento da GRU, relativa ao custo das publicações no DOU, devendo utilizar as referências de Unidade Gestora - UG, Gestão, Código de Recolhimento e Referência, disponíveis no portal gov.br.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Parágrafo único. A entidade de grau superior deverá estar com cadastro ativo e mandato da diretoria atualizados no CNES.</p>	
	<p>Art. 242. As solicitações de que tratam os art. 237 a art. 241, serão analisadas com observância dos seguintes critérios:</p> <p>I - regularidade da documentação;</p> <p>II - adequação da categoria pleiteada à definição prevista no art. 511 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT para as entidades de primeiro grau;</p> <p>III - existência, no CNES, de outras entidades sindicais representantes da mesma categoria, em base territorial coincidente com a do sindicato requerente;</p> <p>IV - existência de número mínimo de filiados para as entidades de grau superior, conforme previsto nos art. 534 e art. 535 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT; e</p> <p>V - nos casos de fusão e incorporação, se a representação da entidade resultante corresponde à soma da representação das entidades preexistentes.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 243. Quando da verificação de que trata o inciso III do art. 242 for constatada a existência de conflito parcial de representação, será considerado regular o pedido para fins de publicação, salvo se a base territorial requerida englobar o local da sede de sindicato representante da mesma categoria registrado no CNES.</p>	
	<p>Art. 244. Constatada a existência de dois ou mais pedidos de registro sindical ou de alteração estatutária, com coincidência total ou parcial de base territorial ou categoria, deve-se publicar o pedido respeitando a ordem cronológica, conforme data e hora do protocolo, caso ambos tenham protocolado a documentação completa.</p>	
	<p>Art. 245. Constatada a regularidade do processo, nos termos do art. 242, será publicada no DOU a abertura do prazo para impugnação.</p>	
<p>Parágrafo único. As disposições deste artigo não se aplicam aos seguintes pedidos:</p> <p>I - alteração estatutária para redução de base territorial;</p>	<p>Parágrafo único. As disposições deste artigo não se aplicam aos pedidos de alteração estatutária para redução da base territorial, fusão, incorporação e pedidos de registro ou alteração de entidades de grau</p>	<p>Mudança redacional.</p>

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>II - fusão e incorporação, quando as partes envolvidas possuírem idêntica representação de categoria; e</p> <p>III - registro ou alteração de entidades de grau superior, em relação aos quais incidem as disposições dos incisos IV, V e VI do art. 252." (NR)</p>	<p>superior, em relação aos quais incidem as disposições dos incisos IV, V e VI do art. 252.</p>	
	<p>Art. 246. Publicada a abertura do prazo para impugnação, a entidade sindical de mesmo grau que já possua ao menos a primeira publicação do processo pleiteado no DOU poderá fazê-la em até trinta dias, por meio do portal gov.br, anexando comprovante de pagamento da GRU, relativa ao custo da publicação no DOU, devendo utilizar as referências de Unidade Gestora - UG, Gestão, Código de Recolhimento e Referência, disponíveis no portal gov.br.</p>	
	<p>§ 1º Para impugnação, a entidade sindical deverá estar com o mandato da diretoria atualizado no CNES.</p>	
	<p>§ 2º As impugnações deverão ser individuais e fazer referência a um único pedido.</p>	
	<p>Art. 248. A solução do conflito entre entidades sindicais poderá resultar de autocomposição, mediação ou</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	arbitragem, a escolha dos interessados, observados os preceitos da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, e da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, no que couberem.	
	§ 1º A entidade impugnada será notificada, por meio do DOU, para apresentar o resultado da solução do conflito no prazo de até noventa dias, sob pena de indeferimento do processo de solicitação de registro.	
<p>§ 2º Na hipótese de acordo entre as partes, a entidade impugnada deverá apresentar:</p> <p>I - ata que deverá constar objetivamente a representação de cada entidade envolvida, resultante do acordo; e</p> <p>II - estatuto que contenha objetivamente os elementos identificadores da nova representação, não aceitos termos genéricos, como "afins", "similares", "conexos", entre outros.</p>	<p>§ 2º Na hipótese de consenso entre as partes, deverá ser juntado aos autos do processo impugnado documento que informe, objetivamente, a representação acordada de cada entidade envolvida.</p>	Especifica melhor os documentos a serem entregues em caso de acordo entre as partes em conflito sindical.
<p>§ 3º Na hipótese de o cartório não liberar, comprovadamente, o registro do novo estatuto social em tempo hábil para peticionamento no SEI, a entidade</p>		Possibilidade de a entidade sindical juntar documento pedindo novo prazo caso o cartório não registrar o estatuto em tempo hábil.

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>poderá solicitar a abertura de um novo prazo, juntando comprovante que justifique a impossibilidade de atendimento ao prazo inicial." (NR)</p>		
	<p>§ 3º Eventual alteração de representação que amplie a categoria ou a base territorial requerida, objeto do litígio, não será aceita como solução do conflito.</p>	
	<p>Art. 249. As impugnações serão indeferidas nas seguintes hipóteses:</p> <p>I - inobservância do art. 247;</p> <p>II - insuficiência ou irregularidade dos documentos apresentados;</p> <p>III - não coincidência de base territorial ou categoria entre as entidades indicadas como conflitantes;</p> <p>IV - perda do objeto da impugnação, ocasionada pela retirada do conflito;</p> <p>V - desistência da impugnação;</p> <p>VI - verificação de conflito preexistente ao objeto da alteração estatutária; e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	VII - na hipótese de impugnação apresentada por entidade de grau diverso da entidade impugnada, salvo por instrumento de procuração específica.	
	Art. 250. O pedido de desistência da solicitação de impugnação somente será acolhido se apresentado em documento assinado pelo representante legal da entidade impugnante, com mandato vigente, e registrado em cartório.	
	<p>Art. 251. As solicitações a que se referem os incisos I, II, III e IV do art. 233 serão suspensas nos seguintes casos:</p> <p>I - durante o prazo previsto no § 1º do art. 248 quando se tratar de solicitação de registro sindical e solicitação de alteração estatutária; e</p> <p>II - por determinação judicial.</p>	
Art. 252	<p>Art. 252. O deferimento das solicitações a que se referem os incisos I, II, III e IV do art. 233, será efetuado nas seguintes situações:</p> <p>I - decorrido o prazo de trinta dias, sem que tenham sido apresentadas impugnações;</p>	Fusão e incorporação ocorrem apenas quando as partes envolvidas possuírem idêntica representação de categoria.

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>V - nos casos de fusão e de incorporação quando as partes envolvidas possuírem idêntica representação de categoria, atendidos os requisitos previstos nos art. 237 e art. 238;</p> <p>....." (NR)</p>	<p>II - arquivamento das impugnações;</p> <p>III - após solução do conflito, nos termos do § 2º do art. 249;</p> <p>IV - quando o objeto da alteração estatutária reduzir a base territorial da entidade, atendidos os requisitos previstos no art. 236;</p> <p>V - quando cumpridos os requisitos previstos nos art. 237 e art. 238, nos casos de fusão e de incorporação;</p> <p>VI - quando cumpridos os requisitos previstos nos art. 240 e art. 241, nos casos de entidades de grau superior; e</p> <p>VII - por determinação judicial.</p>	
	<p>§ 1º O deferimento das solicitações ficará condicionado às entidades estarem com dados da diretoria atualizados no CNES e terem comprovado o pagamento de GRU, relativo ao custo da publicação no DOU.</p>	
	<p>§ 2º Não cumpridas as condicionantes previstas no § 1º, a entidade será notificada para que proceda a atualização dos dados da diretoria ou encaminhe a comprovação do pagamento da GRU, no prazo de trinta dias, a contar do</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	envio da correspondência eletrônica, sob pena de indeferimento do pedido, ressalvada a hipótese de cumprimento por determinação judicial.	
	<p>Art. 253. As solicitações serão indeferidas nos seguintes casos:</p> <p>I - insuficiência ou irregularidade de documentação;</p> <p>II - não caracterização da categoria pleiteada, nos termos do art. 511 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT;</p> <p>III - coincidência total de categoria e base territorial do sindicato postulante com sindicato registrado no CNES;</p> <p>IV - quando a base territorial requerida englobar o município sede de sindicato com registro, representante de idêntica categoria;</p> <p>V - no caso de entidades de grau superior, quando forem descumpridos os requisitos previstos nos art. 239 a art. 241;</p> <p>VI - falta de atualização do mandato da diretoria no CNES, ou da comprovação do pagamento da GRU, após transcorrido o prazo previsto no § 2º do art. 252;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>VII - a pedido da entidade sindical, subscrito por seu representante legal e devidamente registrado em cartório;</p> <p>VIII - quando identificada duplicidade de pedidos referentes a uma mesma entidade;</p> <p>IX - nos casos de fusão e incorporação, se a representação da entidade resultante não corresponder à soma da representação das entidades preexistentes;</p> <p>X - esgotado o prazo previsto no § 1º do art. 249 sem a resolução do conflito;</p> <p>XI - se o interessado deixar de promover os atos que lhe competem dentro do prazo fixado pela Administração, após regularmente notificado; e</p> <p>XII - por determinação judicial.</p>	
	<p>§ 1º Na hipótese do inciso VIII do caput, serão arquivados os processos anteriores ao último protocolado.</p>	
	<p>§ 2º Identificada a existência de processo sem movimentação há mais de um ano, por inércia do</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	interessado, será indeferido o pedido e arquivado o processo.	
	Art. 254. Após o deferimento do registro, o cadastro ativo da entidade será efetivado no CNES de acordo com a representação deferida.	
	Art. 255. Quando o deferimento resultar na exclusão de categoria ou de base territorial de entidade sindical registrada, a modificação será anotada no cadastro da entidade preexistente no CNES, para que conste, de forma atualizada, a sua representação	
	Art. 256. A certidão sindical será disponibilizada no CNES, disponível no portal gov.br.	
	<p>Art. 257. O registro sindical será suspenso:</p> <p>I - quando a entidade sindical de grau superior não mantiver o número mínimo de filiados; e</p> <p>II - por determinação judicial.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 258. O registro sindical será cancelado nos seguintes casos:</p> <p>I - de ofício, se constatado vício de legalidade no processo de deferimento, assegurado aos interessados o direito ao contraditório e a ampla defesa no prazo de dez dias, bem como observado o prazo decadencial de cinco anos, conforme disposições contidas nos art. 53 e art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999;</p> <p>II - a pedido da própria entidade ou de terceiros, mediante apresentação de certidão de dissolução do cartório competente ou comprovante de inscrição no CNPJ com situação de baixada ou nula;</p> <p>III - na ocorrência de fusão ou incorporação, na forma dos art. 237 e art. 238; e</p> <p>IV - por determinação judicial.</p>	
	<p>Art. 259. A solicitação de atualização sindical deverá ser feita por meio do portal gov.br.</p>	
	<p>Art. 260. Para efetuar a atualização sindical, o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - estatuto social, registrado em cartório, no qual conste a atual representação de seu registro ou de alteração estatutária deferido; e</p> <p>II - declaração de filiação à entidade de grau superior, se for o caso, registrada em cartório, assinada pelo representante legal.</p>	
	<p>Art. 261. A solicitação de atualização sindical não implicará em alteração de representatividade e base territorial do requerente.</p>	
	<p>Art. 262. A solicitação de atualização de dados perenes deverá ser feita por meio do portal gov.br.</p>	
	<p>Art. 263. A atualização de dados perenes será automática:</p> <p>I - após preenchidos os campos obrigatórios referentes aos membros dirigentes, dados eleitorais e endereço, quando a atualização se referir a dados de diretoria ou localização; e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>II - após preenchidos os campos obrigatórios referentes a filiação ou desfiliação a entidade de grau superior, quando a atualização se referir a dados de filiação.</p>	
	<p>§ 1º Os diretores devem estar regularmente eleitos nos termos do estatuto da entidade.</p>	
<p>§ 2º Na hipótese tratada no inciso II do <i>caput</i>, constatada a ausência de correspondência entre a entidade postulante e a entidade indicada na filiação, a solicitação será invalidada, salvo quando a falta de correspondência for decorrente da necessidade de recomposição do número mínimo de filiados para as entidades de grau superior, conforme previsto nos art. 534 e art. 535 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, observados os critérios de similaridade e conexão entre as entidades envolvidas.</p>	<p>§ 2º Na hipótese tratada no inciso II do <i>caput</i>, constatada a ausência de correspondência entre a entidade postulante e a entidade indicada na filiação, a solicitação será invalidada.</p>	<p>Inclui possibilidade de invalidação de atualização de dados perenes no caso de ausência de correspondência entre a entidade postulante e a entidade indicada na filiação.</p>
	<p>§ 3º A veracidade das informações a que se refere este artigo é de responsabilidade do declarante, o qual responderá civil, penal e administrativamente em caso de declaração falsa, situação em que implicará na anulação da validação promovida.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>§ 4º O pedido de ativação do cadastro no CNES pela entidade de grau superior, decorrente do disposto no § 2º, condicionará a respectiva entidade a promover uma solicitação de alteração estatutária, nos termos do art. 236, dentro dos três meses subsequentes, para adequar a sua esfera de representação.</p>		<p>Entidades de grau superior deverão solicitar alteração estatutária no caso de filiação de entidade de primeiro grau, para adequar sua representação, no prazo de 3 meses.</p>
<p>§ 5º A inobservância do § 4º, ou o indeferimento da solicitação de alteração estatutária, resultará na invalidação da solicitação, enquadrada na hipótese do § 2º." (NR)</p>		<p>Hipótese de invalidação da solicitação caso a alteração não seja deferida ou a atualização não seja feita pela entidade de grau superior.</p>
	<p>Art. 264. Para a solicitação de atualização da denominação, a entidade deverá peticionar requerimento eletrônico e anexar estatuto atualizado e registrado em cartório através do SEI do Ministério do Trabalho e Previdência, por meio do portal gov.br.</p>	
	<p>Parágrafo único. A validação ficará condicionada à correspondência entre a denominação da entidade e a categoria por ela representada, conforme o CNES.</p>	
	<p>Art. 265. Após deferido o registro sindical, a entidade poderá requerer junto à Subsecretaria de Relações do</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	Trabalho da Secretaria de Trabalho a geração do respectivo código sindical.	
	Art. 266. Para solicitar a geração do código sindical, a entidade sindical deverá abrir na Caixa Econômica Federal conta corrente em seu nome, intitulada de "Depósitos da Arrecadação da Contribuição Sindical", de acordo com o previsto no art. 588 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.	
	§ 1º Efetivado o previsto no <i>caput</i> , a entidade sindical deverá proceder à solicitação de dados perenes na modalidade de filiação, conforme disposto no inciso II do <i>caput</i> do art. 263, e inserir os dados bancários relativos à conta corrente, bem como o responsável pela sua movimentação.	
	§ 2º Consideradas válidas as informações encaminhadas pela entidade sindical, a Subsecretaria de Relações do Trabalho gerará o respectivo código sindical.	
	Art. 267. O CNES gerará diariamente arquivo que contenha os códigos sindicais, as alterações e cancelamentos homologados, para envio à Caixa	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	Econômica Federal por meio de canal de comunicação especificamente criado para esse fim.	
	Art. 268. A entidade que estiver com mandato de diretoria vencido terá seu código sindical suspenso até a atualização dos dados no sistema CNES.	
	Art. 269. A Subsecretaria de Relações do Trabalho atuará como órgão gestor da administração do código sindical, por intermédio do Sistema Integrado de Relações do Trabalho.	
	Parágrafo único. A Subsecretaria de Relações do Trabalho encaminhará informações à Caixa Econômica Federal para fins de apropriação de cadastramento, alteração e cancelamento do código sindical da respectiva entidade sindical em seus sistemas.	
	Art. 270. Poderão ser incluídas no CNES as entidades sindicais rurais de empregadores e de trabalhadores, portadoras de cartas sindicais emitidas sob a égide da Portaria nº 346, de 17 de junho de 1963, desde que atendidas as condições previstas nesta Seção.	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 271. Para a solicitação de inclusão no CNES, as entidades previstas no art. 270 deverão acessar o portal gov.br e seguir as instruções ali constantes para a emissão do formulário de pedido de registro.</p>	
	<p>Parágrafo único. No CNES, no campo "Classe", a entidade deverá selecionar a opção Rural - Carta do Milho.</p>	
	<p>Art. 272. A solicitação de inclusão a que se refere o art. 270 deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:</p> <p>I - cópia da carta sindical;</p> <p>II - cópia do estatuto social atualizado registrado em cartório; e</p> <p>III - comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União - GRU, relativo ao custo das publicações no DOU, com as referências de Unidade Gestora - UG, Gestão, Código de Recolhimento e Referência, disponíveis no portal gov.br.</p>	
	<p>Art. 273. As solicitações de que tratam o art. 272, serão analisadas para verificação da unicidade sindical e regularidade da documentação.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º Para fins de observância da unicidade sindical, será verificada a existência ou não, no CNES, de entidade sindical representante da categoria na mesma base territorial descrita na carta sindical.</p>	
	<p>§ 2º A solicitação de inclusão será indeferida se for constatada insuficiência ou irregularidade nos documentos apresentados pelo requerente.</p>	
	<p>Art. 274. Após a verificação da regularidade da documentação apresentada, a solicitação de inclusão será publicada no DOU, para fins de publicidade e abertura de prazo para impugnações</p>	
	<p>Parágrafo único. O procedimento de apresentação de impugnação, bem como a solução de conflitos seguirá os mesmos ditames previstos nos art. 246 a art. 250.</p>	
	<p>Art. 275. Na hipótese de não haver impugnação válida e não existir outra entidade registrada que possua base territorial e categoria com ela coincidentes, será promovida a inclusão da entidade sindical no CNES.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º O deferimento das solicitações ficará condicionado ao preenchimento dos requisitos previstos no art. 252.</p>	
	<p>§ 2º A inclusão da entidade sindical no CNES não terá o condão de alterar a sua situação jurídica.</p>	
	<p>Art. 276. Toda alteração estatutária das entidades mencionadas no art. 270, que envolva mudança na categoria ou na base territorial, existentes desde a publicação do registro, somente será objeto de apreciação após a sua inclusão no CNES, e cumpridos os requisitos desta Seção.</p>	
	<p>Art. 277. As análises de solicitações previstas nesta Seção serão feitas de acordo com a ordem cronológica de data e hora de protocolo, obedecidas as seguintes disposições no Sistema de Distribuição de Processos - SDP:</p> <p>I - as solicitações de incorporação e de fusão e os recursos administrativos serão cadastradas em filas distintas; e</p> <p>II - as solicitações de registro sindical e solicitações de alteração estatutária serão cadastradas em fila única e diversa das que se refere o inciso I do caput.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	Parágrafo único. Os processos das entidades de primeiro grau e de grau superior tramitarão em filas de distribuição distintas.	
	Art. 278. Os processos deverão ser concluídos no prazo máximo de um ano, contado da data de recebimento da solicitação, ressalvados os prazos para a prática de atos a cargo do interessado e outros inerentes ao processo, desde que devidamente justificados nos autos.	
	Parágrafo único. As solicitações previstas nos art. 259 a art. 262 deverão ser analisadas no prazo máximo de sessenta dias.	
	Art. 279. A contagem dos prazos será feita na forma prevista no Capítulo XVI da Lei nº 9.784, de 1999.	
	Art. 280. As notificações previstas nesta Seção serão encaminhadas às entidades por meio do endereço eletrônico informado na solicitação, e serão de sua exclusiva responsabilidade a consulta periódica, a fim de verificar o seu recebimento	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 281. A Subsecretaria de Relações do Trabalho publicará no DOU as decisões referentes ao procedimento de registro sindical.</p>	
	<p>Art. 282. Das decisões administrativas caberá recurso em face de razões de legalidade e de mérito, no prazo de dez dias, a contar da respectiva publicação.</p>	
	<p>§ 1º Ao Subsecretário de Relações do Trabalho e ao Secretário de Trabalho compete, em primeira e segunda instância administrativa, respectivamente, as decisões referentes aos recursos administrativos interpostos.</p>	
	<p>§ 2º O recurso será dirigido ao Subsecretário de Relações do Trabalho, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de cinco dias, fará o juízo de admissibilidade e o encaminhará ao Secretário de Trabalho para decisão.</p>	
	<p>Art. 283. O pagamento das publicações será efetuado por meio da GRU, com o valor calculado pelo simulador no CNES, disponível no portal gov.br.</p>	
	<p>Parágrafo único. O valor da publicação terá como base o Sistema de Envio de Matérias - INcom, da Imprensa</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Nacional, conforme as informações declaradas pelas entidades requerentes, composto pela razão social, denominação, categoria, base territorial e número do CNPJ.</p>	
	<p>Art. 284. O teor e a integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes.</p>	
	<p>Art. 285. Os procedimentos dispostos nesta Seção alcançam os processos administrativos que se encontram em trâmite na Coordenação-Geral de Registro Sindical da Subsecretaria de Relações do Trabalho.</p>	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO XV</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Seção I</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">Subseção I</p>		<p>Cria as denominadas entidades sindicais especiais, para representar aposentados e colônias de pescadores.</p> <p>Já houve previsão para esse cadastro, na Portaria nº 984, de 26/11/2008.</p> <p>O art. 8º, inciso VII, da Constituição federal prevê que:</p>

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Do Cadastro de Entidades Sindicais Especiais</p> <p>Art. 285-A. Esta Subseção estabelece os procedimentos administrativos para o Cadastro de Entidades Sindicais Especiais - CESE no Ministério do Trabalho e Previdência.</p>		<p>Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:</p> <p>VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;</p> <p>(...)</p> <p>Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.</p> <p>Percebe-se que a Constituição não cria distinções entre a participação sindical do trabalhador ativo ou aposentado, nem de trabalhadores em colônias de pescadores.</p> <p>O art. 285-A da Portaria fere os princípios constitucionais da igualdade e da liberdade associativa, além de representar enfraquecimento do movimento sindical.</p>

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Art. 285-B. O Cadastro de Entidades Sindicais Especiais trata de inscrição das entidades sindicais que não representam categorias profissionais ou econômicas, mas que representam os grupos mencionados no inciso VII do <i>caput</i> e no parágrafo único, ambos do art. 8º da Constituição Federal.</p>		
<p>Art. 285-C. O procedimento de cadastro disposto no art. 285-B deverá ser realizado por meio do portal gov.br.</p>		
<p>Art. 285-D. A solicitação de Cadastro de Entidades Sindicais Especiais deverá ser instruída com os seguintes documentos:</p> <p>I - requerimento assinado pelo representante legal da entidade;</p> <p>II - edital de convocação dos membros da representação pleiteada para a assembleia geral de fundação ou ratificação da fundação da entidade, do qual constem a área de abrangência e representação pretendidas, publicado no Diário Oficial da União com antecedência mínima de cinco dias da realização da assembleia;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>III - ata da assembleia geral de fundação ou de ratificação de fundação com a descrição da área de abrangência e representação aprovada, que deverá apresentar:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) registro em cartório; b) lista de presença; c) finalidade da assembleia; d) a data, o horário e o local de realização; e e) os nomes completos, os números de registro no CPF e as respectivas assinaturas dos participantes; <p>IV - declaração da entidade de que os dirigentes foram regularmente eleitos nos termos do estatuto, que deverá constar:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) indicação da data de início e término do mandato; b) nome completo do dirigente eleito, com o respectivo número de inscrição no CPF; c) função dos dirigentes da entidade requerente; d) indicação do número de filiados na data da eleição; e 		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>e) indicação da entidade à qual pretende se filiar;</p> <p>V - estatuto social, aprovado em assembleia geral e registrado em cartório, que deverá conter os elementos identificadores da representação pretendida, em especial o grupo representado e a área de abrangência;</p> <p>VI - certidão de inscrição do solicitante no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica - CNPJ, com natureza jurídica específica; e</p> <p>VII - comprovante de endereço em nome da entidade.</p>		
<p>Art. 285-E. A Coordenação-Geral de Registro Sindical da Subsecretaria de Relações de Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência efetuará a conferência e análise dos documentos que instruem o pedido de inscrição de entidades sindicais especiais.</p>		
<p>§ 1º O deferimento das solicitações ficará condicionado ao cumprimento do art. 285-D.</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>§ 2º A insuficiência ou irregularidade de documentação prevista no art. 285-D ensejará o indeferimento da solicitação.</p>		
<p>Art. 285-F. Deferida a inscrição, a Coordenação-Geral de Registro Sindical da Subsecretaria de Relações de Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência expedirá Certidão de Inscrição no Cadastro de Entidades Sindicais Especiais, em que serão anotados os dados da entidade.</p>		
<p>Art. 285-G. O teor e a integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes.</p>		
<p>Art. 285-H. As entidades sindicais especiais deverão manter seu cadastro no Cadastro de Entidades Sindicais Especiais atualizado no que se refere a dados cadastrais, diretoria e filiação a Centrais Sindicais.</p>		
<p>Parágrafo único. A solicitação de atualização deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>I - declaração da entidade, nos termos do inciso IV do art. 285-D, quando a atualização se referir a dados de diretoria ou de filiação ou desfiliação; e</p> <p>II - comprovante de endereço em nome da entidade, nos termos do inciso VII do art. 285-D, quando a atualização se referir a dados de localização.</p>		
<p>Art. 258-I. Caso haja decisão judicial relativa a assuntos de inscrição de entidades sindicais especiais, caberá aos interessados promover as diligências necessárias junto ao Poder Judiciário, a fim de que o Ministério do Trabalho seja devidamente notificado." (NR)</p>		
	<p style="text-align: center;">Seção II</p> <p style="text-align: center;">Do recolhimento e da distribuição da contribuição sindical urbana</p> <p>Art. 286. A Contribuição Sindical Urbana - CSU, quando devida por trabalhadores e empregadores, deverá ser recolhida por meio da rede bancária, nos termos do disposto nos art. 589 a art. 591 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 287. A Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana - GRCSU disponível para preenchimento no endereço eletrônico gov.br/trabalho e no https://caixa.gov.br é o documento hábil para a quitação dos valores devidos a título de CSU.</p>	
	<p>Art. 288. Na hipótese de haver empresas que possuam estabelecimentos localizados em base territorial sindical distinta da matriz, o recolhimento da CSU será efetuado por estabelecimento.</p>	
	<p>Art. 289. A distribuição, pela Caixa Econômica Federal, dos valores da CSU para as entidades sindicais e para a Conta Especial Emprego e Salário - CEES observará o disposto nos art. 589 a art. 591 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, e será efetuada de acordo com as filiações da entidade sindical constantes no CNES, no dia do efetivo pagamento da CSU pelo contribuinte.</p>	
	<p>Art. 290. A Caixa Econômica Federal deverá disponibilizar mensalmente ao Ministério do Trabalho e Previdência, por meio de arquivo eletrônico, as informações constantes nas GRCSU e as relativas aos valores</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	distribuídos e respectivos destinatários, bem como relatório anual consolidado.	
	<p style="text-align: center;">Seção III</p> <p style="text-align: center;">Do registro de instrumentos coletivos de trabalho</p> <p>Art. 291. Considera-se instrumento coletivo de trabalho a convenção coletiva, os acordos coletivos e respectivos termos aditivos, nos termos do Título VI do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	
	<p>Art. 292. O registro dos instrumentos coletivos de trabalho deverá ser efetuado por meio do portal gov.br, observados os requisitos formais e de legitimidade previstos no Título VI do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	
	<p>Art. 293. As Federações ou, na falta destas, as Confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais são legítimas para celebrar instrumento coletivo de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas ou filiadas, quando:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - inorganizadas em sindicatos, no âmbito de suas representações, conforme disposto no § 2º do art. 611 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT; ou</p> <p>II - comprovadamente autorizadas pelas respectivas entidades sindicais representadas para pactuar em seu nome.</p>	
<p>Parágrafo único. Para a solicitação de registro de instrumento coletivo de trabalho, a entidade sindical signatária deverá estar com o cadastro ativo e o mandato da diretoria atualizado no CNES." (NR)</p>	<p>Parágrafo único. Para a solicitação de registro de instrumento coletivo de trabalho, a entidade sindical requerente deverá estar com o cadastro ativo e o mandato da diretoria atualizado no CNES.</p>	<p>Mudança de redação.</p>
	<p>Art. 294. As cláusulas do instrumento coletivo de trabalho deverão ser inseridas sem numeração, sendo necessário informar para cada uma o grupo, subgrupo e o título específico a que pertence.</p>	
	<p>Art. 295. O conteúdo das cláusulas do instrumento coletivo de trabalho não poderá divergir das informações inseridas nas abas específicas de representação, categoria, abrangência, data-base e assembleia.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 296. Para o deferimento do registro, a solicitação deverá estar acompanhada da cópia da ata da assembleia que aprovou o respectivo instrumento.</p>	
	<p>Art. 297. As notificações relacionadas à solicitação de registro do instrumento coletivo de trabalho serão feitas eletronicamente, e serão de responsabilidade das partes o acompanhamento por meio do portal gov.br.</p>	
	<p>Art. 298. O requerimento de registro do instrumento coletivo de trabalho será analisado:</p> <p>I - pela Coordenação-Geral de Relação do Trabalho, quando se tratar de instrumento coletivo de trabalho com abrangência nacional ou interestadual; ou</p> <p>II - pela unidade de relações do trabalho da unidade descentralizada de trabalho do Estado abrangido pelo instrumento coletivo de trabalho, nos demais casos.</p>	
	<p>Art. 299. Após o protocolo, as solicitações de registro de instrumento coletivo de trabalho serão passíveis de retificação nas seguintes situações:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - quando não cumpridas as formalidades dos art. 292, art. 294, art. 295 e art. 296;</p> <p>II - ausência de assinatura no requerimento de registro;</p> <p>III - ausência de comprovação, por Federação ou Confederação, de outorga para negociar em nome da entidade sindical que lhe é vinculada;</p> <p>IV - ausência de comprovação de representação válida;</p> <p>V - indicação de categoria não representada pelos signatários; e</p> <p>VI - ausência ou inconsistências nos anexos exigidos.</p>	
	<p>§ 1º A outorga de que trata o inciso III do caput poderá ser comprovada mediante previsão de delegação da entidade representada constante de seu estatuto, por procuração, ou de ata de assembleia da categoria que aprobe a referida representação.</p>	
<p>§ 2º As partes signatárias serão notificadas para, no prazo de trinta dias, prorrogáveis por igual período, a contar do recebimento da respectiva notificação, sanar as irregularidades identificadas." (NR)</p>	<p>§ 2º As partes signatárias serão notificadas para, no prazo de trinta dias, a contar do recebimento da respectiva notificação, sanar as irregularidades identificadas.</p>	<p>Possibilidade de prorrogação do prazo par sanar irregularidades na</p>

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 300. As solicitações serão indeferidas e arquivadas sem o devido registro do instrumento coletivo de trabalho quando não atendido o disposto no § 2º do art. 299.</p>	
	<p>Art. 301. Das decisões administrativas denegatórias de registro, caberá recurso administrativo, no prazo de dez dias, a contar da notificação da referida decisão.</p>	
	<p>Art. 302. O recurso administrativo será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará ao:</p> <p>I - Subsecretário de Relações de Trabalho, quando se tratar de instrumento coletivo de trabalho com abrangência nacional ou interestadual; e</p> <p>II - Coordenador-Geral de Relações do trabalho nos demais casos.</p>	
	<p>Art. 303. Os instrumentos coletivos registrados ficarão disponíveis para consulta de qualquer interessado no portal gov.br.</p>	
	<p>Seção IV</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Da mediação de conflitos de natureza trabalhista</p> <p>Art. 304. Os trabalhadores, por intermédio das respectivas entidades sindicais representantes, e empregadores, por si ou por intermédio das respectivas entidades sindicais representantes, poderão solicitar à Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência a realização de mediação, com vistas à composição de conflito.</p>	
<p>Parágrafo único. A unidade de relações de trabalho da unidade descentralizada, diante de relevante interesse público da atividade, poderá convidar as partes para reunião de mediação." (NR)</p>		<p>A unidade de relações do trabalho poderá convidar as partes para mediação, a depender do relevante interesse público da atividade.</p>
	<p>Art. 305. A solicitação de mediação deverá ser efetuada por meio do portal de serviços do governo federal no portal gov.br e após a transmissão será dirigida:</p> <p>I - ao chefe da unidade de relações de trabalho da unidade descentralizada de trabalho local, quando se tratar de mediação em conflito de âmbito municipal, intermunicipal ou estadual; ou</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>II - à Subsecretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, na hipótese de mediação em conflito de âmbito nacional ou interestadual.</p>	
<p>Parágrafo único. Para a solicitação de mediação, a entidade sindical deverá estar com o cadastro ativo e o mandato da diretoria atualizado no CNES." (NR)</p>	<p>Parágrafo único. Para a solicitação de mediação, a entidade sindical requerente deverá estar com o cadastro ativo e o mandato da diretoria atualizado no CNES.</p>	
	<p>Art. 306. A mediação, gratuita para as partes, será realizada:</p> <p>I - por servidor lotado na unidade competente em matéria de relações do trabalho;</p> <p>II - pelo titular da unidade descentralizada de trabalho correspondente;</p> <p>III - por Auditor-Fiscal do Trabalho, sob concordância da chefia a que estiver vinculado; ou</p> <p>IV - pelo Subsecretário de Relações de Trabalho.</p>	
<p>Parágrafo único. A competência contida no inciso II do <i>caput</i> poderá ser delegada, pelo titular da unidade, a</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
servidor com comprovada experiência em mediação." (NR)		
	Art. 307. As solicitações serão analisadas no prazo de até trinta dias, a contar do recebimento.	
	<p>§ 1º As notificações relacionadas ao pedido de mediação serão feitas eletronicamente e serão de responsabilidade das partes o seu acompanhamento por meio do portal gov.br.</p> <p>§ 2º É permitida a realização de mediação não presencial conduzida pelo mediador através do emprego de recursos tecnológicos de transmissão de sons e imagens em tempo real, com o resultado reduzido a termo.</p>	
	Art. 308. A ausência injustificada da parte solicitante à mediação ensejará o arquivamento do processo, exceto se a outra parte solicitar a sua continuidade	
	<p>CAPÍTULO XVI</p> <p>DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA EM MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 309. Este Capítulo estabelece as situações que, por sua natureza, não sujeitam as microempresas e empresas de pequeno porte à fiscalização prioritariamente orientadora, prevista no art. 55 da Lei Complementar nº 123, de 2006.</p>	
	<p>Art. 310. O benefício da dupla visita não será aplicado quando constatado trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil, bem como para as infrações relacionadas a:</p> <p>I - atraso no pagamento de salário; e</p> <p>II - acidente de trabalho, no que tange aos fatores diretamente relacionados ao evento, com consequência:</p> <p>a) significativa - lesão à integridade física ou à saúde, que implique em incapacidade temporária por prazo superior a quinze dias;</p> <p>b) severa - que prejudique a integridade física ou a saúde, que provoque lesão ou seqüela permanentes; ou</p> <p>c) fatal;</p> <p>III - risco grave e iminente à segurança e saúde do trabalhador, conforme irregularidades indicadas em</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>relatório técnico, nos termos da Norma Regulamentadora - NR 3, aprovada pela Portaria SEPRT nº 1.068, de 23 de setembro de 2019; e</p> <p>IV - descumprimento de embargo ou interdição.</p>	
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO XVII</p> <p style="text-align: center;">DA SIMULAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E LEVANTAMENTO DO FGTS EM FRAUDE À LEI</p> <p>Art. 311. A Inspeção do Trabalho dará tratamento prioritário, entre os atributos de rotina, à constatação de casos simulados de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, seguida de recontração do mesmo trabalhador ou de sua permanência na empresa sem a formalização do vínculo, presumida, em tais casos, como conduta fraudulenta do empregador para fins de aplicação dos § 2º e § 3º do art. 23 da Lei nº 8.036, de 1990.</p>	
	<p>Art. 312. Considera-se fraudulenta a rescisão seguida de recontração ou de permanência do trabalhador em serviço quando ocorrida dentro dos noventa dias</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	subsequentes à data em que formalmente a rescisão se operou.	
	Art. 313. Constatada a prática da rescisão fraudulenta, o Auditor Fiscal do Trabalho levantará todos os casos de rescisão ocorridos nos últimos vinte e quatro meses para verificar se a hipótese pode ser apenada em conformidade com o art. 312.	
	Parágrafo único. O levantamento a que se refere o caput envolverá também a possibilidade de ocorrência de fraude ao seguro-desemprego, hipótese em que será concomitantemente aplicada a sanção prevista no art. 25 da Lei nº 7.998, de 1990.	
<p align="center">"CAPÍTULO XVII-A</p> <p align="center">DOS PROCEDIMENTOS E REQUISITOS PARA O CADASTRO DAS ENTIDADES AUTORIZADAS A OPERAR OU PARTICIPAR DO PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO - PNMPO</p> <p>Art. 313-A. Este Capítulo estabelece os procedimentos e requisitos a serem observados para o cadastro das entidades autorizadas a operar ou participar do</p>		Tema novo incluído na Portaria nº 671.

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, especificadas no art. 3º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018.</p>		
<p>Art. 313-B. São requisitos para o cadastro de entidade autorizada a operar ou participar do PNMPO:</p> <p>I - requerimento assinado, conforme modelo disponível no portal gov.br;</p> <p>II - Termo de Compromisso assinado, conforme modelo disponível no portal gov.br; e</p> <p>III - estatuto social, contrato social ou outro instrumento congêneres que comprove que a entidade tem por finalidade a concessão de crédito ou a prestação de serviços de apoio ao fomento ou de orientação de atividades produtivas de empreendedores.</p>		
<p>§ 1º No caso das pessoas jurídicas especializadas no apoio, no fomento ou na orientação às atividades produtivas e dos agentes de crédito, a comprovação de que trata o inciso III do caput poderá ser realizada</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>mediante apresentação de documento que comprove vínculo com instituição financeira autorizada a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, no qual seja especificada a contratação para atuação nessa finalidade.</p>		
<p>§ 2º Será necessário, além da comprovação de que trata o inciso III do caput, que:</p> <p>I - as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP apresentem Certidão de Qualificação, emitida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública; e</p> <p>II - as Empresas Simples de Crédito - ESC apresentem o registro na Junta Comercial do Estado ou do Distrito Federal.</p>		
<p>Art. 313-C. São requisitos para a renovação de cadastro de entidade autorizada a operar ou participar do PNMPD:</p> <p>I - requerimento assinado, conforme modelo disponível no portal gov.br; e</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>II - Termo de Compromisso assinado, conforme modelo disponível no portal gov.br.</p>		
<p>§ 1º Será necessário, além dos documentos de que tratam os incisos I e II do caput, que:</p> <p>I - as pessoas jurídicas especializadas no apoio, no fomento ou na orientação às atividades produtivas e os agentes de crédito apresentem estatuto social, contrato social ou outro instrumento congênere que comprove que a entidade tem por finalidade a concessão de crédito ou a prestação de serviços de apoio ao fomento ou de orientação de atividades produtivas de empreendedores ou documento que comprove vínculo com instituição financeira autorizada a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, no qual seja especificada a contratação para atuação nessa finalidade;</p> <p>II - as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público apresentem Certidão de Qualificação, emitida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública; e</p> <p>III - as Empresas Simples de Crédito apresentem o registro na Junta Comercial do Estado ou do Distrito Federal.</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Art. 313-D. A instrução processual dos pedidos de cadastro no PNMPO será realizada por meio da autuação de processo administrativo específico, devendo ser juntada aos autos documentação que comprove o atendimento de todos os requisitos estabelecidos nos art. 313-B ou 313-C, conforme o tipo de requerimento.</p>		
<p>§ 1º Os documentos de que tratam os incisos I e II do caput dos art. 313-B ou 313-C, serão assinados por meio de certificado digital ou assinatura eletrônica do gov.br.</p>		
<p>§ 2º A instrução processual dos pedidos de cadastro ou de renovação de cadastro no PNMPO será realizada pela Coordenação-Geral de Políticas de Trabalho e Renda da Subsecretaria de Políticas de Trabalho da Secretaria de Trabalho.</p>		
<p>§ 3º Em caso de documentação incompleta, a entidade será notificada, por via eletrônica, a apresentar documentação complementar no prazo de até trinta dias, contado da data da notificação</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>§ 4º Não havendo manifestação dentro do prazo de que trata o § 3º, o processo será encerrado e a instituição será notificada, por via eletrônica.</p>		
<p>§ 5º A instituição poderá formalizar um novo processo, mediante apresentação da documentação que atenda aos requisitos estabelecidos nos art. 313-B ou 313-C, conforme o tipo de requerimento.</p>		
<p>Art. 313-E. O cadastro de entidade autorizada a operar ou participar do PNMPO será publicado no Diário Oficial da União, por meio de despacho da Subsecretaria de Políticas Públicas de Trabalho da Secretaria de Trabalho.</p>		
<p>§ 1º Após a publicação do despacho de cadastro será disponibilizada a Certidão de Cadastro pela Coordenação-Geral de Políticas de Trabalho e Renda da Subsecretaria de Políticas Públicas de Trabalho da Secretaria de Trabalho.</p>		
<p>§ 2º A Certidão de Cadastro terá validade de trezentos e sessenta dias, e poderá ser renovada mediante</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
atualização da documentação que atenda aos requisitos constantes do art. 313-C.		
<p>Art. 313-F. O descadastramento de entidade autorizada a operar ou participar do PNMPO poderá ser realizado:</p> <p>I - a pedido, mediante manifestação expressa, não sendo necessário apresentar justificção ou prévio aviso; ou</p> <p>II - de ofício, a qualquer tempo, em virtude de procedimento administrativo que constate que a entidade deixou de atender aos requisitos estabelecidos neste Capítulo, em decorrência de decisão judicial ou apuração de denúncia.</p>		
<p>Parágrafo único. O ato administrativo de descadastramento será publicado no Diário Oficial da União por meio de despacho da Subsecretaria de Políticas Públicas de Trabalho da Secretaria de Trabalho.</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Art. 313-G. Ficam convalidados os cadastros realizados pelas unidades competentes durante a vigência da Portaria ME nº 5.823, de 18 de maio de 2021." (NR)</p>		
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO XVIII</p> <p style="text-align: center;">DA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL E DO CADASTRO NACIONAL DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL</p> <p style="text-align: center;">Seção I</p> <p style="text-align: center;">Das disposições preliminares</p> <p>Art. 314. Este Capítulo dispõe sobre a aprendizagem profissional e o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - CNAP, destinado ao cadastramento das entidades qualificadoras, dos programas, dos cursos de aprendizagem profissional e dos aprendizes.</p>	
	<p>Art. 315. Para os fins desta deste Capítulo, considera-se:</p> <p>I - aprendizagem profissional na modalidade à distância: curso de aprendizagem profissional no qual as atividades teóricas do contrato de aprendizagem serão desenvolvidas por mediação de tecnologia de</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>informação e comunicação, podendo ser síncronas, assíncronas, realizadas em tempo real ou não;</p> <p>II - aprendizagem profissional na modalidade presencial: curso de aprendizagem profissional no qual as atividades teóricas do contrato de aprendizagem serão desenvolvidas presencialmente;</p> <p>III - aprendiz egresso: aprendiz que efetivamente concluiu o curso de aprendizagem profissional e teve seu contrato de aprendizagem extinto no seu termo;</p> <p>IV - atividade principal: atividade que coincide com o objeto social do estabelecimento cumpridor da cota de aprendizagem profissional;</p> <p>V - atividades de qualificação complementares: atividades executadas na modalidade à distância, encontros temáticos, visitas culturais, dentre outros, que devem estar previamente estipulados no plano de curso;</p> <p>VI - Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - CNAP: banco de dados nacional, mantido pelo Ministério do Trabalho e Previdência, que contém informações sobre a habilitação das entidades qualificadoras, os programas, os cursos de aprendizagem profissional e os aprendizes;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>VII - Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional - CONAP: lista dos programas de aprendizagem profissional, que tem o objetivo de regular a oferta de cursos pelas entidades qualificadoras;</p> <p>VIII - competências da Economia 4.0: competências em tecnologias digitais, tais como programação, internet das coisas, big data, inteligência artificial, automação, robótica, computação em nuvens, dentre outras, que promovam o aumento da produtividade e a redução dos custos pela transformação digital;</p> <p>IX - contratação direta: contratação do aprendiz efetivada pelo estabelecimento cumpridor da cota de aprendizagem, nos termos do art. 431 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT;</p> <p>X - contratação indireta: contratação do aprendiz efetivada por entidades sem fins lucrativos ou por entidades de prática desportiva a serviço do estabelecimento cumpridor da cota, nos termos do art. 431 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT;</p> <p>XI - curso de aprendizagem profissional: unidade específica do programa de aprendizagem que possui</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>características próprias, observados os parâmetros do programa;</p> <p>XII - entidades concedentes da experiência prática: os órgãos públicos, as organizações da sociedade civil, nos termos do art. 2º da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e as unidades do sistema nacional de atendimento socioeducativo que, nos termos do art. 66 do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, podem ser entidades nas quais os aprendizes executem as atividades práticas do contrato de aprendizagem;</p> <p>XIII - entidades qualificadoras: entidades qualificadas em formação técnico profissional metódica conforme disposto no art. 430 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT;</p> <p>XIV - instrutores: profissionais de nível superior, técnico ou médio com comprovada competência técnica referente ao saber operativo de atividades inerentes à respectiva formação profissional;</p> <p>XV - modalidade alternativa de cumprimento de cota: contratação dos aprendizes efetivada nos termos do art. 66 do Decreto nº 9.579, de 2018;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>XVI - unidade vinculada às escolas técnicas de educação públicas: unidade vinculada administrativamente a uma entidade qualificadora do tipo escola técnica de educação pública matriz ou filial, que realiza apoio pedagógico para as atividades dos cursos de aprendizagem profissional em endereço diverso da entidade matriz ou filial, mas que utilize o mesmo CNPJ da entidade a qual está vinculada;</p> <p>XVII - programa de aprendizagem profissional: modelo, inserido no CONAP, que tem como base uma ou mais ocupações da CBO, com todos os requisitos mínimos exigidos neste Capítulo, previamente aprovado e disponível para oferta pelas entidades qualificadoras habilitadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência;</p> <p>XVIII - tipos de programas de aprendizagem profissional:</p> <p>a) tipo ocupação: programa de aprendizagem destinado a qualificar o aprendiz em determinada e específica ocupação;</p> <p>b) tipo arco ocupacional: programa de aprendizagem destinado a qualificar o aprendiz para um determinado agrupamento de ocupações que possuam base técnica próxima e características complementares;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>c) tipo múltiplas ocupações: programa destinado a qualificar o aprendiz em determinado agrupamento de ocupações variadas; e</p> <p>d) tipo técnico de nível médio: programa de aprendizagem no qual a parte teórica da aprendizagem profissional corresponde, integral ou parcial, ao curso técnico de nível médio.</p> <p>XIX - tutores: profissionais que atuam na educação profissional e tecnológica, de forma análoga ao instrutor, promovendo o gerenciamento de cursos por meio de ferramentas síncronas ou assíncronas, que permitem o suporte dos processos de ensino e aprendizagem, com a capacidade de mediar o processo de aprendizagem através de um sistema tecnológico - um ambiente virtual de aprendizagem.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção II</p> <p style="text-align: center;">Do Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - CNAP</p> <p>Art. 316. A habilitação das entidades qualificadoras, o cadastro de programas e de cursos de aprendizagem profissional e o cadastro dos aprendizes no CNAP deverão ser efetuados por meio de sistema</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	informatizado disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência.	
	Art. 317. Após a habilitação, as entidades qualificadoras deverão cadastrar no CNAP os programas, os cursos de aprendizagem profissional e os aprendizes matriculados, nos termos deste Capítulo.	
	<p>Art. 318. Compete à Subsecretaria de Capital Humano:</p> <p>I - operacionalizar, monitorar, aperfeiçoar e atualizar o CNAP;</p> <p>II - regular a oferta de programas e cursos de aprendizagem profissional, por meio do Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional - CONAP;</p> <p>III - habilitar as entidades qualificadoras no CNAP;</p> <p>IV - autorizar a execução de cursos de aprendizagem profissional na modalidade à distância;</p> <p>V - suspender as entidades qualificadoras habilitadas e os cursos de aprendizagem profissional cadastrados no CNAP;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>VI - divulgar as entidades qualificadoras habilitadas, os programas e os cursos de aprendizagem profissional cadastrados no CNAP; e</p> <p>VII - monitorar e avaliar, sistematicamente, a aprendizagem profissional, particularmente em termos de empregabilidade, dando transparência a seus resultados.</p>	
	<p>Art. 319. Compete à Secretaria do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, por meio da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho:</p> <p>I - orientar as entidades qualificadoras, em questões relacionadas à matéria trabalhista, inclusive durante o processo de habilitação das entidades e cadastramento dos cursos de aprendizagem profissional, para a adequação à legislação trabalhista, podendo ser realizados eventos, ações setoriais, reuniões ou encontros com as representações das partes interessadas, visita técnica de instrução e notificações recomendatórias;</p> <p>II - promover ações de divulgação sobre as normas legais e regulamentares da aprendizagem profissional, relacionadas à matéria trabalhista, nos termos do inciso</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>II do art. 18 do Decreto nº 4.552, de 27 de dezembro de 2002, tais como elaboração de manuais, guias, cartilhas e cursos;</p> <p>III - realizar a fiscalização dos estabelecimentos cumpridores de cota e das entidades qualificadoras a fim de verificar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, nos termos do inciso XV do art. 18 do Decreto nº 4.552, de 2002;</p> <p>IV - autorizar a realização de atividades práticas em estabelecimento da mesma empresa, situado em municípios diversos não limítrofes, desde que na mesma unidade da federação;</p> <p>V - autorizar a realização de atividades práticas em entidades concedentes da experiência prática, nos moldes do art. 66 do Decreto n.º 9.579, de 2018;</p> <p>VI - iniciar o processo de suspensão da habilitação da entidade ou suspensão dos cursos de aprendizagem profissional, quando os motivos forem relacionados à matéria trabalhista do contrato de aprendizagem; e</p> <p>VII - analisar e aprovar a contratação, excepcional, de aprendizes na faixa etária entre quatorze e dezoito anos</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	para desempenharem atividades em ambientes ou funções proibidas a menores de dezoito anos.	
	Art. 320. A Subsecretaria de Capital Humano deverá conceder acesso à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, ao sistema informatizado destinado ao cadastramento das entidades qualificadoras, dos programas, dos cursos de aprendizagem profissional e dos aprendizes.	
	<p style="text-align: center;">Seção III</p> <p style="text-align: center;">Das entidades qualificadoras</p> <p>Art. 321. Consideram-se entidades qualificadoras:</p> <p>I - os Serviços Nacionais de Aprendizagem, assim identificados:</p> <p>a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai;</p> <p>b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac;</p> <p>c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar;</p> <p>d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat; e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescop.</p> <p>II - escolas técnicas de educação;</p> <p>III - entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente; e</p> <p>IV - entidades de prática desportiva das diversas modalidades filiadas ao Sistema Nacional do Desporto e aos Sistemas de Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>	
	<p>§ 1º As escolas técnicas de educação, para fins deste Capítulo, compreendem:</p> <p>I - as instituições de educação profissional públicas dos sistemas de ensino federal, estaduais, municipais e distrital;</p> <p>II - as escolas de ensino médio das redes pública e privada de educação, que desenvolvam o itinerário da formação técnica e profissional, nos termos do inciso V do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>credenciadas como escolas técnicas de educação pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino; e</p> <p>III - as instituições privadas que legalmente ofertem educação profissional técnica de nível médio, nos termos da Seção IV-A do Capítulo II da Lei nº 9.394, de 1996.</p>	
	<p>§ 2º As entidades listadas no inciso I do caput ou respectivos órgãos gestores deverão manifestar-se formalmente, no prazo de quinze dias, a partir da data do requerimento da informação formulado pelos interessados, quanto ao atendimento ou não à demanda de vagas de cursos de aprendizagem profissional, considerando que:</p> <p>I - em caso de manifestação favorável para oferta das vagas de aprendizagem, as entidades deverão disponibilizar essas vagas em até trinta dias após a solicitação do estabelecimento; ou</p> <p>II - em caso de manifestação negativa, ausência de manifestação para oferta das vagas de aprendizagem ou não disponibilização das vagas no prazo indicado no inciso I do § 2º, o estabelecimento poderá matricular</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	seus aprendizes em curso das entidades qualificadoras descritas nos incisos II, III e IV do caput.	
	§ 3º Os prazos constantes do § 2º não elidem a irregularidade decorrente do descumprimento da cota de aprendizagem profissional prevista no art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.	
	Art. 322. Cabe à entidade qualificadora elaborar mecanismos de acompanhamento e avaliação dos cursos de aprendizagem durante a vigência de todo o contrato de aprendizagem, mediante registro documental das atividades teóricas e práticas, com a participação do aprendiz e do estabelecimento cumpridor da cota de aprendizagem.	
	Art. 323. A Subsecretaria de Capital Humano instituirá, por ato próprio, selo de excelência da aprendizagem profissional, destinado às entidades qualificadoras que comprovem alta taxa de empregabilidade dos aprendizes egressos de seus cursos de aprendizagem profissional.	
	Subseção I	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p align="center">Da habilitação das entidades qualificadoras</p> <p>Art. 324. Para requerer a habilitação como entidade qualificadora apta a desenvolver programas e cursos de aprendizagem profissional, as entidades citadas nos incisos III e IV do caput do art. 321 deverão apresentar detalhamento e comprovação da estrutura física que será disponibilizada para o desenvolvimento dos cursos de aprendizagem profissional, além da documentação abaixo:</p> <p>I - quando forem entidades sem fins lucrativos, mencionadas no inciso III do caput do art. 321:</p> <p>a) registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA; e</p> <p>b) estatuto ou contrato social da entidade;</p> <p>II - quando forem entidades de prática desportiva, mencionadas no inciso IV do caput do art. 321:</p> <p>a) comprovante de filiação ao sistema nacional do desporto ou sistema de desporto dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e</p> <p>b) estatuto ou contrato social da entidade.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Parágrafo único. A estrutura física a ser disponibilizada para os cursos de aprendizagem profissional poderá ser própria, alugada ou cedida, com ou sem ônus, devendo ser apresentada, se aplicável, a comprovação do termo de disponibilização firmado.</p>	
	<p>Art. 325. A Subsecretaria de Capital Humano analisará o requerimento de habilitação no prazo de até quarenta e cinco dias.</p>	
	<p>§ 1º Caso seja identificada alguma inadequação nos documentos apresentados, a Subsecretaria de Capital Humano poderá indeferir ou solicitar ajuste no requerimento.</p>	
	<p>§ 2º Caso constate adequação do requerimento, a Subsecretaria de Capital Humano habilitará a entidade qualificadora.</p>	
	<p>§ 3º Decorrido o prazo previsto no caput, a ausência de manifestação da Subsecretaria de Capital Humano acerca do requerimento implicará sua aprovação tácita.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 326. Somente após a habilitação, a entidade poderá realizar o cadastro de programas, de cursos de aprendizagem profissional e de aprendizes no CNAP.</p>	
	<p>Art. 327. A habilitação da entidade qualificadora terá validade de quatro anos e poderá ser renovada mediante novo requerimento.</p>	
	<p>§ 1º O pedido de renovação deverá ser efetuado com a antecedência mínima de noventa dias do vencimento da habilitação da entidade</p>	
	<p>§ 2º Caso a entidade perca a habilitação, seja por decurso do prazo de quatro anos ou por suspensão, ela não poderá cadastrar programas e cursos, nem disponibilizar novas vagas de aprendizagem profissional, até que esteja novamente habilitada.</p>	
	<p>Art. 328. Os Serviços Nacionais de Aprendizagem e as escolas técnicas de educação deverão se cadastrar no CNAP, mas não se submetem ao processo de habilitação da entidade.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º As entidades qualificadoras mencionadas no caput deverão descrever no CNAP a estrutura física que será disponibilizada para o desenvolvimento dos cursos de aprendizagem profissional.</p>	
	<p>§ 2º As escolas técnicas de educação deverão apresentar comprovante de autorização para oferta de educação profissional técnica de nível médio emitido pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino.</p>	
	<p>§ 3º A Subsecretaria de Capital Humano conferirá a documentação descrita no § 2º.</p>	
	<p>§ 4º O cadastramento no CNAP das instituições mencionadas nos incisos I e II do § 1º do art. 321 poderá ser realizado pela secretaria estadual, distrital ou municipal responsável pela instituição de ensino ou pela própria instituição.</p>	
	<p>Subseção II</p> <p>Das filiais e das unidades vinculadas às escolas técnicas de educação públicas</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 329. A entidade qualificadora habilitada no CNAP poderá ministrar cursos de aprendizagem profissional em município diverso de sua sede, desde que cadastre no CNAP as filiais ou as unidades vinculadas às escolas técnicas de educação públicas.</p>	
	<p>§ 1º O requerimento para habilitação das filiais e cadastramento das unidades vinculadas às escolas técnicas de educação públicas deverá atender aos requisitos constantes deste Capítulo.</p>	
	<p>§ 2º As unidades vinculadas às escolas técnicas de educação públicas somente serão habilitadas após a habilitação da entidade a qual está vinculada, e a duração da validade da sua habilitação será a mesma da entidade a qual está vinculada.</p>	
	<p>§ 3º As filiais de entidade sem fins lucrativos, mencionadas no inciso III do caput do art. 321, que não possuam registro no CMDCA poderão atuar desde que apresentem o registro do CMDCA da entidade matriz, para ministrar cursos de aprendizagem profissional para maiores de dezoito anos.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 4º As filiais de entidades da prática desportiva, mencionadas no inciso IV do caput do art. 321, deverão possuir comprovante de filiação no sistema desportivo em que irão atuar.</p>	
	<p>§ 5º As filiais das escolas técnicas de educação ou as unidades vinculadas às escolas técnicas de educação públicas, mencionadas no inciso II do caput do art. 321, deverão apresentar comprovante de autorização para oferta de educação profissional técnica de nível médio emitido pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino.</p>	
	<p>Art. 330. As entidades qualificadoras matriz, filial e unidades vinculadas às escolas técnicas de educação públicas poderão desenvolver cursos na modalidade à distância, em município diverso de sua sede desde que observado o disposto na Subseção IV da Seção V deste Capítulo.</p>	
	<p>Seção IV Dos programas de aprendizagem profissional</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 331. Os programas de aprendizagem profissional constantes do CNAP são relacionados às ocupações codificadas na CBO.</p>	
	<p>Parágrafo único. Os programas de aprendizagem profissional podem ser de quatro tipos: ocupação, arco ocupacional, múltiplas ocupações ou técnico de nível médio.</p>	
	<p>Art. 332. Os programas apresentarão as seguintes informações:</p> <p>I - tipo do programa;</p> <p>II - nome do programa;</p> <p>III - faixa etária permitida;</p> <p>IV - CBO (s) associada(s) ao programa;</p> <p>V - carga horária teórica e prática, mínima e máxima; e</p> <p>VI - competências profissionais envolvendo conhecimentos, habilidades e atitudes mais relevantes desenvolvidos pelo programa.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 333. As entidades poderão solicitar a inclusão de novo programa de aprendizagem no CNAP mediante requerimento.</p>	
	<p>§ 1º Os cursos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação serão automaticamente considerados programas do tipo técnico de nível médio e inseridos no CONAP.</p>	
	<p>§ 2º A inclusão de programa do tipo múltiplas ocupações deverá ser devidamente justificada pela entidade qualificadora.</p>	
	<p>Art. 334. A Subsecretaria de Capital Humano analisará o requerimento do novo programa de aprendizagem no prazo de até quarenta e cinco dias.</p>	
	<p>§ 1º Caso seja identificada alguma inadequação nas informações apresentadas, a Subsecretaria de Capital Humano poderá indeferir ou solicitar ajuste no requerimento.</p>	
	<p>§ 2º Caso constate adequação do requerimento, o programa será incluído no CNAP.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 3º Decorrido o prazo previsto no caput, a ausência de manifestação da Subsecretaria de Capital Humano acerca do requerimento implicará sua aprovação tácita.</p>	
	<p>Art. 335. Os programas de aprendizagem incluídos no CNAP compõem o CONAP.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção V</p> <p style="text-align: center;">Dos cursos de aprendizagem profissional</p> <p style="text-align: center;">Subseção I</p> <p style="text-align: center;">Das diretrizes</p> <p>Art. 336. Os cursos de aprendizagem profissional ofertados pelas entidades qualificadoras deverão estar vinculados aos programas de aprendizagem listados no CONAP e observar as seguintes diretrizes:</p> <p>I - qualificação social e profissional alinhada às demandas atuais e futuras do mercado de trabalho;</p> <p>II - desenvolvimento pessoal, social e profissional do adolescente, do jovem e da pessoa com deficiência, na qualidade de trabalhador e de cidadão;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>III - desenvolvimento de competências socioemocionais;</p> <p>IV - desenvolvimento das competências requeridas para o desempenho da ocupação objeto de aprendizagem;</p> <p>V - qualificação social e profissional adequada à diversidade dos adolescentes, dos jovens e das pessoas com deficiência, consideradas suas vulnerabilidades sociais;</p> <p>VI - garantia da acessibilidade dos espaços físicos e de comunicação, e da adequação da metodologia e da organização do trabalho às peculiaridades do aprendiz, de forma a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem da pessoa com deficiência;</p> <p>VII - caracterizar-se, preferencialmente, como parte integrante de um itinerário formativo;</p> <p>VIII - contribuir para a elevação do nível de aprendizado e da permanência escolar;</p> <p>IX - articulação de esforços nas áreas de educação, do trabalho e emprego, do esporte e lazer, da cultura, da ciência e tecnologia e da assistência social;</p> <p>X - abordagem contextualizada dos seguintes conteúdos:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>a) comunicação oral e escrita, leitura e compreensão de textos;</p> <p>b) raciocínio lógico-matemático, noções de interpretação e análise de dados estatísticos;</p> <p>c) noções de direitos trabalhistas e previdenciários, de saúde e segurança no trabalho, de direitos humanos e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;</p> <p>d) empreendedorismo, com enfoque na juventude;</p> <p>e) educação financeira;</p> <p>f) informações sobre o mercado e o mundo do trabalho; e</p> <p>g) inclusão digital, letramento digital, ferramentas de produtividade tais como editores de texto, planilhas, apresentações e outros.</p> <p>XI - abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente na forma transversal e integradora; e</p> <p>XII - desenvolvimento de projeto de vida que inclua o processo de orientação profissional.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 337. Os cursos ou partes de cursos da educação profissional técnica de nível médio ou do itinerário da formação técnica e profissional do ensino médio poderão ser reconhecidos como atividade teórica do curso de aprendizagem profissional, quando ofertados por instituições de ensino devidamente regularizadas perante o respectivo órgão competente do sistema de ensino e cadastradas no CNAP</p>	
	<p>§ 1º Os cursos de aprendizagem referidos no caput deverão vincular-se à ocupação codificada na CBO, devendo ser respeitada a compatibilidade temática do curso com as atividades práticas a serem exercidas.</p>	
	<p>§ 2º O contrato de aprendizagem poderá ser celebrado após o início do curso regular de técnico de nível médio ou do itinerário da formação técnica e profissional do ensino médio, a qualquer tempo, desde que seja garantido o mínimo de quatrocentas horas de atividades teóricas a partir da celebração do contrato de aprendizagem.</p>	
	<p>§ 3º As instituições de ensino registrarão no CNAP a carga horária e as disciplinas do curso técnico de nível médio ou itinerário da formação técnica e profissional do ensino</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	médio que comporão as atividades teóricas do curso de aprendizagem profissional	
	§ 4º Aos cursos de aprendizagem profissional ofertados na forma do caput não se aplica o disposto no art. 336 e no § 1º do art. 339.	
	<p style="text-align: center;">Subseção II</p> <p style="text-align: center;">Das atividades teóricas e práticas</p> <p>Art. 338. O contrato de aprendizagem profissional contempla as atividades teóricas, básicas e específicas, e as atividades práticas.</p>	
	Parágrafo único. As atividades teóricas e práticas da formação do aprendiz devem ser pedagogicamente articuladas entre si, com complexidade progressiva, possibilitando ao aprendiz o desenvolvimento profissional, de sua cidadania e da compreensão do mercado do trabalho.	
	Art. 339. A carga horária das atividades teóricas deverá representar, no mínimo, vinte por cento da carga horária total ou no mínimo quatrocentas horas, o que for maior	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	e, no máximo, cinquenta por cento da carga horária total do programa de aprendizagem.	
	<p>§ 1º As atividades teóricas do contrato de aprendizagem serão desenvolvidas pela entidade qualificadora, que deve ministrar, no mínimo, dez por cento da carga horária teórica no início do contrato, antes do encaminhamento do aprendiz para as atividades práticas.</p>	
	<p>§ 2º A distribuição da carga horária ao longo do curso, entre atividades teóricas e práticas, ficará a critério da entidade qualificadora e do estabelecimento cumpridor da cota de aprendizagem.</p>	
	<p>§ 3º Caso o curso de aprendizagem profissional seja presencial, poderão ser desenvolvidos até vinte por cento da carga horária teórica em atividades de qualificação complementares.</p>	
	<p>Art. 340. A carga horária das atividades teóricas específicas, relativa à ocupação objeto do curso de aprendizagem profissional, deverá corresponder a, no</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	mínimo, cinquenta por cento do total da carga horária das atividades teóricas.	
	Art. 341. As atividades teóricas do curso de aprendizagem profissional deverão ocorrer em ambiente físico adequado ao ensino e à aprendizagem e com meios didáticos apropriados.	
	Parágrafo único. As atividades teóricas poderão ocorrer sob a forma de aulas demonstrativas, na forma de prática laboratorial na entidade qualificadora ou no ambiente de trabalho, hipótese em que é vedada qualquer atividade laboral do aprendiz, ressalvado o manuseio de materiais, ferramentas, instrumentos e assemelhados, e desde que previamente estipuladas no plano do curso.	
	Art. 342. Os técnicos do estabelecimento cumpridor de cota poderão ministrar aulas e treinamento aos aprendizes, devendo tais atividades ser computadas na carga horária das atividades práticas do curso de aprendizagem.	
	Art. 343. As atividades práticas do curso poderão ser desenvolvidas, total ou parcialmente, em ambiente	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	simulado, quando essenciais à especificidade da ocupação objeto do curso, ou quando o local de trabalho não oferecer condições de segurança e saúde ao aprendiz.	
	Art. 344. Os aprendizes dos estabelecimentos de prestação de serviços a terceiros poderão realizar as atividades práticas dos contratos de aprendizagem profissional na empresa contratante do serviço terceirizado.	
	§ 1º O disposto no caput deverá estar previsto no contrato ou em instrumento congênere firmado entre o estabelecimento de prestação de serviço e a empresa contratante do serviço terceirizado.	
	§ 2º Os estabelecimentos de prestação de serviços a terceiros deverá designar monitor para acompanhamento das atividades práticas junto aos aprendizes.	
	§ 3º O disposto no caput não transfere o vínculo do aprendiz para o estabelecimento onde serão realizadas	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	as atividades práticas, tampouco o aprendiz passa a ser computado na cota do referido estabelecimento.	
	<p>§ 4º A ausência de previsão do disposto no caput em contrato, ou em instrumento congênere, firmado entre o estabelecimento de prestação de serviços a terceiros e a empresa contratante do serviço terceirizado não afasta a obrigação de cumprimento da cota de aprendizagem do estabelecimento de prestação de serviço, previsto no art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	
	<p>§ 5º Caso haja o direcionamento disposto no caput, tal fato deverá constar no contrato de aprendizagem, no cadastro do aprendiz e ser informado nos sistemas eletrônicos oficiais competentes.</p>	
	<p>Art. 345. O empregador que mantiver um ou mais estabelecimentos em um mesmo município poderá centralizar as atividades práticas correspondentes em um ou mais estabelecimentos do município ou municípios limítrofes, desde que não resulte prejuízo ao aprendiz.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º Mediante requerimento fundamentado do estabelecimento, a Auditoria Fiscal do Trabalho poderá autorizar a realização das atividades práticas em estabelecimento da mesma empresa situado em municípios não limítrofes, desde que todos os estabelecimentos envolvidos na centralização estejam na mesma unidade da federação.</p>	
	<p>§ 2º Para que ocorra a centralização das atividades práticas deverá haver a anuência da entidade qualificadora.</p>	
	<p>§ 3º A centralização não transfere o vínculo do aprendiz para o estabelecimento onde serão realizadas as atividades práticas, tampouco o aprendiz passa a ser computado na cota do referido estabelecimento</p>	
	<p>§ 4º Havendo a centralização das atividades práticas, tal fato deverá constar no contrato de aprendizagem, no cadastro do aprendiz e ser informado nos sistemas eletrônicos oficiais competentes.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 346. O local das atividades práticas do curso de aprendizagem profissional deve estar previsto no contrato de aprendizagem, sendo admitidos:</p> <p>I - o estabelecimento cumpridor da cota;</p> <p>II - o estabelecimento que centraliza as atividades práticas, nos termos do art. 345;</p> <p>III - a entidade qualificadora; e</p> <p>IV - as entidades concedentes da experiência prática, nos moldes do art. 66 do Decreto nº 9.579, de 2018.</p>	
	<p>Parágrafo único. Para a prática em entidades de que trata o inciso IV do caput, é obrigatória a autorização em termo de compromisso com a Auditoria Fiscal do Trabalho.</p>	
	<p>Art. 347. Quando as atividades práticas ocorrerem no estabelecimento cumpridor da cota de aprendizagem, será formalmente designado pelo estabelecimento, ouvida a entidade qualificadora, um empregado monitor responsável pela coordenação de exercícios práticos e pelo acompanhamento das atividades do aprendiz no</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	estabelecimento, em conformidade com o disposto no curso de aprendizagem profissional.	
	<p>Art. 348. As atividades teóricas e práticas devem ser realizadas em ambientes adequados ao desenvolvimento dos respectivos cursos de aprendizagem profissional, cabendo aos estabelecimentos e às entidades qualificadoras responsáveis pelos cursos de aprendizagem oferecerem aos aprendizes condições de segurança e saúde, além de condições de acessibilidade às pessoas com deficiência, observadas as disposições do art. 157 e art. 405 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, do art. 2º do Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, do art. 3º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho.</p>	
	<p style="text-align: center;">Subseção III</p> <p style="text-align: center;">Do cadastramento dos cursos no CNAP</p> <p>Art. 349. Os cursos de aprendizagem profissional, na modalidade presencial ou à distância, elaborados em consonância com programa constante do CONAP, deverão ser cadastrados por município no CNAP.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Parágrafo único. Os cursos de aprendizagem ofertados em endereços diferentes, ainda que no mesmo município, devem ser cadastrados separadamente.</p>	
	<p>Art. 350. A entidade qualificadora habilitada deverá cadastrar o curso de aprendizagem profissional no CNAP com o mínimo de quarenta e cinco dias antes do início das atividades do curso, devendo apresentar as seguintes informações e documentos:</p> <p>I - quando forem entidades qualificadoras do Sistema Nacional de Aprendizagem e escolas técnicas de educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) programa de aprendizagem vinculado; b) nome do curso; c) modalidade do curso (presencial ou à distância); d) faixa etária; e) carga horária das atividades teóricas (básica e específica) e das atividades práticas; f) endereço do local do curso; g) município e UF; 	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>h) lista das disciplinas ou das competências profissionais a serem desenvolvidas no curso, incluindo ementa e carga horária, em caso de requerimento de autorização de curso, nos moldes dos incisos II e III do art. 354;</p> <p>i) indicação dos estabelecimentos cumpridores da cota que serão atendidos e a descrição da atividade principal desses estabelecimentos, em caso de requerimento de autorização de curso nos moldes dos incisos II e III do art. 354;</p> <p>j) plano do curso adequado aos princípios e diretrizes deste Capítulo; e</p> <p>k) quando do cadastramento de cursos ou parte de cursos técnicos de nível médio por escola técnica de educação, comprovante de autorização para oferta de educação profissional técnica de nível médio, correlato ao curso de aprendizagem para o qual solicita habilitação, emitido pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino.</p> <p>II - quando forem entidades sem fins lucrativos, mencionadas no inciso III do caput do art. 321:</p> <p>a) itens descritos nas alíneas "a" a "j" do inciso I do caput;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>b) plano de instrutores e demais profissionais de apoio direto ao curso;</p> <p>c) calendário de referência a ser adotado no curso, mostrando organização curricular com a distribuição da carga horária entre atividades teóricas (inicial, básica e específica) e atividades práticas;</p> <p>d) detalhamento e comprovação da estrutura física que será disponibilizada para o desenvolvimento do curso de aprendizagem profissional;</p> <p>e) exemplo do material didático que será utilizado no curso de aprendizagem;</p> <p>f) protocolo de inscrição do curso de aprendizagem no CMDCA do município de atuação, inclusive se a entidade for filial;</p> <p>g) registro da entidade no CMDCA;</p> <p>h) quantidade de aprendizes por tutores, em caso de requerimento de autorização de curso na modalidade à distância; e</p> <p>i) número de encontros presenciais, caso existentes, propósito dos encontros e seus respectivos locais e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>cargas horárias, em caso de requerimento de autorização de curso na modalidade à distância.</p> <p>III - quando forem entidades de prática desportiva, mencionadas no inciso IV do caput do art. 321, serão exigidos os itens elencados nos incisos I e II, com exceção da alínea "k" do inciso I e das alíneas "f" e "g" do inciso II.</p>	
	<p>§ 1º O plano de instrutores e demais profissionais de apoio deverá informar o perfil profissional, o nível de escolaridade e o quantitativo de instrutores e profissionais de apoio, contratados e a contratar.</p>	
	<p>§ 2º O protocolo de inscrição do curso de aprendizagem no CMDCA somente se aplica nos casos de cursos em que a indicação da faixa etária seja de catorze a dezoito anos incompletos.</p>	
	<p>Art. 351. As atividades dos cursos na modalidade à distância somente poderão ser iniciadas após autorização do curso pela Subsecretaria de Capital Humano, conforme disposto na Subseção IV, da Seção V, deste Capítulo.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 352. Caso seja constatada qualquer irregularidade nas informações e nos documentos apresentados no cadastro do curso de aprendizagem, a Subsecretaria de Capital Humano poderá suspender o curso até a regularização da pendência.</p>	
	<p>Art. 353. Os cursos de aprendizagem profissional inscritos no CNAP terão a mesma validade da habilitação da entidade qualificadora responsável.</p>	
	<p>§ 1º Excepcionalmente, em decorrência da previsão constante do § 3º do art. 90 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, os cursos das entidades sem fins lucrativos mencionadas no inciso III do caput do art. 291, que forem destinados a menores de dezoito anos terão validade de dois anos, observada a data de validade da habilitação da entidade qualificadora.</p>	
	<p>§ 2º Quando expirada a validade da habilitação da entidade qualificadora, esta deverá recadastrar seus cursos de aprendizagem profissional no CNAP.</p>	
	<p>Subseção IV</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p align="center">Dos cursos de aprendizagem profissional na modalidade à distância</p> <p>Art. 354. O cadastro do curso de aprendizagem profissional na modalidade à distância deverá ser justificado pela entidade qualificadora e submetido à análise da Subsecretaria de Capital Humano, que concederá autorização nas seguintes hipóteses:</p> <p>I - quando o número potencial de aprendizes for inferior a cem aprendizes no município;</p> <p>II - quando os cursos de aprendizagem profissional se dedicarem ao desenvolvimento de competências da Economia 4.0; ou</p> <p>III - quando os cursos de aprendizagem profissional se dedicarem ao desenvolvimento de competências relacionadas à atividade principal dos estabelecimentos cumpridores da cota que receberão os aprendizes; ou</p> <p>IV - quando o número potencial de contratação de aprendizes no município for inferior a vinte e cinco aprendizes no setor econômico (serviço, comércio, indústria geral, agropecuária e construção).</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Parágrafo único. Para que os cursos de aprendizagem profissional sejam autorizados na forma dos incisos II e III, no mínimo cinquenta por cento da carga horária teórica devem ser destinados ao desenvolvimento de competências da Economia 4.0 ou competências relacionadas à atividade principal dos estabelecimentos cumpridores da cota, respectivamente.</p>	
	<p>Art. 355. Os cursos na modalidade à distância que se enquadrem na hipótese dos incisos I e IV do art. 354 serão autorizados quando não houver curso presencial do mesmo programa de aprendizagem profissional no município.</p>	
	<p>Art. 356. A entidade qualificadora que pretende realizar aprendizagem na modalidade à distância deve ter, pelo menos, um curso de aprendizagem profissional na modalidade presencial, devidamente cadastrado no CNAP e com aprendizes cursando.</p>	
	<p>Art. 357. Os cursos de aprendizagem profissional na modalidade à distância deverão seguir as seguintes disposições:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - o projeto pedagógico do curso deverá prever avaliações, elaboradas pelas entidades qualificadoras, controle de participação online e momentos presenciais, caso existam;</p> <p>II - a plataforma utilizada para desenvolvimento do curso de aprendizagem profissional à distância deverá propiciar:</p> <p>a) a interatividade entre instrutores, tutores e aprendizes;</p> <p>b) o monitoramento do acesso e da permanência do aprendiz desde o ingresso na plataforma virtual até a conclusão das atividades previstas, inclusive monitoramento da falta de acesso e sua justificativa;</p> <p>c) o processo de avaliação qualitativa da plataforma e do curso a ser realizado pelos aprendizes; e</p> <p>d) os relatórios e os painéis com indicadores e dados que permitam o monitoramento da execução do curso de aprendizagem profissional.</p> <p>III - os materiais didáticos utilizados deverão ser adequados aos conteúdos do curso e disponibilizados para pesquisa e apoio ao aprendiz.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º Os cursos de aprendizagem profissional desenvolvidos à distância deverão estar adequados aos princípios e diretrizes deste Capítulo.</p>	
	<p>§ 2º Aos contratos de aprendizagem profissional se aplicam as regras de teletrabalho previstas no Capítulo II-A da CLT.</p>	
	<p>§ 3º As atividades teóricas dos cursos de aprendizagem na modalidade à distância serão desenvolvidas sob supervisão da entidade qualificadora, ainda que remota, e ocorrerão em local por ela designado.</p>	
	<p>§ 4º Na hipótese de as atividades teóricas na modalidade à distância ocorrerem no ambiente de trabalho, é vedada qualquer atividade prática ao aprendiz.</p>	
	<p>Art. 358. A entidade qualificadora, ao cadastrar os cursos de aprendizagem na modalidade à distância, deverá apresentar as informações e documentos elencados no art. 350, com exceção da alínea "f" do inciso I do referido artigo.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º No cadastro dos cursos de aprendizagem na modalidade à distância somente será necessária a apresentação do detalhamento e comprovação da estrutura física estipulada na alínea "d" do inciso II do art. 350 quando houver a previsão de encontros presenciais.</p>	
	<p>§ 2º O endereço do local do curso na modalidade à distância deverá ser informado no cadastro do aprendiz, constar no contrato de aprendizagem e ser informado nos sistemas eletrônicos oficiais competentes</p>	
	<p>Art. 359. A entidade qualificadora que pretende realizar cursos de aprendizagem na modalidade à distância deverá submeter a plataforma de ensino à distância à autorização da Subsecretaria de Capital Humano.</p>	
	<p>§ 1º Após autorizada a plataforma, a entidade qualificadora apenas requisitará novo processo de autorização da ferramenta no caso de alteração dos itens descritos nos incisos do art. 360.</p>	
	<p>§ 2º A autorização de uso da plataforma de ensino à distância concedida à entidade qualificadora matriz se</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	estenderá às suas filiais e às unidades vinculadas às escolas técnicas de educação pública.	
	<p>Art. 360. A solicitação de autorização da plataforma de ensino à distância deverá ser acompanhada de:</p> <p>I - descrição das soluções tecnológicas de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, inclusive das dirigidas às pessoas com deficiência;</p> <p>II - descrição do mecanismo de interatividade entre o instrutor e o aprendiz, e entre o tutor e o aprendiz;</p> <p>III - descrição dos painéis ou relatórios gerenciais de acompanhamento do curso;</p> <p>IV - descrição da metodologia e da ferramenta de avaliação qualitativa da plataforma e do curso a serem utilizados pelos aprendizes;</p> <p>V - descrição dos mecanismos que permitam o controle de acesso e de permanência do aprendiz na plataforma;</p> <p>VI - link e senhas de acesso à plataforma da entidade para a Subsecretaria de Capital Humano e para a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência com</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>perfil que permita o acompanhamento e o monitoramento do curso; e</p> <p>VII - manual de uso do ambiente virtual.</p>	
	<p>Art. 361. A Subsecretaria de Capital Humano analisará o requerimento de autorização de plataforma de ensino à distância e o requerimento de cadastro do curso de aprendizagem na modalidade à distância no prazo de até quarenta e cinco dias.</p>	
	<p>§ 1º Caso seja identificada alguma inadequação nos documentos apresentados, a Subsecretaria de Capital Humano poderá indeferir ou solicitar ajuste no requerimento.</p>	
	<p>§ 2º Caso constate adequação do requerimento, a Subsecretaria de Capital Humano autorizará a plataforma de ensino à distância e autorizará a execução do curso de aprendizagem na modalidade à distância.</p>	
	<p>§ 3º Decorrido o prazo previsto no caput, a ausência de manifestação da Subsecretaria de Capital Humano acerca do requerimento implicará sua aprovação tácita.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 362. A Subsecretaria de Capital Humano poderá autorizar a execução de cursos de aprendizagem profissional na modalidade à distância, independente do cumprimento dos requisitos dispostos nesta Subseção, nos casos de estado de calamidade pública ou de emergência, declarados pela autoridade pública competente nacional ou local.</p>	
	<p>Art. 363. Os cursos ou parte de cursos da educação profissional técnica de nível médio reconhecidos como atividade teórica do curso de aprendizagem profissional, conforme disposto no art. 337, poderão ser executados na modalidade à distância, cabendo a esses cursos a obediência às suas regulamentações específicas, independente das disposições da Subseção IV, da Seção V, desse Capítulo.</p>	
	<p>Parágrafo único. Caso as entidades qualificadoras ofertem cursos de aprendizagem profissional na forma do caput deverão disponibilizar o link e as senhas de acesso à plataforma da entidade para a Subsecretaria de Capital Humano e para a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria do Trabalho do Ministério do</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	Trabalho e Previdência, com perfil que permita o acompanhamento e o monitoramento do curso.	
	<p style="text-align: center;">Subseção V</p> <p style="text-align: center;">Dos cursos de aprendizagem profissional em parceria</p> <p>Art. 364. Poderão ser desenvolvidos cursos de aprendizagem profissional em parceria envolvendo, no máximo, duas entidades qualificadoras habilitadas no CNAP.</p>	
	<p>§ 1º Os cursos em parceria deverão ser cadastrados no CNAP por uma das entidades qualificadoras, apresentando a justificativa da necessidade da parceria, o detalhamento das atribuições e responsabilidades e o termo de parceria assinado por ambas as entidades.</p>	
	<p>§ 2º Não poderá ser considerado curso em parceria aquele em que uma das entidades qualificadoras se limita ao registro e a anotação da CTPS do aprendiz.</p>	
	<p>§ 3º Em caso de constatação, pela fiscalização, de desvirtuamento da parceria, a aprendizagem será descaracterizada e o curso ou a habilitação da entidade</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>qualificadora serão suspensos, nos moldes dos procedimentos de suspensão previstos neste Capítulo.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção VI</p> <p style="text-align: center;">Do cadastro dos aprendizes</p> <p>Art. 365. As entidades qualificadoras ficam obrigadas a cadastrar no CNAP os aprendizes vinculados aos cursos de aprendizagem</p>	
	<p>§ 1º No cadastro do aprendiz deverão ser indicados:</p> <p>I - nome, número e CBO do curso em que está vinculado;</p> <p>II - nome do aprendiz;</p> <p>III - cadastro de pessoa física - CPF;</p> <p>IV - data de nascimento;</p> <p>V - data de início e de término do contrato de aprendizagem;</p> <p>VI - carga horária, com a indicação da carga horária da atividade teórica inicial, das atividades teóricas, básicas e específicas, e das atividades práticas; e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>VII - informações do contrato de aprendizagem:</p> <p>a) no caso de contratação direta, informar o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e a razão social do estabelecimento responsável pelo cumprimento da cota;</p> <p>b) no caso de contratação indireta, informar o CNPJ e razão social do estabelecimento responsável pelo cumprimento da cota e da entidade contratante indireta;</p> <p>c) no caso de modalidade alternativa de cumprimento de cota, informar o CNPJ e razão social da entidade concedente e do estabelecimento cumpridor da cota de aprendizagem;</p> <p>d) no caso de aprendiz matriculado em curso de aprendizagem profissional na modalidade à distância, informar o local em que o aprendiz executa as atividades teóricas;</p> <p>e) no caso de aplicação do disposto no art. 344 ou art. 345, informar o CNPJ e a razão social do estabelecimento no qual está sendo executada a atividade prática do contrato de aprendizagem; ou</p> <p>f) o nome e código da ocupação em que o aprendiz foi contratado.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 2º Os dados dos aprendizes listados no § 1º deverão ser informados trimestralmente até o último dia útil do mês subsequente fazendo referência à situação dos aprendizes no último dia do trimestre, conforme calendário divulgado pela Subsecretaria de Capital Humano.</p>	
	<p>§ 3º A Subsecretaria de Capital Humano realizará monitoramento da inserção dos dados dos aprendizes no CNAP.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção VII</p> <p style="text-align: center;">Da suspensão</p> <p>Art. 366. Compete à Subsecretaria de Capital Humano suspender a habilitação da entidade qualificadora habilitada e dos cursos de aprendizagem profissional cadastrados no CNAP.</p>	
	<p>§ 1º Quando os motivos que justifiquem a suspensão da habilitação da entidade ou suspensão dos cursos de aprendizagem profissional forem relacionados ao processo de habilitação da entidade qualificadora ou à formação técnico profissional do contrato de</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	aprendizagem caberá a Subsecretaria de Capital Humano iniciar o processo de suspensão, conforme art. 371.	
	§ 2º Quando os motivos que justifiquem a suspensão da habilitação da entidade ou suspensão dos cursos de aprendizagem profissional forem relacionados à matéria trabalhista do contrato de aprendizagem caberá à Auditoria Fiscal do Trabalho iniciar o processo de suspensão, conforme art. 372.	
	§ 3º Quando verificados em ação fiscal motivos que justifiquem a suspensão da habilitação da entidade ou suspensão dos cursos de aprendizagem profissional relacionados à formação técnico profissional do contrato de aprendizagem, a unidade descentralizada da Secretaria de Trabalho deverá informar à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho para que comunique à Subsecretaria de Capital Humano para que esta inicie o processo de suspensão nos termos do art. 371.	
	Art. 367. As entidades habilitadas serão suspensas, quando:	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - identificada irregularidade legal ou regulamentar de dois ou mais cursos de aprendizagem profissional;</p> <p>II - verificada irregularidade nas informações e documentos apresentados no cadastro da entidade qualificadora; ou</p> <p>III - identificada execução em desacordo com as informações constantes do CNAP e com as disposições previstas neste Capítulo.</p>	
	<p>§ 1º Quando se tratar de suspensão de uma entidade qualificadora do tipo escola técnica de educação pública matriz ou filial , serão suspensas automaticamente suas unidades vinculadas.</p>	
	<p>§ 2º A entidade com a habilitação suspensa não poderá cadastrar novos cursos de aprendizagem nem disponibilizar novas vagas de aprendizagem durante o período de suspensão.</p>	
	<p>Art. 368. Os cursos de aprendizagem profissional cadastrados no CNAP serão suspensos, quando:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - identificada irregularidade legal ou regulamentar dos cursos de aprendizagem;</p> <p>II - verificada irregularidade nas informações e documentos apresentados no cadastro do curso de aprendizagem; ou</p> <p>III - identificada execução em desacordo com as informações constantes do CNAP e com as disposições previstas neste Capítulo.</p>	
	<p>Parágrafo único. A entidade que possuir curso de aprendizagem suspenso não poderá disponibilizar novas vagas de aprendizagem do curso suspenso e não poderá realizar o cadastramento de novos cursos de aprendizagem para a mesma ocupação ou que contenha a mesma ocupação durante o período de suspensão.</p>	
	<p>Art. 369. A entidade com a habilitação suspensa ou que possua algum curso suspenso não poderá cadastrar cursos na modalidade à distância em nível nacional.</p>	
	<p>Art. 370. Os motivos que justifiquem a suspensão da habilitação da entidade ou suspensão dos cursos de</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	aprendizagem profissional devem ser fundamentados e disponibilizados aos interessados.	
	Art. 371. Caso a irregularidade seja verificada por ato de iniciativa da Subsecretaria de Capital Humano, esta comunicará a entidade qualificadora, via ofício ou de forma eletrônica, que deverá se manifestar em dez dias, a partir do recebimento da notificação.	
	§ 1º Caso a manifestação da entidade qualificadora seja acatada pela Subsecretaria de Capital Humano, o processo de suspensão da habilitação da entidade qualificadora ou do curso perderá o objeto e será arquivado.	
	§ 2º Caso a manifestação da entidade qualificadora não seja acatada pela Subsecretaria de Capital Humano, a entidade qualificadora receberá uma notificação de suspensão, a qual permanecerá vigente até que seja sanada a irregularidade constatada.	
	§ 3º A entidade poderá recorrer da suspensão de sua habilitação ou da suspensão dos seus cursos, à autoridade da Subsecretaria de Capital Humano	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	imediatamente superior àquela que procedeu ao seu processo de suspensão, no prazo de dez dias a partir da notificação de suspensão.	
	Art. 372. Caso a irregularidade seja verificada por ato de iniciativa da Auditoria-Fiscal do Trabalho, o Auditor-Fiscal do Trabalho, durante a ação fiscal, comunicará a irregularidade à entidade qualificadora, pessoalmente ou de forma eletrônica, que deverá se manifestar em dez dias a partir da comunicação da irregularidade.	
	§ 1º Caso a manifestação da entidade qualificadora seja acatada pelo Auditor-Fiscal do Trabalho, a ação fiscal não deve resultar em suspensão da habilitação da entidade ou do curso de aprendizagem profissional.	
	§ 2º Caso a entidade qualificadora não se manifeste ou a manifestação não seja acatada pelo Auditor-Fiscal do Trabalho, a entidade qualificadora será devidamente notificada.	
	§ 3º O Auditor-Fiscal do Trabalho deverá requisitar a suspensão no CNAP à Subsecretaria de Capital Humano, com ciência à chefia imediata e à Subsecretaria de	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	Inspeção do Trabalho, que deverá proceder à suspensão no prazo de dois dias úteis, sem análise da requisição.	
	§ 4º A entidade poderá recorrer da suspensão de sua habilitação ou da suspensão dos seus cursos, à autoridade da inspeção do trabalho imediatamente superior àquela que iniciou o ato de suspensão, no prazo de dez dias a partir da notificação de suspensão.	
	§ 5º A suspensão da habilitação da entidade qualificadora ou do curso de aprendizagem profissional permanecerá vigente até que a Auditoria-Fiscal do Trabalho constate que a irregularidade foi sanada.	
	Art. 373. A reincidência da suspensão da habilitação da entidade qualificadora ou suspensão do curso de aprendizagem profissional pelo mesmo motivo durante o período de doze meses implicará a suspensão da habilitação da entidade qualificadora ou do curso por um ano.	
	Seção VIII Da modalidade alternativa de cumprimento de cota	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 374. O estabelecimento contratante cujas peculiaridades da atividade ou do local de trabalho constituam embaraço à realização das atividades práticas poderá requerer junto à respectiva unidade descentralizada da Secretaria de Trabalho a assinatura de Termo de Compromisso para o cumprimento da cota em entidade concedente da experiência prática do aprendiz, nos termos do art. 66 do Decreto nº 9.579, de 2018.</p>	
	<p>§ 1º Os estabelecimentos mencionados no caput são aqueles que desenvolvem atividades relacionadas aos setores econômicos elencados abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - asseio e conservação; II - segurança privada; III - transporte de carga; IV - transporte de valores; V - transporte coletivo, urbano, intermunicipal, interestadual; VI - construção pesada; VII - limpeza urbana; 	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>VIII - transporte aquaviário e marítimo;</p> <p>IX - atividades agropecuárias;</p> <p>X - empresas de terceirização de serviços;</p> <p>XI - atividades de telemarketing;</p> <p>XII - comercialização de combustíveis; e</p> <p>XIII - empresas cujas atividades desenvolvidas preponderantemente estejam previstas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil - Lista TIP, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 2008.</p>	
	<p>§ 2º O Auditor-Fiscal do Trabalho poderá acatar a solicitação de outros setores que se enquadrarem na hipótese descrita no art. 66 do Decreto nº 9.579, de 2018.</p>	
	<p>§ 3º O processamento do pedido de assinatura de termo de compromisso se dará junto à unidade descentralizada da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência da unidade da federação que o estabelecimento estiver situado.</p>	
	<p>§ 4º O termo de compromisso previsto no caput deve ser assinado pelo Auditor-Fiscal do Trabalho responsável</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	pela ação fiscal, pela chefia imediata e pelo estabelecimento contratante.	
	<p>§ 5º O termo de compromisso deve prever a obrigatoriedade de contratação de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas; b) jovens em cumprimento de pena no sistema prisional; c) jovens e adolescentes cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda; d) jovens e adolescentes em situação de acolhimento institucional; e) jovens e adolescentes egressos do trabalho infantil; f) jovens e adolescentes com deficiência; g) jovens e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e 	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	h) jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído na rede pública.	
	§ 6º As partes poderão eleger, no termo de compromisso, o perfil prioritário dos jovens e adolescentes a serem contemplados.	
	§ 7º Os percentuais a serem cumpridos na forma alternativa e no sistema regular deverão constar do termo de compromisso firmado com o Auditor-Fiscal do Trabalho, para conferência do adimplemento integral da cota de aprendizagem.	
	§ 8º Firmado o termo de compromisso com o Auditor-Fiscal do Trabalho, o estabelecimento contratante e a entidade qualificadora deverão firmar conjuntamente parceria com uma das entidades concedentes para a realização das atividades práticas.	
	§ 9º Caberá à entidade qualificadora o acompanhamento pedagógico da etapa prática.	
	Seção IX	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Do cálculo da cota de aprendizagem profissional</p> <p>Art. 375. Para o cálculo da cota de aprendizagem profissional, deverão ser observadas as seguintes disposições:</p>	
	<p>§ 1º Ficam obrigados a contratar aprendizes os estabelecimentos que tenham pelo menos sete empregados contratados nas funções que demandam formação profissional, nos termos do art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	
	<p>§ 2º Entende-se por estabelecimento, todo complexo de bens organizado para o exercício de atividade econômica ou social do empregador, que se submeta ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	
	<p>§ 3º As pessoas físicas que exerçam atividade econômica, inclusive o empregador rural, que possuam empregados regidos pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT estão enquadradas no conceito de estabelecimento do art. 429 da CLT.</p>	
	<p>§ 4º Os estabelecimentos condominiais, associações, sindicatos, igrejas, entidades filantrópicas, cartórios e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	afins, conselhos profissionais e outros, embora não exerçam atividades econômicas, estão enquadrados no conceito de estabelecimento, uma vez que exercem atividades sociais e contratam empregados pelo regime previsto no Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.	
	§ 5º As entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional que contratem empregados na forma direta pelo regime celetista estão obrigadas ao cumprimento do art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, limitando-se, a base de cálculo da cota, nesse caso, aos empregados contratados pelo referido regime cujas funções demandem formação profissional, nos termos nos termos do art. 429 da CLT .	
	§ 6º Em consonância com os incisos XXIII e XXIV do art. 611-B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, a exclusão de funções que integram a base de cálculo da cota de aprendizes constitui objeto ilícito de convenção ou acordo coletivo de trabalho.	
	§ 7º As entidades sem fins lucrativos e as entidades de práticas desportivas não estão obrigadas à observância do percentual máximo previsto no art. 429 do Decreto-	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	Lei nº 5.452, de 1943 - CLT na hipótese de contratação indireta prevista no art. 431 da CLT.	
	<p>Art. 376. Estão legalmente dispensadas do cumprimento da cota de aprendizagem:</p> <p>I - as microempresas e as empresas de pequeno porte, optantes ou não pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional; e</p> <p>II - as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional nos termos do art. 430 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, inscritas no Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional com curso cadastrado.</p>	
	<p>§ 1º Para comprovação do enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Auditor-Fiscal do Trabalho deverá solicitar que o estabelecimento comprove o cumprimento dos dois requisitos previstos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - registro no órgão competente; e</p> <p>II - faturamento anual dentro dos limites legais.</p>	
	<p>§ 2º Os estabelecimentos que, embora dispensados da obrigação de contratar aprendizes, decidam pela contratação, devem observar todas as normas da aprendizagem profissional, inclusive o percentual máximo previsto no art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, não estando obrigados, no entanto, ao cumprimento do percentual mínimo.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção X</p> <p style="text-align: center;">Do contrato de aprendizagem profissional</p> <p>Art. 377. O contrato de aprendizagem deverá indicar expressamente:</p> <p>I - o termo inicial e o termo final, necessariamente coincidentes com o prazo do curso de aprendizagem;</p> <p>II - nome e número do curso em que o aprendiz está vinculado e matriculado, com indicação da carga horária teórica e prática e obediência aos critérios estabelecidos</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>na regulamentação do Ministério do Trabalho e Previdência;</p> <p>III - a função, as jornadas diária e semanal, de acordo com a carga horária estabelecida no curso de aprendizagem, e o horário das atividades teóricas e práticas;</p> <p>IV - a remuneração pactuada;</p> <p>V - os dados do empregador, do aprendiz e da entidade qualificadora;</p> <p>VI - o local de execução das atividades teóricas e práticas do curso de aprendizagem;</p> <p>VII - a descrição das atividades práticas que o aprendiz desenvolverá durante o curso de aprendizagem; e</p> <p>VIII - o calendário de aulas teóricas e práticas do curso de aprendizagem</p> <p>§ 1º O limite de dois anos do contrato de aprendizagem não se aplica às pessoas com deficiência, desde que o tempo excedente seja fundamentado em aspectos relacionados à deficiência, vedada em qualquer caso a contratação de aprendiz por prazo indeterminado.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 2º O contrato de aprendizagem deve ser assinado pelo responsável do estabelecimento cumpridor da cota e pelo aprendiz, devidamente assistido por seu responsável legal, se menor de dezoito anos de idade.</p>	
	<p>§ 3º O prazo contratual deverá garantir o cumprimento integral da carga horária das atividades teóricas e práticas do curso de aprendizagem.</p>	
	<p>§ 4º Aos contratos de aprendizagem em que as atividades teóricas sejam desenvolvidas nos termos do art. 337, os termos inicial e final do curso de aprendizagem podem não coincidir com o início e final do curso técnico de nível médio ou do itinerário da formação técnica e profissional do ensino médio.</p>	
	<p>Art. 378. A contratação indireta de aprendizes, efetuada por entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional ou pelas entidades de prática desportiva, conforme previsto no art. 431 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, exige a formalização prévia de contrato ou de convênio entre o estabelecimento que deve cumprir a cota e a entidade contratante indireta.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º Na hipótese de contratação indireta prevista no caput, a entidade sem fins lucrativos ou a entidade de prática desportiva assume a condição de empregador, na forma simultânea ao desenvolvimento do curso de aprendizagem, cabendo-lhe:</p> <p>I - cumprir a legislação trabalhista em sua totalidade e no que concerne à aprendizagem profissional;</p> <p>II - informar nos sistemas eletrônicos oficiais competentes que se trata de contratação indireta, especificando a razão social e CNPJ do estabelecimento cumpridor da cota; e</p> <p>III - desenvolver o curso de aprendizagem constante do CNAP.</p>	
	<p>§ 2º O estabelecimento, na contratação indireta, obriga-se a proporcionar a experiência prática para a formação técnico-profissional do aprendiz.</p>	
	<p>§ 3º Devem constar, nos registros e contratos de aprendizagem firmados pelas entidades sem fins lucrativos ou pelas entidades de prática desportiva com os aprendizes, a razão social, o endereço e o número de</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	inscrição no CNPJ do estabelecimento responsável pelo cumprimento da cota.	
	Art. 379. O código da ocupação vinculada ao curso de aprendizagem deverá constar no contrato de trabalho do aprendiz e ser anotado em sua CTPS.	
	§ 1º Quando o curso for associado a mais de uma ocupação, na CTPS do aprendiz deverá constar o código da ocupação com a melhor condição salarial.	
	§ 2º Na hipótese de a contratação acontecer nos moldes do § 1º, deverão ser especificadas no contrato de aprendizagem e no campo observações da CTPS as demais ocupações associadas.	
	<p>Art. 380. O contrato de aprendizagem será extinto:</p> <p>I - no seu termo final;</p> <p>II - automaticamente, quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, não se aplicando tal critério às pessoas com deficiência; e</p> <p>III - antecipadamente, nas seguintes hipóteses:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>a) desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, que devem ser comprovados mediante laudo de avaliação elaborado pela entidade qualificadora, a quem cabe a sua supervisão e avaliação, após consulta ao estabelecimento onde se realiza as atividades práticas da aprendizagem;</p> <p>b) falta disciplinar grave prevista no art. 482 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT;</p> <p>c) ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo, comprovada por meio de declaração do estabelecimento de ensino;</p> <p>d) a pedido do aprendiz;</p> <p>e) fechamento do estabelecimento, quando não houver a possibilidade de transferência do aprendiz sem que isso gere prejuízo ao próprio aprendiz;</p> <p>f) morte do empregador constituído em empresa individual; e</p> <p>g) rescisão indireta.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º Aplica-se o art. 479 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT somente às hipóteses de extinção do contrato previstas nas alíneas "e", "f" e "g" do inciso III.</p>	
	<p>§ 2º Não se aplica o disposto no art. 480 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT às hipóteses de extinção do contrato previstas nas alíneas "a" a "g" do inciso III.</p>	
	<p>§ 3º A diminuição do quadro de pessoal da empresa, ainda que em razão de dificuldades financeiras ou de conjuntura econômica desfavorável, não autoriza a rescisão antecipada dos contratos de aprendizagem em curso, que devem ser cumpridos até o seu termo final.</p>	
	<p>§ 4º Ao término do contrato de aprendizagem, havendo continuidade do vínculo, o contrato passa a vigorar por prazo indeterminado, com todos os direitos dele decorrentes, bastando que sejam formalizadas as devidas alterações contratuais e realizados os ajustes quanto às obrigações trabalhistas.</p>	
	<p>§ 5º O laudo de avaliação a que se refere a alínea "a" do inciso III deve ser emitido de forma prévia à dispensa do aprendiz e observará os seguintes requisitos mínimos:</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>I - identificar o aprendiz, a função, o estabelecimento onde são realizadas as atividades práticas, o empregador, a data de início e de previsão de término do contrato;</p> <p>II - descrever os fatos motivadores da determinação de dispensa por desempenho insuficiente ou inadaptação;</p> <p>III - concluir de forma clara e direta sobre o desligamento do aprendiz por desempenho insuficiente ou inadaptação; e</p> <p>IV - ser assinado por profissional legalmente habilitado da entidade qualificadora.</p>	
	<p>Art. 381. Nos estabelecimentos em que sejam desenvolvidas atividades em ambientes ou funções proibidas a menores de dezoito anos, devem ser contratados aprendizes na faixa etária entre dezoito e vinte e quatro anos ou pessoas com deficiência maiores de dezoito anos.</p>	
	<p>Parágrafo único. Excepcionalmente, é permitida a contratação de aprendizes na faixa etária entre quatorze e dezoito anos para desempenharem atividades em</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>ambientes ou funções proibidas a menores de dezoito anos, desde que o empregador:</p> <p>I - apresente previamente, na unidade descentralizada da inspeção do trabalho da circunscrição onde ocorrerem as referidas atividades, parecer técnico circunstanciado, assinado por profissional legalmente habilitado em segurança e saúde no trabalho, que ateste a não exposição a riscos que possam comprometer a saúde, a segurança e a moral dos adolescentes, o qual deverá ser analisado e aprovado pelo Auditor-Fiscal do Trabalho coordenador regional da aprendizagem ou pelo Auditor-Fiscal do Trabalho notificante, devendo ser reavaliado quando houver alterações nos locais de trabalho ou nos serviços prestados; ou</p> <p>II - opte pela execução das atividades práticas dos adolescentes no local previsto no inciso III do art. 346 em ambiente protegido.</p>	
	<p>Art. 382. A transferência do aprendiz entre matriz e filial, entre filiais ou entre estabelecimentos do mesmo grupo econômico é permitida, desde que haja concordância do aprendiz e da entidade qualificadora, e não acarrete</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	prejuízo ao próprio aprendiz, ao processo pedagógico e ao horário da escola regular.	
	<p>§ 1º A transferência deve ser formalizada mediante elaboração de um termo aditivo ao contrato de aprendizagem e ser informada nos sistemas eletrônicos oficiais competentes pelos estabelecimentos envolvidos.</p>	
	<p>§ 2º Ocorrida a transferência, o aprendiz contratado deixa de ser computado na cota do estabelecimento de origem e passa a ser computado na cota do estabelecimento para o qual foi transferido.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção XI</p> <p style="text-align: center;">Das férias</p> <p>Art. 383. O período de férias do aprendiz deve ser definido no calendário das atividades teóricas e práticas do contrato de aprendizagem, observados os seguintes critérios:</p> <p>I - para o aprendiz com idade inferior a dezoito anos, deve coincidir, obrigatoriamente, com um dos períodos de férias escolares; e</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>II - para o aprendiz com idade igual ou superior a dezoito anos, deve coincidir, preferencialmente, com as férias escolares, em conformidade com o art. 68 do Decreto nº 9.579, de 2018.</p>	
	<p>§ 1º Ao aprendiz é permitido o parcelamento das férias, nos termos do art. 134 da CLT.</p>	
	<p>§ 2º Nos contratos de aprendizagem com prazo de dois anos de duração, é obrigatório o gozo das férias adquiridas no primeiro período aquisitivo.</p>	
	<p>Art. 384. As férias coletivas concedidas aos demais empregados do estabelecimento serão consideradas como licença remunerada, não sendo consideradas como período de férias para o aprendiz, quando:</p> <p>I - divergirem do período de férias previsto no curso de aprendizagem;</p> <p>II - não coincidirem com o período de férias escolares para os aprendizes menores de dezoito anos de idade; ou</p> <p>III - houver atividades teóricas na entidade qualificadora durante o período das férias coletivas.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Parágrafo único. Nas hipóteses de licença remunerada previstas nos incisos I e II do caput, o aprendiz deverá continuar frequentando as atividades teóricas, caso estas estejam sendo ministradas.</p>	
	<p style="text-align: center;">Seção XII</p> <p style="text-align: center;">Disposições gerais</p> <p>Art. 385. Aplica-se à jornada do aprendiz, nas atividades práticas e teóricas, os art. 66, art. 71 e art. 72 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, bem como o descanso semanal remunerado de vinte e quatro horas consecutivas.</p>	
	<p>Art. 386. Ao aprendiz é garantido, preservada a condição mais benéfica:</p> <p>I - o salário mínimo hora, considerado para tal fim o valor do salário mínimo nacional;</p> <p>II - o salário mínimo regional fixado em lei, para os Estados que adotam o piso regional; ou</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	III - o piso da categoria previsto em instrumento normativo, quando houver previsão expressa de aplicabilidade ao aprendiz.	
	Parágrafo único. O aprendiz maior de dezoito anos que labore em ambiente insalubre ou perigoso ou cuja jornada seja cumprida em horário noturno faz jus ao recebimento dos respectivos adicionais.	
	Art. 387. É assegurado à aprendiz gestante o direito à estabilidade provisória prevista na alínea "b" do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição.	
	§ 1º Durante o período da licença maternidade, a aprendiz se afastará de suas atividades, sendo-lhe garantido o retorno ao mesmo curso de aprendizagem, caso ainda esteja em andamento, devendo a entidade qualificadora certificar a aprendiz pelos módulos que concluir com aproveitamento.	
	§ 2º Na hipótese do contrato de aprendizagem alcançar o seu termo final durante o período de estabilidade, deverá o estabelecimento contratante promover um	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	aditivo ao contrato, prorrogando-o até o último dia do período da estabilidade, ainda que tal medida resulte em contrato superior a dois anos ou mesmo que a aprendiz alcance vinte e quatro anos.	
	§ 3º Na situação prevista no § 2º, devem permanecer inalterados todos os pressupostos do contrato inicial, inclusive jornada de trabalho, horário de trabalho, função, salário e recolhimentos dos respectivos encargos, mantendo a aprendiz exclusivamente em atividades práticas.	
	§ 4º As regras previstas no caput e nos §§ 1º a 3º deste artigo se aplicam também à estabilidade acidentária, prevista no art. 118 da Lei nº 8.213, de 1991.	
	Art. 388. As regras previstas no art. 472 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT para afastamento em razão de serviço militar obrigatório ou outro encargo público se aplicam aos contratos de aprendizagem.	
	Parágrafo único. Para que o período de afastamento dos casos descritos no <i>caput</i> não seja computado, é necessário haver acordo prévio entre todas as partes	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	interessadas, incluindo a entidade qualificadora, que deverá elaborar um cronograma de reposição de atividades referente a tal período.	
	Art. 389. Não é permitido que o aprendiz participe de eleição para dirigente sindical, nem para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes de trabalho, por serem encargos incompatíveis com o contrato de aprendizagem.	
	Art. 390. A duração da jornada de trabalho do aprendiz não excederá seis horas diárias, durante a qual poderão ser desenvolvidas atividades teóricas e práticas ou apenas uma delas, nos limites dos parâmetros estabelecidos no curso de aprendizagem.	
	§ 1º Para os aprendizes que completaram o ensino fundamental, é permitida a jornada de até oito horas diárias, desde que nela sejam incluídas atividades teóricas, na proporção prevista no contrato e no curso de aprendizagem, devendo ser computado na jornada o tempo de deslocamento entre os locais da teoria e da prática.	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 2º Ao aprendiz são vedadas, em qualquer caso, a prorrogação e a compensação da jornada de trabalho, não se aplicando as hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 413 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT.</p>	
	<p>§ 3º A fixação do horário de trabalho do aprendiz deverá ser feita em conjunto pelo estabelecimento e a entidade qualificadora, com respeito à carga horária estabelecida no curso de aprendizagem e ao horário escolar.</p>	
	<p>§ 4º As atividades devem ser desenvolvidas em horário que não prejudique a frequência à escola do aprendiz com idade inferior a dezoito anos, nos termos do art. 427 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT e do inciso III do art. 63 da Lei nº 8.069, de 1990.</p>	
	<p>Art. 391. A fixação da jornada de trabalho do aprendiz deverá ser feita pelo estabelecimento cumpridor da cota de aprendizagem em conjunto com a entidade qualificadora, com respeito à carga horária estabelecida no curso de aprendizagem e ao horário escolar, se for o caso.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>§ 1º A jornada de trabalho e os dias de descanso devem estar especificados no contrato de aprendizagem e previstos no calendário, bem como observar as diretrizes e limites estabelecidos em legislação específica para os trabalhadores das ocupações de referência do respectivo contrato de aprendizagem, sendo proibidas, em qualquer caso, a prorrogação e a compensação da jornada de trabalho.</p>	
	<p>§ 2º Aos aprendizes são vedadas horas extras, banco de horas e trabalho aos feriados.</p>	
	<p>Art. 392. Ao elaborar os cursos de aprendizagem, as entidades qualificadoras devem observar as proibições de trabalho aos menores de dezoito anos nas atividades descritas na Lista TIP, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 2008, especialmente nas definições de faixa etária do público, na previsão de elisão dos riscos que possam comprometer a saúde, a segurança e a moral dos adolescentes ou na previsão de execução das atividades práticas em ambiente simulado.</p>	
	<p>Art. 393. A formação profissional deverá ser inteiramente gratuita para o aprendiz, sendo vedada a cobrança de matrícula, mensalidades, material didático,</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	uniforme ou ônus de qualquer natureza, inclusive para o aprendiz matriculado em cursos da educação profissional técnica de nível médio ou do itinerário da formação técnica e profissional do ensino médio, durante o período de vigência do contrato de aprendizagem profissional.	
	Art. 394. Os contratos de aprendizagem efetuados com base em cursos validados até a entrada em vigência deste Capítulo serão executados até o seu término sem necessidade de adequação às novas regras previstas nesta Portaria	
	Art. 395. Os cursos validados até a entrada em vigência deste Capítulo poderão ser executados até a data final do seu prazo de validade	
	Art. 396. As unidades sem CNPJ das entidades qualificadoras, que se habilitaram no CNAP utilizando a inscrição no CNPJ da matriz ou filial, deverão se inscrever no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, sob pena de suspensão da entidade.	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às unidades vinculadas às escolas técnicas de educação públicas.	
	Art. 397. A Subsecretaria de Capital Humano atualizará o CONAP vigente com as disposições deste Capítulo.	
<p align="center">"CAPÍTULO XVIII-A</p> <p align="center">DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL - QUALIFICA BRASIL</p> <p>Art. 397-A. Este Capítulo dispõe sobre a execução de modalidade denominada qualificação presencial no âmbito do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL, de que trata a Resolução do CODEFAT nº 907, de 26 de maio de 2021.</p>		Estabelece a execução do Programa de Qualificação Social e Profissional.
<p align="center">Seção I</p> <p align="center">Da qualificação presencial</p> <p>Art. 397-B. Para fins deste Capítulo, a qualificação presencial consiste na execução de cursos de qualificação social e profissional dos trabalhadores, de forma a assegurar progressivo alinhamento e</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>articulação entre a demanda do mercado de trabalho e oferta de cursos, em observância aos princípios e objetivos do QUALIFICA BRASIL.</p>		
<p style="text-align: center;">Seção II</p> <p style="text-align: center;">Dos entes participantes</p> <p>Art. 397-C. As parcerias para execução da modalidade serão formalizadas mediante a celebração de contratos, convênios, termos de colaboração, termos de fomento, termos de execução descentralizada, contratos de impacto social, transferência automáticas entre os fundos do trabalho e outros instrumentos pertinentes, à luz da legislação vigente, da Resolução do CODEFAT nº 907, de 2021, das demais decisões emanadas do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e de normas operacionais ou de execução aplicáveis à matéria.</p>		
<p>§ 1º Poderão atuar na execução do programa os estados, o Distrito Federal, os municípios, os consórcios de municípios, as organizações governamentais e intergovernamentais, e as pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos.</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>§ 2º A qualificação presencial poderá ser executada:</p> <p>I - diretamente pelo Ministério do Trabalho e Previdência, por meio de contratos com instituições privadas que desenvolvam atividades afins com o objeto do programa, independentemente de terem finalidade lucrativa;</p> <p>II - diretamente, por meio de termos de colaboração e termos de fomento com instituições privadas sem fins lucrativos que desenvolvam atividades afins com o objeto do programa;</p> <p>III - indiretamente, por meio de transferências automáticas entre os fundos do trabalho com as secretarias estaduais, do Distrito Federal e municipais de trabalho, ou equivalentes, e com os consórcios de municípios, observadas as disposições da Resolução do CODEFAT nº 905, de 26 de maio de 2021; e</p> <p>IV - indiretamente, por meio de termos de execução descentralizada com órgãos da União.</p>		
<p>§ 3º A celebração de instrumentos para a promoção da qualificação presencial com estados, Distrito Federal ou municípios ficará condicionada à utilização, pelos entes, do Portal Emprega Brasil, do aplicativo "Sine</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
Fácil" e de demais soluções disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência		
<p>§ 4º Para executar ações de qualificação no âmbito do QUALIFICA BRASIL, os entes parceiros poderão implementar ou integrar instrumentos jurídicos com vistas à consecução de contrato de impacto social e deverão, no caso de execução direta, possuir como atividade principal o desenvolvimento de ações de qualificação ou educação e dispor de estrutura física, estrutura pedagógica e corpo técnico adequados aos objetivos do programa.</p>		
<p>§ 5º Nos termos da Resolução do CODEFAT nº 907, de 2021, contrato de impacto social é todo acordo de vontades formalizado por instrumento jurídico específico, por meio do qual uma ou mais entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, se comprometem a atingir determinadas metas de interesse público, mediante o pagamento de contraprestação do poder público, condicionada à verificação, por agente independente, do atingimento dos objetivos.</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p style="text-align: center;">Seção III</p> <p style="text-align: center;">Dos públicos prioritários</p> <p>Art. 397-D. A qualificação presencial deverá ser direcionada prioritariamente para os seguintes públicos:</p> <p>I - beneficiários do seguro-desemprego;</p> <p>II - trabalhadores desempregados cadastrados no banco de dados do Sistema Nacional de Emprego - SINE;</p> <p>III - trabalhadores empregados e desempregados afetados por processo de modernização tecnológica, choques comerciais ou outras formas de reestruturação econômica produtiva;</p> <p>IV - beneficiários de políticas de inclusão social e de políticas de integração e desenvolvimento regional e local;</p> <p>V - internos e egressos do sistema prisional e de medidas socioeducativas;</p> <p>VI - trabalhadores resgatados de regime de trabalho forçado ou reduzido à condição análoga à de escravo;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>VII - familiares de egressos do trabalho infantil;</p> <p>VIII - trabalhadores de setores considerados estratégicos da economia, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de trabalho, emprego e renda;</p> <p>IX - trabalhadores cooperativados, em condição associativa ou autogestionada, e empreendedores individuais;</p> <p>X - trabalhadores rurais;</p> <p>XI - pescadores artesanais;</p> <p>XII - aprendizes;</p> <p>XIII - estagiários;</p> <p>XIV - pessoas com deficiências; e</p> <p>XV - idosos.</p>		
<p>Parágrafo único. Somente poderão ser beneficiários das ações de qualificação social e profissional do QUALIFICA BRASIL aqueles inscritos no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Art. 397-E. No âmbito das ações na modalidade de qualificação presencial será obrigatória a destinação de dez por cento das vagas para atendimento a pessoas com deficiências e, cumulativamente, para atendimento a idosos.</p>		
<p>§ 1º O tipo de deficiência do trabalhador beneficiário deverá ser indicado no sistema de gestão disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência.</p>		
<p>§ 2º Verificada adesão de beneficiários dos públicos de que trata o caput abaixo do percentual estabelecido e comprovado o emprego de meios razoáveis para sua mobilização, é autorizado o preenchimento das vagas remanescentes por beneficiários dos demais públicos previstos no projeto.</p>		
<p>§ 3º Os segurados da Previdência Social em processo de reabilitação profissional poderão ser incluídos nas vagas de que trata o caput, cumpridas as disposições do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e suas regulamentações.</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Art. 397-F. No atendimento à pessoa com deficiência, deverão ser observados:</p> <p>I - as disposições do Decreto nº 3.298, de 1999, e suas regulamentações;</p> <p>II - as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, que tratem da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências e edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos; e</p> <p>III - as disposições da legislação brasileira relativas à inclusão da pessoa com deficiência.</p>		
<p style="text-align: center;">Seção IV</p> <p style="text-align: center;">Dos conteúdos programáticos e da carga horária</p> <p>Art. 397-G. A carga horária das ações será baseada nas referências contidas neste Capítulo e observará os seguintes parâmetros:</p> <p>I - hora/aula de sessenta minutos;</p> <p>II - mínimo de vinte horas/aula de conteúdos básicos; e</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>III - mínimo de trinta por cento da carga horária de formação profissional voltada para a prática profissional.</p>		
<p>Parágrafo único. A prática profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações, entre outras.</p>		
<p>Art. 397-H. A definição quanto aos conteúdos deverá basear-se na CBO ou nas competências e habilidades requeridas pelo mundo do trabalho.</p>		
<p>§ 1º Os conteúdos de formação profissional deverão tratar dos processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais e equipamentos relacionados ao desenvolvimento da profissão.</p>		
<p>§ 2º Complementarmente, poderão ser ministrados conteúdos relacionados ao empreendedorismo,</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
gestão, autogestão, associativismo, cooperativismo, melhoria da produtividade.		
<p>Art. 397-I. A organização dos cursos tomará como base, preferencialmente:</p> <p>I - eixos tecnológicos, tendo como referência as atividades humanas e o desenvolvimento científico e tecnológico;</p> <p>II - itinerários formativos, entendidos como possibilidades de percurso que compõem a formação em educação profissional e tecnológica, de maneira a que se possibilite o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos; ou</p> <p>III - arcos ocupacionais, entendidos como conjuntos de ocupações relacionadas, dotadas de base sócio-técnica comum, com vistas a garantir uma formação mais ampla e aumentando as possibilidades de inserção ocupacional.</p> <p>Art. 397-J. Os cursos ministrados no âmbito da qualificação presencial deverão contemplar carga horária mínima de vinte horas para conteúdos básicos compreendendo, pelo menos, os seguintes temas:</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>I - comunicação oral e escrita, leitura e compreensão de textos;</p> <p>II - raciocínio lógico-matemático;</p> <p>III - saúde e segurança no trabalho;</p> <p>IV - direitos humanos, sociais e trabalhistas;</p> <p>V - relações interpessoais no trabalho;</p> <p>VI - orientação profissional; e</p> <p>VII - responsabilidade sócio-ambiental.</p>		
<p style="text-align: center;">Seção V</p> <p>Dos elementos dos projetos e dos itens de despesa</p> <p>Art. 397-K. Sem prejuízo das exigências e informações requeridas nos respectivos instrumentos de celebração, deverá a proposta técnica de execução de ações no âmbito da qualificação presencial conter, no mínimo, os seguintes elementos:</p> <p>I - descrição completa do objeto a ser executado;</p> <p>II - estimativa de recursos financeiros;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>III - previsão de prazo para execução;</p> <p>IV - cronograma de execução, detalhando etapas e prazos;</p> <p>V - cronograma de desembolso/pagamento;</p> <p>VI - meta total de público a ser qualificado;</p> <p>VII - matriz de demanda informando, por município, a meta para cada curso, com o código da CBO correspondente, quando aplicável;</p> <p>VIII - distribuição da meta por público, quando aplicável;</p> <p>IX - distribuição da meta por município, quando aplicável; e</p> <p>X - matriz de custos detalhados.</p>		
<p>Parágrafo único. A proposta técnica deverá ser elaborada com base no Mapeamento das Demandas de Qualificação Social e Profissional - MDQSP, de que trata o art. 21 da Resolução do CODEFAT nº 907, de 2021.</p>		
<p>Seção VI</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Do material didático e demais itens de apoio</p> <p>Art. 397-L. Será obrigatório o provimento aos educandos de material didático e auxílio transporte, e, quando aplicável, alimentação e equipamentos de proteção individual - EPI.</p>		
<p>Art. 397-M. O material didático, constituído de livros ou apostilas, impressos ou eletrônicos, deverá ser entregue ou enviado aos educandos no primeiro dia de curso.</p>		
<p>Parágrafo único. O material didático deverá ser identificado com a logomarca do Ministério do Trabalho e Previdência.</p>		
<p>Art. 397-N. Deverão ser disponibilizados, aos educandos e aos instrutores, equipamentos de proteção individual nos cursos que exijam sua utilização, nos termos da legislação vigente, os quais deverão ser adequados ao risco da ocupação e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos envolvidos.		
Art. 397-O. Todo o material didático deverá ser doado aos educandos.		
<p style="text-align: center;">Seção VII</p> <p style="text-align: center;">Dos benefícios aos educandos</p> <p>Art. 397-P. Nos cursos com carga horária diária de até quatro horas, será facultado o fornecimento de lanche ou refeição aos educandos.</p>		
<p>§ 1º Nos cursos com carga horária diária entre quatro e seis horas, inclusive, será obrigatório o fornecimento de lanche ou refeição.</p>		
<p>§ 2º Nos cursos com carga horária diária maior que seis horas, será obrigatório o fornecimento de lanche e refeição.</p>		
<p>Art. 397-Q. Será obrigatório o provimento de auxílio transporte aos educandos até o local dos cursos.</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>§ 1º Serão considerados como auxílio transporte:</p> <p>I - o vale transporte;</p> <p>II - a contratação de empresa de transporte, desde que os valores sejam compatíveis com o valor orçado para o provimento do vale transporte; e</p> <p>III - convênios ou acordos com órgãos municipais ou estaduais para o deslocamento dos alunos, desde que, não haja ônus para o instrumento celebrado com a União.</p>		
<p>§ 2º No caso em que o educando não necessite do auxílio transporte, será facultado ao educando dispensar o benefício, mediante assinatura de declaração de dispensa.</p>		
<p>Art. 397-R. Será obrigatória a disponibilização aos educandos de certificado de conclusão do curso, conforme modelo no sistema de gestão e informação disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência.</p>		
<p>§ 1º O não fornecimento do certificado ao educando implicará a glosa ou a restituição, conforme o caso, de</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
dez por cento dos recursos equivalentes ao custo aluno dos educandos que não receberem os certificados.		
§ 2º O certificado também ficará disponível no cadastro do trabalhador nos postos de atendimento do SINE.		
Art. 397-S. O descumprimento de qualquer das obrigações relacionadas nos arts. 397-L a 397-R sujeitará a entidade executora à glosa ou restituição de recursos repassados, conforme o caso, equivalentes ao descumprimento apurado, sem prejuízo da aplicação de outros dispositivos cabíveis.		
Art. 397-T. Em todos os casos é vedado o pagamento aos educandos em pecúnia.		
<p style="text-align: center;">Seção VIII</p> <p style="text-align: center;">Do cronograma de execução</p> <p>Art. 397-U. Quando da celebração do instrumento de que trata o art. 397-C, os entes executores deverão apresentar cronograma de execução observando a adequação ao cronograma de pagamento e o prazo final de execução da parceria.</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Parágrafo único. O cronograma de execução deverá discriminar as etapas, com o detalhamento das atividades com os respectivos prazos de execução.</p>		
<p>Art. 397-V. Os entes executores informarão em sistema de gestão e informação disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência os dados relativos às turmas, com, no mínimo, quinze dias corridos de antecedência em relação à data fixada para o início dos cursos.</p>		
<p>§ 1º Qualquer alteração na programação das turmas deverá ser comunicada ao Ministério do Trabalho e Previdência com antecedência mínima de cinco dias corridos da data de início anteriormente informada.</p>		
<p>§ 2º A inobservância injustificada dos prazos que tratam este artigo poderá acarretar a suspensão das ações e a obrigatoriedade de reprogramação do início das turmas.</p>		
<p style="text-align: center;">Seção IX</p> <p>Dos registros em sistema de gestão e informação</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Art. 397-W. As ações de qualificação deverão ser registradas no sistema de gestão e informação disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência, visando ao controle e à gestão da execução.</p>		
<p>§ 1º Será obrigatório aos entes parceiros inserir as informações e registros no sistema de gestão e informação disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência concomitantemente à realização das atividades previstas.</p>		
<p>§ 2º Os eventos relativos à execução, quais sejam, entrega de material didático e controle de frequência dos educandos, deverão ser devidamente alimentados no sistema de gestão e informação disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência em até quinze dias corridos, contados de sua ocorrência, ou quando for solicitado pela área técnica de supervisão.</p>		
<p>§ 3º Os educandos deverão validar, ao final do curso, a alimentação do sistema de gestão e informação disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência mediante assinatura de relatório físico</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
comprobatório, que deverá ser mantido pelo ente executor para fins de fiscalização.		
<p>§ 4º Caso encontre alguma inconsistência no relatório comprobatório, o educando deverá informá-la de próprio punho, em campo destinado para essa finalidade, para a devida correção da informação no sistema de gestão e informação disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência, a qual deverá ser imediatamente efetuada pelo responsável.</p>		
<p>§ 5º Em caso de indisponibilidade de sistema de gestão e informação, o Ministério do Trabalho e Previdência proverá meios alternativos suficientes ao controle e à gestão da execução das ações pactuadas.</p>		
<p>§ 6º A inobservância das obrigações quanto ao registro de que trata este artigo implicará sanções e poderá acarretar a invalidação da execução caso reste inviabilizado o regular acompanhamento das ações de qualificação pelo Ministério do Trabalho e Previdência.</p>		
<p>Art. 397-W. Eventuais problemas no sistema de gestão e informação disponibilizado pelo Ministério do</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Trabalho e Previdência, que impeçam o cumprimento das obrigações a ele relativas, deverão ser comunicados de imediato ao Ministério do Trabalho e Previdência para orientação quanto às providências cabíveis</p>		
<p>Art. 397-X. O material didático deverá ser disponibilizado aos educandos no primeiro dia de curso e os equipamentos de proteção individual, quando houver, deverão ser entregues no dia em que se iniciarem as práticas profissionais.</p>		
<p>Art. 397-Y. Os controles relativos à disponibilização de alimentação, à concessão de auxílio transporte e à frequência dos educandos serão feitos diariamente, pelo professor ou por profissional de apoio, nos dois primeiros casos, e exclusivamente pelo professor, no último caso.</p>		
<p>Art. 397-Z. As listas comprobatórias assinadas pelos educandos e os registros no sistema de gestão e informação ou em meio alternativo, se for o caso, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
Previdência, serão utilizados para comprovação da execução das ações pactuadas.		
<p style="text-align: center;">Seção X</p> <p style="text-align: center;">Do controle de qualidade</p> <p>Art. 397-AA. Como forma de fomentar o controle de qualidade das ações por seus próprios beneficiários, os entes executores disponibilizarão aos educandos, no primeiro dia de aula, ou em seu ingresso no curso, informativo contendo todas as obrigações, bem como todos os benefícios e materiais a que ele faz jus.</p>		
<p style="text-align: center;">Seção XI</p> <p style="text-align: center;">Da evasão</p> <p>Art. 397-AB. Ao término da execução do objeto da parceria, será efetuado o cálculo da taxa de evasão.</p>		
<p>§ 1º A taxa de evasão será obtida aplicando-se a seguinte equação: [Total de educandos inscritos (até o limite da meta) - Total de educandos concluintes (até o limite da meta)] X 100/Total de educandos inscritos (até o limite da meta).</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>§ 2º A taxa de evasão até o limite de vinte por cento será considerada franqueada e não ensejará glosa ou restituição de recursos.</p>		
<p>§ 3º A taxa de evasão superior a vinte por cento ensejará a glosa ou a restituição de recursos correspondentes a cinquenta por cento do custo aluno pactuado relativo a cada educando evadido acima do limite definido no § 2º.</p>		
<p>§ 4º Somente serão admitidas, como justificativa para evasão acima de vinte por cento, as seguintes situações, desde que ocorridas no período de duração do curso e devidamente comprovadas:</p> <p>I - admissão do educando como empregado no mercado de trabalho formal;</p> <p>II - óbito do educando; e</p> <p>III - situação de calamidade ou emergência na localidade.</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>§ 5º Para caracterizar a situação de calamidade ou emergência, o ente parceiro deverá encaminhar o Decreto Municipal de Emergência e demais comprovações pertinentes.</p>		
<p>§ 6º Para comprovação de óbito deverá o cadastro do trabalhador ser desativado no sistema com esta justificativa.</p>		
<p>§ 7º Será admitido o abono de faltas dos educandos até o limite de dez por cento da carga horária total do curso, nos seguintes casos:</p> <p>I - doença, devidamente comprovada por atestado médico; e</p> <p>II - participação em entrevista de emprego, comprovada por declaração da empresa promotora.</p>		
<p>Art. 397-AC. Será considerado como concluinte o educando que atingir setenta e cinco por cento de frequência em relação à carga horária total do curso.</p>		
<p>Seção XII</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p align="center">Da glosa e da restituição de recursos</p> <p>Art. 397-AD. A entidade executora ficará sujeita à glosa ou à restituição de recursos, com os devidos acréscimos legais, nas situações previstas nos respectivos normativos aplicados aos instrumentos pactuados, e ainda nas seguintes situações:</p> <p>I - inexecução total ou parcial das ações pactuadas;</p> <p>II - descumprimento da meta total pactuada;</p> <p>III - descumprimento da meta pactuada por público, quando aplicável, caso em que a execução acima da meta para um público não será aceita como justificativa para o descumprimento da meta de outro público;</p> <p>IV - não atingimento da meta pactuada por município, quando aplicável, caso em que a execução acima da meta para um município não será aceita como justificativa para o descumprimento da meta de outro município;</p> <p>V - não saneamento de irregularidades na execução das ações dentro do prazo concedido, conforme os normativos aplicáveis à matéria;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>VI - não comprovação da execução nos termos aprovados;</p> <p>VII - realização de despesas não previstas ou não autorizadas, quando aplicável;</p> <p>VIII - não comprovação da aplicação dos recursos da contrapartida, quando for o caso;</p> <p>IX - evasão de educandos, nos termos do art. 397-AB;</p> <p>X - descumprimento da meta mínima para atendimento a pessoas com deficiência, salvo no caso disposto § 2º do art. 397-E;</p> <p>XI - não comprovação da execução por meio do sistema de gestão e informação disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência;</p> <p>XII - descumprimento de carga horária prevista em cada curso;</p> <p>XIII - descumprimento da carga horária de conteúdos básicos;</p> <p>XIV - descumprimento da carga horária de conteúdos específicos, quando aplicável;</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>XV - descumprimento da carga horária mínima destinada à prática profissional;</p> <p>XVI - cursos executados sem considerar o Mapeamento de Demandas de Qualificação Social e Profissional, de que trata o art. 21 da Resolução do CODEFAT nº 907, de 2021;</p> <p>XVII - não disponibilização de material didático, auxílio transporte, e, quando aplicável, auxílio alimentação e equipamentos de proteção individual; e</p> <p>XVIII - outras impropriedades que venham a ser apuradas na execução das ações.</p>		
<p>§ 1º O montante a ser devolvido em cada caso será calculado com base no detalhamento de despesas por aluno pactuado em cada instrumento.</p>		
<p>§ 2º Para efeitos de glosa e restituição de recursos, o custo aluno de referência será o pactuado em cada instrumento.</p>		
<p>§ 3º As disposições deste artigo não se aplicam às ações de qualificação social e profissional realizadas por meio</p>		

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
de transferências automáticas entre fundos, de que trata a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018." (NR)		
	<p style="text-align: center;">CAPÍTULO XIX</p> <p style="text-align: center;">DISPOSIÇÕES FINAIS</p> <p>Art. 398. O empregador poderá utilizar controle único e centralizado dos documentos sujeitos à inspeção do trabalho, à exceção do registro de empregados, do registro de horário de trabalho e de outros documentos estabelecidos em normas específicas, que deverão permanecer em cada estabelecimento.</p>	
	<p>Parágrafo único. A exibição dos documentos passíveis de centralização deverá ser feita no prazo de dois a oito dias, a critério do Auditor-Fiscal do Trabalho</p>	
	<p>Art. 399. Ficam anuladas as seguintes portarias:</p> <p>I - Portaria MTE nº 329, de 14 de agosto de 2002;</p> <p>II - Portaria MTE nº 230, de 21 de maio de 2004; e</p> <p>III - Portaria MTb nº 937, de 7 de novembro de 2018.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 400. Ficam revogados os seguintes atos normativos:</p> <p>I - Portaria MTPS nº 417, de 10 de junho de 1966;</p> <p>II - Portaria MTb nº 3.158, de 18 de maio de 1971;</p> <p>III - Portaria MTb nº 3.405, de 25 de outubro de 1978;</p> <p>IV - Portaria MTb nº 3.406, de 25 de outubro de 1978;</p> <p>V - Portaria MTb nº 3.006, de 7 de janeiro de 1982;</p> <p>VI - Portaria MTB nº 3.296, de 3 de novembro de 1986;</p> <p>VII - Portaria SES nº 2, de 3 de abril de 1987;</p> <p>VIII - Portaria MTb nº 3.097, de 17 de maio de 1988;</p> <p>IX - Portaria MTb nº 3.122, de 05 de julho de 1988;</p> <p>X - Portaria Interministerial MTb/MS nº 3.257, de 22 de setembro de 1988;</p> <p>XI - Portaria MTE nº 3.302, DE 11 de novembro de 1988;</p> <p>XII - Portaria MTb nº 3.275, de 21 de setembro de 1989;</p> <p>XIII - Portaria MTPS nº 3.626, de 13 de novembro de 1991;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>XIV - Portaria MTB nº 384, de 19 de junho de 1992;</p> <p>XV - Portaria MTb nº 402, de 28 de abril de 1995;</p> <p>XVI - Portaria MTb nº 817, de 30 de agosto de 1995;</p> <p>XVII - Portaria MTb nº 1.061, de 1 de novembro de 1996;</p> <p>XVIII - Portaria MTb nº 44, de 16 de janeiro de 1997;</p> <p>XIX - Portaria MTb nº 670, de 20 de agosto de 1997;</p> <p>XX - Portaria MTE nº 1.964, de 1 de dezembro de 1999;</p> <p>XXI- Portaria Interministerial MTE/MJ nº 12, de 21 de fevereiro de 2001;</p> <p>XXII - Portaria MTE nº 397, de 9 de outubro de 2002;</p> <p>XXIII - Portaria MTE nº 451, de 8 de novembro de 2002;</p> <p>XXIV - Portaria MTE nº 1.153, de 13 de outubro de 2003;</p> <p>XXV - Portaria MTE nº 105, de 18 de março de 2004;</p> <p>XXVI - Portaria MTE nº 243, de 25 de maio de 2004;</p> <p>XXVII - Instrução Normativa SRT nº 1, de 18 de janeiro de 2005;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>XXVIII - Portaria MTE nº 393, de 15 de agosto de 2005;</p> <p>XXIX - Portaria MTE nº 486, de 18 de novembro de 2005;</p> <p>XXX - Portaria MTE nº 488, de 23 de novembro de 2005;</p> <p>XXXI - Instrução Normativa SRT nº 2, de 1º de dezembro de 2005;</p> <p>XXXII - Portaria MTE nº 21, de 9 de março de 2006;</p> <p>XXXIII - Instrução Normativa SRT nº 3, de 03 de abril de 2006;</p> <p>XXXIV - Instrução Normativa SRT nº 4, de 12 de dezembro de 2006;</p> <p>XXXV - Portaria MTE nº 41, de 28 de março de 2007;</p> <p>XXXVI - Instrução Normativa SRT nº 5, de 18 de julho de 2007;</p> <p>XXXVII - Portaria MTE nº 412, de 20 de setembro de 2007;</p> <p>XXXVIII - Portaria MTE nº 616, de 13 de dezembro de 2007;</p> <p>XXXIX - Portaria MTE nº 210, de 29 de abril de 2008;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>XL - Portaria MTE nº 262, de 29 de maio de 2008;</p> <p>XLI - Instrução Normativa SRT nº 8, de 22 de julho de 2008;</p> <p>XLII - Instrução Normativa SRT nº 9, de 09 de agosto de 2008;</p> <p>XLIII - Instrução Normativa SRT nº 10, de 27 de fevereiro de 2009;</p> <p>XLIV - Portaria MTE nº 1.232, de 22 de julho de 2009;</p> <p>XLV - Instrução Normativa nº 12, de 5 de agosto de 2009;</p> <p>XLVI - Portaria MTE nº 1.510, de 21 de agosto de 2009;</p> <p>XLVII - Portaria MTE nº 1.535, de 21 de agosto de 2009;</p> <p>XLVIII - Portaria MTE nº 1.715, de 21 de setembro de 2009;</p> <p>XLIX - Portaria MTE nº 2.233, de 17 de novembro de 2009;</p> <p>L - Instrução Normativa SRT nº 13, de 17 de novembro de 2009;</p> <p>LI - Portaria SRT nº 6, de 26 de janeiro de 2010;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>LII - Portaria MTE nº 351, de 02 de março de 2010;</p> <p>LIII - Portaria MTE nº 982, de 5 de maio de 2010;</p> <p>LIV - Portaria MTE nº 1.001, de 06 de maio de 2010;</p> <p>LV- Portaria MTE nº 1.095, de 19 de maio de 2010;</p> <p>LVI - Portaria MTE nº 1.246, de 28 de maio de 2010;</p> <p>LVII - Portaria MTE nº 1.554, de 30 de junho de 2010;</p> <p>LVIII - Portaria MTE nº 1.474, de 29 de junho 2010;</p> <p>LIX - Portaria MTE nº 1.621, de 14 de julho de 2010;</p> <p>LX - Instrução Normativa SRT nº 15, de 14 de julho de 2010;</p> <p>LXI - Portaria MTE nº 1.987, de 18 de agosto de 2010;</p> <p>LXII - Portaria MTE nº 373, de 25 de fevereiro de 2011;</p> <p>LXIII - Portaria MTE nº 239, de 09 de fevereiro de 2011;</p> <p>LXIV - Portaria MTE nº 420, de 10 de março de 2011;</p> <p>LXV - Portaria MTE nº 793, de 27 de abril de 2011;</p> <p>LXVI - Portaria MTE nº 1.469, de 21 de julho de 2011;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>LXVII - Portaria MTE nº 1.752, de 31 de agosto de 2011;</p> <p>LXVIII - Portaria MTE nº 1.959, de 29 de setembro de 2011;</p> <p>LXIX - Portaria MTE nº 1.979, de 30 de setembro de 2011;</p> <p>LXX - Portaria MTE nº 2.685, de 26 de dezembro de 2011;</p> <p>LXXI - Portaria MTE nº 2.686, de 27 de dezembro de 2011;</p> <p>LXXII - Portaria MTE nº 594, de 5 de abril de 2012;</p> <p>LXXIII - Portaria MTE nº 723, de 23 de abril de 2012;</p> <p>LXXIV - Portaria MTE nº 832, de 6 de junho de 2012;</p> <p>LXXV - Portaria MTE nº 1.057, de 06 de julho de 2012;</p> <p>LXXVI - Portaria MTE nº 1.339, de 15 de agosto de 2012;</p> <p>LXXVII - Portaria MTE nº 1.343, de 22 de agosto de 2012;</p> <p>LXXVIII - Portaria MTE nº 1.641, de 10 de outubro de 2012;</p> <p>LXXIX - Portaria MTE nº 1.815, de 31 de outubro de 2012;</p> <p>LXXX - Portaria MTE nº 1.967, de 30 de novembro de 2012;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>LXXXI - Portaria MTE nº 369, de 13 de março de 2013;</p> <p>LXXXII - Portaria Interministerial SG/MTE nº 2, de 9 de maio de 2013;</p> <p>LXXXIII - Portaria MTE nº 651, de 14 de maio de 2013;</p> <p>LXXXIV - Portaria MTE nº 762, de 04 de junho de 2013;</p> <p>LXXXV - Portaria MTE nº 763, de 04 de junho de 2013;</p> <p>LXXXVI - Portaria MTE nº 764, de 04 de junho de 2013;</p> <p>LXXXVII - Portaria MTE nº 855, de 14 de junho de 2013;</p> <p>LXXXVIII - Portaria MTE nº 857, de 17 de junho de 2013;</p> <p>LXXXIX - Portaria MTE nº 1.005, de 1 de julho de 2013;</p> <p>XC - Instrução Normativa SRT nº 16, de 15 de outubro de 2013;</p> <p>XCI - Instrução Normativa SRT nº 17, de 13 de novembro de 2013;</p> <p>XCII - Portaria MTE nº 1.884, de 28 de novembro de 2013;</p> <p>XCIII - Portaria MTE nº 1.964, de 11 de dezembro de 2013;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>XCIV - Portaria Interministerial MTE/MEC nº 17, de 17 de dezembro de 2013;</p> <p>XCV - Portaria MTE nº 186, de 29 de janeiro de 2014;</p> <p>XCVI - Portaria MTE nº 234, de 17 de fevereiro de 2014;</p> <p>XCVII - Portaria MTE nº 272, de 20 de fevereiro de 2014;</p> <p>XCVIII - Portaria Interministerial MTE/SG/PR nº 2, de 02 de abril de 2014;</p> <p>XCIX - Portaria MTE nº 768, de 28 de maio de 2014;</p> <p>C - Portaria MTE nº 789, de 2 de junho de 2014;</p> <p>CI - Portaria MTE nº 796, de 04 de junho de 2014;</p> <p>CII - Portaria MTE nº 1.129, de 23 de julho de 2014;</p> <p>CIII - Instrução Normativa SRT nº 18, de 7 de novembro de 2014;</p> <p>CIV - Portaria MTE nº 1.927, de 10 de dezembro de 2014;</p> <p>CV - Portaria SPPE nº 3, de 26 de janeiro de 2015;</p> <p>CVI - Portaria MTE nº 509, de 17 de abril de 2015;</p> <p>CVII - Portaria MTE nº 702, de 28 de maio de 2015;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>CVIII - Portaria MTE nº 709, de 28 de maio de 2015;</p> <p>CIX- Portaria MTE nº 751, de 10 de junho de 2015;</p> <p>CX - Portaria MTE nº 752, de 10 de junho de 2015;</p> <p>CXI - Portaria MTE nº 945, de 8 de julho de 2015;</p> <p>CXII - Portaria MTE nº 1.006, de 16 de julho de 2015;</p> <p>CXIII - Portaria MTE nº 1.013, de 21 de julho de 2015;</p> <p>CXIV - Instrução Normativa SRT nº 20, de 24 de julho de 2015;</p> <p>CXV - Portaria MTE nº 1.166, de 18 de agosto de 2015;</p> <p>CXVI - Portaria MTb 1.237, de 10 de setembro de 2015;</p> <p>CXVII - Portaria MTPS nº 21, 19 de outubro de 2015;</p> <p>CXVIII - Portaria Conjunta MTPS/MF nº 866, de 4 de novembro de 2015;</p> <p>CXIX - Portaria MTPS nº 89, de 22 de janeiro de 2016;</p> <p>CXX - Portaria MTE nº 242, de 8 de março de 2016;</p> <p>CXXI - Portaria Conjunta SPPE/SRT nº 1, de 02 de maio de 2016;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>CXXII - Portaria MTPS nº 521, de 4 de maio de 2016;</p> <p>CXXIII - Portaria SRT nº 22, de 9 de maio de 2016;</p> <p>CXXIV - Portaria MTPS nº 599, de 10 de maio de 2016;</p> <p>CXXV - Portaria Interministerial MF/MTE nº 417, de 7 de novembro de 2016;</p> <p>CXXVI - Portaria MTb nº 693, de 23 de maio de 2017;</p> <p>CXXVII - Portaria SPPE nº 153, de 20 de novembro de 2017;</p> <p>CXXVIII - Portaria SRT nº 28, de 27 de novembro de 2017;</p> <p>CXXIX - Portaria MTb nº 1.293, de 28 de dezembro de 2017;</p> <p>CXXX - Portaria MTb nº 33, de 17 de janeiro de 2018;</p> <p>CXXXI - Portaria MTb nº 79, de 31 de janeiro de 2018;</p> <p>CXXXII - Portaria MTb nº 139, de 28 de fevereiro de 2018;</p> <p>CXXXIII - Portaria MTb nº 272, de 19 de abril de 2018;</p> <p>CXXXIV - Portaria MTb nº 273, de 20 de abril de 2018;</p> <p>CXXXV - Portaria MTb nº 335, de 15 de maio de 2018;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>CXXXVI - Portaria MTb nº 349, de 23 de maio de 2018;</p> <p>CXXXVII - Portaria SPPE nº 85, de 18 de junho de 2018;</p> <p>CXXXVIII - Portaria MTB nº 496, de 4 de julho de 2018;</p> <p>CXXXIX - Portaria MTb nº 621, de 6 de agosto de 2018;</p> <p>CXL - Portaria MTb nº 634, de 9 de agosto de 2018;</p> <p>CXLI- Portaria MTb nº 656, de 22 de agosto de 2018;</p> <p>CXLII - Portaria MTb nº 713, de 4 de setembro de 2018;</p> <p>CXLIII - Portaria SPPE nº 193, de 24 de setembro de 2018;</p> <p>CXLIV - Portaria Interministerial MTb/MF/MS/MP nº 1, de 7 de dezembro de 2018;</p> <p>CXLV - Portaria SEPRT nº 211, de 11 de abril de 2019;</p> <p>CXLVI - Portaria SEPRT nº 604, de 18 de junho de 2019;</p> <p>CXLVII - Portaria SEPRT nº 917, de 30 de julho de 2019;</p> <p>CXLVIII - Portaria SEPRT nº 1.001, de 4 de setembro de 2019;</p> <p>CXLIX - Portaria SEPRT nº 1.065, de 23 de setembro de 2019;</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>CL - Portaria SEPRT Nº 1.127, de 14 de outubro de 2019;</p> <p>CLI - Portaria nº 1.195, de 30 de outubro de 2019;</p> <p>CLII - Portaria SEPRT nº 1.344, de 2 de dezembro de 2019;</p> <p>CLIII - Portaria SEPRT nº 1.409, de 16 de dezembro de 2019;</p> <p>CLIV - Portaria SEPRT nº 6.136, de 3 de março de 2020;</p> <p>CLV - Portaria SEPRT nº 6.137, de 3 de março de 2020;</p> <p>CLVI - Portaria SEPRT nº 11.503, de 7 de maio de 2020;</p> <p>CLVII - Portaria SEPRT nº 11.538, de 7 de maio de 2020;</p> <p>CLVIII - Portaria SEPRT nº 16.655, de 14 de julho de 2020;</p> <p>CLIX - Portaria SEPRT nº 17.593, de 24 de julho de 2020;</p> <p>CLX - Portaria SEPRT nº 19.809, de 24 de agosto de 2020;</p> <p>CLXI - Portaria SEPRT nº 24.445, de 1º de dezembro de 2020; e</p> <p>CLXII - Portaria SEPRT nº 396, de 11 de janeiro de 2021.</p>	

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
	<p>Art. 401. Esta Portaria entra em vigor:</p> <p>I - quanto à Seção IV do Capítulo V e ao Capítulo XVIII, em 10 de fevereiro de 2022;</p> <p>II - quanto aos demais dispositivos, em 10 de dezembro de 2021.</p>	
<p>Art. 2º Ficam revogadas as seguintes Portarias:</p>		
<p>I - Portaria SSMT nº 3, de 7 de fevereiro de 1979;</p>		<p>Altera a redação dos subitens 5.18 e 5.19 da NR 5.</p>
<p>II - Portaria MTb 3.021, de 25 de fevereiro de 1981;</p>		<p>Enquadra como avulsos, para fins de recolhimento do FGTS, os trabalhadores das indústrias de pescado do Rio Grande.</p>
<p>III - Portaria SIT nº 142, de 17 de novembro de 2005;</p>		<p>Inclui no "Ementário - Elementos para lavratura de autos de infração" as ementas referentes à Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura - NR 31.</p>
<p>IV - Portaria SIT nº 165, de 31 de maio de 2006;</p>		<p>Inclui no "Ementário - Elementos para lavratura de autos de infração" as ementas referentes à</p>

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
		Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário - NR nº 30.
V - Portaria SIT nº 167, de 31 de maio de 2006;		Inclui no "Ementário - Elementos para lavratura de autos de infração" as ementas referentes à Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde - NR nº 32.
VI - Portaria SIT nº 177, de 25 de setembro de 2006;		Inclui no "Ementário - Elementos para lavratura de autos de infração" as ementas referentes à Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário - NR 29.
VII - Portaria SIT nº 39, de 23 de fevereiro de 2008;		Inclui no "Ementário - Elementos para Lavratura de Autos de Infração" as ementas referentes à Norma Regulamentadora nº 33.
VIII - Portaria MTE nº 191, de 16 de abril de 2008;		Revoga as Normas Regulamentadoras Rurais - NRR.
IX - Portaria MTE nº 984, de 27 de novembro de 2008;		Dispõe sobre o Cadastro de Entidades Sindicais Especiais.
X - Portaria SIT nº 232, de 10 de junho de 2011;		Disponibiliza para consulta pública o texto técnico básico de criação de Norma Regulamentadora sobre Trabalho em Altura.

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
XI - Portaria SIT nº 273, de 17 de agosto de 2011;		Disponibiliza para consulta pública o texto técnico básico de criação da Norma Regulamentadora sobre Abate e Processamento de Carnes e Derivados.
XII - Portaria MTE nº 101, de 16 de janeiro de 2012;		Delega ao Inmetro atribuições de coordenação da elaboração do Regulamento Técnico da Qualidade e dos Requisitos de Avaliação da Conformidade dos Registradores Eletrônicos de Ponto - REP, mediante assessoria do TEM.
XIII - Portaria SIT nº 320, de 24 de maio de 2012;		Submete a Consulta Pública a proposta de alteração da Norma Regulamentadora nº 24.
XIV - Portaria MTE nº 1.056, de 6 de julho de 2012;		Disciplina a avaliação de conformidade de máquinas e componentes e dá outras providências.
XV - Portaria SIT nº 332, de 29 de agosto de 2012;		Divulga para Consulta Pública o Texto Técnico Básico de revisão da Norma Regulamentadora nº 15 - Atividades e Operações Insalubres.
XVI - Portaria SIT nº 413, de 18 de dezembro de 2013;		Disponibiliza para consulta pública o texto técnico básico de revisão do Anexo n.º 8 (Vibração) da Norma Regulamentadora nº 15.

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
XVII - Portaria SIT nº 414, de 20 de dezembro de 2013;		Disponibiliza para consulta pública o texto técnico básico de revisão do Anexo n.º 3 (Limites de Tolerância para Exposição ao Calor) da Norma Regulamentadora nº 15.
XVIII - Portaria MTE nº 944, de 30 de junho de 2014;		Dispõe sobre os critérios e exigências para celebração e execução de termo de cooperação técnica entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Municípios que apresentarem proposta para implementação de postos de atendimento, com recursos municipais próprios, sem a transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou de quaisquer outros recursos pelo MTE, objetivando execução de ações integradas do Programa Seguro-Desemprego e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) na rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (SINE).
XIX - Portaria SRT nº 1.471, 25 de setembro de 2014;		Altera as Portarias n.º 593, de 28 de abril de 2014, e n.º 1.297, de 13 de agosto de 2014.

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
XX - Instrução Normativa SRT nº 17, de 13 de novembro de 2014;		Dispõe sobre o registro de empresas de trabalho temporário, solicitação de prorrogação de contrato de trabalho temporário e dá outras providências.
XXI - Portaria SIT nº 471, de 11 de fevereiro de 2015;		Prorroga em 60 dias o prazo da consulta pública do texto técnico básico de criação do Anexo I (Condições Sanitárias e de Conforto Aplicáveis a Trabalhadores do Transporte Rodoviário em Atividade Externa) da NR-24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho).
XXII - Portaria MTE nº 220, de 3 de março de 2015;		Suspende os efeitos da Portaria MTE nº 1.565 de 13 de outubro de 2014 em razão de antecipação de tutela concedida nos autos dos processos nº 5002006- 67.2015.404.7000, que tramita na 1ª Vara Federal de Curitiba, da Seção Judiciária do Paraná, e nº 89075-79.2014.4.01.3400, que tramita na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.
XXIII - Portaria MTE nº 506, de 16 de abril de 2015;		Suspende os efeitos da Portaria MTE n.º 1.565, de 13 de outubro de 2014, em relação às empresas associadas à ABEPREST - ASSOCIAÇÃO

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
		BRASILEIRA DE EMPRESAS DE SOLUÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA, em razão de antecipação de tutela concedida nos autos do processo n.º 0007506-22.2015.4.01.3400, que tramita na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.
XXIV - Portaria MTE nº 1.151, de 13 de agosto de 2015;		Suspende os efeitos da Portaria MTE n.º 1.565 de 13 de outubro de 2014 em relação ao INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ em razão do deferimento do pedido de antecipação de tutela concedido no âmbito do processo 08027-59.2015.4.05.8100, que tramita na Seção Judiciária do Ceará/CE - Tribunal Regional Federal da Quinta Região.
XXV - Portaria MTE nº 1.286, de 1 de outubro de 2015;		Suspende os efeitos da Portaria MTE nº 1.565 de 13 de outubro de 2014 em relação ao INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA em razão do deferimento do pedido de antecipação de tutela concedido no âmbito do processo 0800934-68.2015.4.05.8100, que tramita na 6ª Vara Federal do Ceará.
XXVI - Portaria MTE nº 1.287, de 1 de outubro de 2015;		Institui a Comissão Especial para Debater o Uso do Amianto no Brasil.

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
XXVII - Portaria MTb nº 1.007, de 23 de agosto de 2017;		Altera a Portaria MTb 1.111, de 21 de setembro de 2016.
XXVIII - Portaria MTb nº 440, de 15 de junho de 2018;		Suspende os efeitos da Portaria MTE nº 1.565 de 13 de outubro de 2014 em relação à COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR e OUTROS, em razão do provimento do agravo de instrumento no âmbito do processo 0067966-87.2015.4.01.0000, pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região.
XXIX - Portaria MTb nº 884, de 24 de outubro de 2018;		Cria a Escola do Trabalhador no âmbito do Ministério do Trabalho.
XXX - Portaria MTb/MF/MS/MPS nº 1 de 10 de dezembro de 2018;		Não localizada.
XXXI - Norma de Execução SPPE nº 113, de 14 de outubro de 2019;		Não localizada.
XXXII - Portaria SEPRT nº 1.229, de 7 de novembro de 2019;		Suspender as decisões em processos de requerimento de registro sindical até 7 de abril de 2020.

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
XXXIII - Portaria SEPRT nº 1.358, de 10 de dezembro de 2019;		Altera os itens 9.2 e 14.3 do Anexo nº 2 (exposição ocupacional ao benzeno em postos revendedores de combustíveis) da Norma Regulamentadora nº 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, o Anexo II da Norma Regulamentadora nº 28 - Fiscalização e Penalidades e dá outras providências.
XXXIV - Portaria SEPRT nº 950, de 14 de janeiro de 2020;		Edita normas complementares relativas ao contrato de trabalho Verde e Amarelo.
XXXV - Portaria ME nº 5.823, de 18 de maio de 2021; e		Dispõe sobre procedimentos e requisitos para o cadastro das entidades autorizadas a operar ou participar do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, especificadas no art. 3º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018.
XXXVI - Portaria MTP nº 1.368, de 30 de maio de 2022.		Torna sem efeito a Portaria/MTP Nº 1.255 de 2022, que alterou a Portaria nº 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.

PORTARIA MTP Nº 4.198, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	PORTARIA/MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021	OBSERVAÇÕES LBS
<p>Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em:</p> <p>I - 1º de janeiro de 2024, quanto aos incisos VIII, IX, X e XI do <i>caput</i> e os § 4º, § 5º e § 6º do art. 145 da Portaria MTP nº 671, de 2021; e</p> <p>II - 1º de janeiro de 2023, quanto aos demais dispositivos.</p>		